

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGCASA**

Déborah Rayanne Cabral Nogueira

**TURISMO E AGENDA 2030: SISTEMA DE INDICADORES ALINHADOS AOS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA AVALIAR O  
TURISMO LOCAL**

MANAUS

2022

Déborah Rayanne Cabral Nogueira

**TURISMO E AGENDA 2030: SISTEMA DE INDICADORES ALINHADOS AOS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA AVALIAR O  
TURISMO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Cloves Farias Pereira.

MANAUS

2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N778t Nogueira, Déborah Rayanne Cabral  
Turismo e agenda 2030 : sistema de indicadores alinhados aos  
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para avaliação do  
turismo local / Déborah Rayanne Cabral Nogueira . 2022  
125 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Cloves Farias Pereira  
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e  
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Turismo sustentável. 2. Agenda 2030. 3. ODS - Objetivos de  
Desenvolvimento Sustentável. 4. Indicadores locais. 5.  
Monitoramento municipal. I. Pereira, Cloves Farias. II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos,

Aos meus familiares e amigos, por todo o suporte recebido.

Ao orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Cloves Farias Pereira, por ter aceitado prontamente a responsabilidade de orientá-la até o final, mesmo com todos os desafios envolvidos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida, possibilitando a concretização desta dissertação.

Ao corpo docente do PPGCASA.

Aos profissionais Luiz Saldanha (coordenador de sustentabilidade turística do Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes e Turismo - PLANETT), Marco Antônio Friedrichsen (Sistema ODS 14 Floripa) e Denise Kronemberger (Projeto Indicadores ODS - IBGE), pelas sugestões enviadas.

Aos membros que fizeram parte da minha banca examinadora de qualificação e final, por todas as sugestões enviadas, que em muito contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico e para o aperfeiçoamento desta dissertação.

## RESUMO

O turismo é um dos setores que mais cresceu nos últimos 20 anos. Para torná-lo mais sustentável, organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), e vários especialistas, buscam incentivar o uso e criação de ferramentas para monitorá-lo, a fim de minimizar seus impactos negativos. Em 2015, foi publicada a “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, um plano de ação global desenvolvido pela ONU, que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030. Nesse documento, o turismo é citado de forma explícita nos ODS 8, 12 e 14. A meta 12.b do ODS 12 traz a importância de desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do turismo. Para contribuir com essa meta, este estudo objetivou desenvolver um sistema de indicadores alinhados aos ODS da Agenda 2030, capaz de avaliar o turismo local, utilizando como área de estudo o município de Manaus (AM). Para tanto, foram selecionados indicadores advindos de quatro ferramentas preexistentes, escolhidas após pesquisa bibliográfica e consulta online com especialistas. Após essa seleção, 38 indicadores passaram por adaptações à área de estudo e outros 12 indicadores foram criados para complementá-los. Esses processos deram origem a um sistema com 21 indicadores principais e 84 elementos de qualidade (ou atributos), distribuídos em quatro áreas (Gestão sustentável, Sustentabilidade socioeconômica, Sustentabilidade cultural e Sustentabilidade ambiental). Para comprovar o alinhamento do sistema com os ODS, foram extraídas palavras-chave dos indicadores e suas descrições, que foram comparadas ao conteúdo dos ODS e suas metas. Esse processo comprovou que o sistema está alinhado a 15 dos 17 ODS, dentre eles, os ODS 16, 17, 11 e 12 são os mais frequentes no sistema. Para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo em Manaus, foi feita uma busca por dados oficiais e públicos para verificar a existência dos atributos listados em cada indicador. Os indicadores tiveram a sua performance avaliada de acordo com a quantidade de atributos positivos pontuados. Essa pontuação foi elaborada por meio de uma escala de pontuação com quatro classificações (‘muito alto’, ‘alto’, ‘médio’, ‘baixo’ e ‘nulo’). O resultado dessa avaliação mostrou que a maioria dos atributos atendidos pelo município estão nas áreas de Gestão sustentável e Sustentabilidade socioeconômica. Em contrapartida, observou-se que os indicadores com pontuações baixas ou nulas estão ligados ao monitoramento e às estratégias para o turismo local. Ao final, o sistema foi considerado válido, pois atendeu a maioria dos Princípios de Bellagio, em compensação, precisa de melhorias em relação aos princípios “Participação ampla” e “Continuidade e capacidade”. Espera-se que esta pesquisa contribua com outros estudos e que este sistema possa ser aperfeiçoado ao longo do tempo, visto que não se trata de um sistema finalizado, mas introdutório, que busca incentivar pesquisas e ações para o monitoramento do turismo local. Para futuras pesquisas, recomenda-se o uso de sistemas de indicadores mistos, com abordagens participativas, que busquem integrar diferentes atores, para atingir novos resultados e contribuir com o avanço da temática.

**Palavras-chave:** Turismo sustentável. Agenda 2030. ODS. Indicadores locais. Monitoramento municipal.

## ABSTRACT

Tourism is one of the fastest-growing sectors in the last 20 years. To make it more sustainable, international organizations such as the United Nations (UN) and the World Tourism Organization (UNWTO), and various experts, seek to encourage the use and creation of tools to monitor the sector, to minimize its negative impacts. In 2015, the “2030 Agenda for sustainable development” was published, a global action plan developed by the UN, which brings together 17 Sustainable Development Goals (SDGs) and 169 goals to be achieved by the year 2030. In this document, tourism is explicitly mentioned in SDGs 8, 12, and 14. Goal 12. b of SDG 12 highlights the importance of developing and implementing tools to monitor the impacts of tourism. To contribute to this goal, the objective of this study was to develop a system of indicators aligned with the Agenda 2030 SDGs, capable of evaluating local tourism, using the city of Manaus (AM) as a study area. For this purpose, indicators from four pre-existing tools were selected, chosen after bibliographical research and online consultation with experts. After this selection, 38 indicators underwent adaptations to the study area and another 12 indicators were created to complement them. These processes gave rise to a system with 21 main indicators and 84 quality elements, distributed into four areas (Sustainable Management, Socioeconomic Sustainability, Cultural Sustainability, and Environmental Sustainability). To prove the system's alignment with the SDGs, a series of keywords from the indicators and their descriptions were extracted, which were later compared to the content of the SDGs and their goals. This process showed that the system is aligned to 15 of the 17 ODS, among them, ODS 16, 17, 11, and 12 are the most frequent in the system. To assess the sustainable development of tourism in Manaus, a search was made for official and public data to verify the existence of the listed attributes (or quality elements) in each indicator. The indicators had their performance evaluated according to the number of positive attributes scored. This score was elaborated using a scoring scale with four classifications ('very high', 'high', 'medium', 'low', and 'null'). The result of this assessment showed that most of the attributes served by the municipality are in the areas of Sustainable Management and Socioeconomic Sustainability. On the other hand, it was observed that indicators with low or even null scores are linked to monitoring and strategies for local tourism. In the end, the system was considered valid as it met most of the Bellagio Principles, on the other hand, it still needs improvement about the “Broad Participation” and “Continuity and Capability” principles. It is expected that this research will contribute to other studies and that this system can be improved over time, as it is not a finalized system, but an introductory one, which seeks to encourage research and actions aimed at monitoring local tourism. For future research, we recommend the use of mixed indicator systems, with participatory approaches, which seek to involve different actors, to achieve new results and contribute to the advancement of this theme.

Keywords: Sustainable tourism. 2030 Agenda. SDGs. Local indicators. Municipal monitoring.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A pirâmide da informação e o seu público-alvo.....	26
Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) .....	46
Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	47
Figura 4 - Articulação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) .....	49
Figura 5 - Quantidade de metas da Agenda 2030 relacionadas ao Turismo Sustentável .....	58
Figura 6 - Localização de Manaus e dos municípios pertencentes ao polo amazônico .....	62
Figura 7 - Escala de avaliação da performance dos indicadores .....	70
Figura 8 - Distribuição dos indicadores nos 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis .....	73
Figura 9 - Tipologias dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis .....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões do ambientalismo .....	18
Quadro 2 - Critérios de sustentabilidade .....	19
Quadro 3 - Vantagens do uso de indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS).....	25
Quadro 4 - Potenciais usos de indicadores locais .....	27
Quadro 5 - Tipos de abordagens para a construção de indicadores.....	32
Quadro 6 - Princípios de Bellagio.....	34
Quadro 7 - Os 12 objetivos do turismo sustentável e os pilares da sustentabilidade .....	40
Quadro 8 - Principais dispositivos globais relacionados ao turismo sustentável .....	43
Quadro 9 - Mecanismos colaborativos e atores envolvidos na produção de indicadores ODS globais .....	52
Quadro 10 - Metas dos ODS em que o turismo é citado e adequações ao cenário nacional ...	54
Quadro 11 - Relação do turismo com os ODS da Agenda 2030 .....	55
Quadro 12 - Ferramentas de indicadores selecionadas .....	65
Quadro 13 - Fontes consultadas durante a coleta de dados.....	68
Quadro 14 - GFI Scoring Method.....	69
Quadro 15 - GFI Brazil Scoring Method .....	70
Quadro 16 - Quantidade de indicadores selecionados por ferramenta .....	71
Quadro 17 - Áreas e subáreas do sistema de indicadores .....	75
Quadro 18 - Quadro com indicadores por área.....	76
Quadro 19 - Quantidade de subáreas, indicadores e elementos de qualidade distribuídos nas áreas do sistema .....	77
Quadro 20 - Comparativo do sistema com os oito Princípios de Bellagio .....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - ODS correlacionados à área A (Gestão sustentável) .....	81
Gráfico 2 - Número de ODS associados aos indicadores da área A.....	81
Gráfico 3 - ODS correlacionados à área B (Sustentabilidade socioeconômica) .....	82
Gráfico 4 - Número de ODS associados aos indicadores da área B .....	82
Gráfico 5 - ODS correlacionados à área D (Sustentabilidade ambiental).....	83
Gráfico 6 - Número de ODS associados aos indicadores da área D.....	84
Gráfico 7 - ODS associados ao sistema da pesquisa.....	84
Gráfico 8 - Representação dos ODS associados por área .....	85
Gráfico 9 - Distribuição dos indicadores por pontuação - Área A .....	87
Gráfico 10 - Distribuição dos indicadores por performance – Área D .....	88

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OBJETIVOS.....	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
	3.1 Origens do Desenvolvimento Sustentável .....	17
	3.2 Indicadores de Sustentabilidade .....	22
	3.2.1 Procedimentos para a construção de indicadores.....	28
	3.3 Princípios de Desenvolvimento Sustentável para o Desenvolvimento Turístico.....	35
	3.3.1 Turismo Sustentável.....	39
	3.3.2 Inserção do turismo na agenda da sustentabilidade .....	42
	3.4 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	45
	3.4.1 Agenda 2030: monitoramento, potencialidades e desafios .....	50
	3.4.2 Inserção do turismo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	54
	3.4.3 Os impactos da pandemia no turismo e no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	59
4	MATERIAL E MÉTODOS.....	61
	4.1 Área de Estudo .....	62
	4.2 Definição do Tema da Pesquisa .....	64
	4.3 Desenvolvimento do Sistema de Indicadores .....	64
	4.3.1 Seleção de ferramentas de indicadores preexistentes.....	65
	4.3.2 Alinhamento do sistema de indicadores com os ODS da Agenda 2030 .....	67
	4.3.3 Coleta de dados secundários .....	68
	4.3.4 Avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo municipal .....	69
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	71
	5.1 Seleção dos Indicadores a partir de Ferramentas Preexistentes .....	71
	5.1.1 Composição final do sistema de indicadores.....	75
	5.2 Alinhamento do Sistema de Indicadores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 .....	80
	5.3 Aplicação do Sistema de Indicadores em Manaus .....	85
	5.3.1 Busca por dados secundários .....	86
	5.3.2 Performance dos indicadores .....	86
	5.3.3 Validação do sistema de indicadores .....	89
6	CONCLUSÃO.....	92

REFERÊNCIAS .....	95
APÊNDICES .....	101
APÊNDICE A – INDICADORES SELECIONADOS E ADAPTAÇÕES .....	101
APÊNDICE B – ESTRUTURA FINAL DO SISTEMA.....	107
APÊNDICE C – ASSOCIAÇÃO DOS INDICADORES AOS ODS E SUAS METAS, COM BASE NA BUSCA POR PALAVRAS-CHAVE.....	114
APÊNDICE D – TABULAÇÃO DOS DADOS PARA INDICIAR O TOTAL DE ODS ASSOCIADOS AO SISTEMA.....	119
APÊNDICE E - PERFORMANCE DOS INDICADORES .....	121

## 1 INTRODUÇÃO

O período do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma crise socioambiental que ganhava cada vez mais evidência e, conseqüentemente, pelo aumento do engajamento político e científico pela criação de paradigmas que pudessem ressignificar o desenvolvimento, além de pressões sociais para que os impactos negativos, principalmente sobre os recursos naturais, cessassem. Em decorrência da necessidade de novos paradigmas, diferentes abordagens surgiram para tentar encontrar o equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica, entre elas, está o desenvolvimento sustentável, termo que surgiu pela primeira vez no Relatório Brundtland (1987) e foi consolidado nos anos 1990, e é definido como o tipo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (SACHS, 2009; KUHN, 2018; VAN BELLEN, 2006; WWF, 2020).

Desde então, o desenvolvimento sustentável é considerado um modelo a ser seguido do global para o local. Do mesmo modo, a inclusão de práticas sustentáveis em diferentes áreas e organizações tem se tornado cada vez mais recorrente, em alguns casos, sendo determinante para transmitir uma imagem positiva ao público. Apesar das diferenças entre as abordagens, todas procuram, em essência, o equilíbrio econômico, social e ambiental, denominado pelo Relatório Brundtland (1987) como o tripé do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2009; KUHN, 2018).

Embora tenham sido observadas diversas melhorias quanto à qualidade de vida de milhões de pessoas nas cidades, na contemporaneidade, essas mudanças estão acompanhadas do crescimento da degradação ambiental, do desemprego estrutural, que incorre no aumento da pobreza e das desigualdades sociais, e entre outros problemas que persistem e dificultam o equilíbrio dos modos de vidas nas cidades e nos assentamentos humanos e o alcance do desenvolvimento sustentável em todo o mundo (ONU HABITAT III, 2017; IRVING et al., 2005).

Nos anos 1960, a efervescência dos debates em torno da degradação ambiental e os impactos negativos e até mesmo os danos irreversíveis aos ecossistemas, à economia e às sociedades atribuídos ao turismo, principalmente durante o apogeu do turismo de massa, na segunda metade do século XX, impulsionaram as reivindicações para a regularização da atividade turística. Esses fatores culminaram na busca por formas alternativas de turismo ou de um turismo mais ‘verde’, dando origem a diversas terminologias, dentre elas, o turismo sustentável, que, de modo similar ao conceito de desenvolvimento sustentável, também foi

popularizado nos anos 1990, com a inserção do termo em políticas e eventos em prol do desenvolvimento sustentável. Assim, o turismo sustentável surgiu em resposta aos impactos negativos gerados pela atividade turística, porém, não se trata apenas de uma forma de gerenciar os impactos negativos, mas de um modelo que deve ser estendido a todos os segmentos do setor, com o objetivo de otimizar os benefícios e reduzir os custos dos impactos gerados pela atividade turística, por essa razão, a sustentabilidade deve ser o elemento principal do planejamento turístico (IRVING et al., 2005; UNEP, 2005).

Cabe destacar que o turismo detém 10% do PIB mundial e 7% das exportações globais, e é responsável por 1 em cada 10 empregos. Nesse sentido, permanece como um setor relevante no contexto contemporâneo e globalizado, com alta capacidade de gerar impactos profundos no tripé do desenvolvimento sustentável, sejam eles negativos ou positivos. Não obstante, também possui um papel crucial no avanço de pactos globais para o desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNWTO, 2017), pois, embora seja mencionado em apenas três dos 17 ODS da Agenda 2030, os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) 12 (consumo e produção sustentáveis) e 14 (vida na água), sabe-se que o turismo está inter-relacionado a diversos setores, logo, as associações com outros ODS podem ser diversas. Por essa razão, o turismo pode ser decisivo para o progresso de todos os 17 ODS (UNWTO, 2017; IPEA, 2018; SOUZA, 2020).

A Agenda 2030 é um ambicioso pacto global adotado em 2015, objetivando suceder os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e enfrentar novos desafios. Para alcançar os 17 ODS até o ano de 2030, o documento conta com 169 metas e 232 indicadores. Os indicadores têm um papel fundamental no alcance dos ODS, pois permitem o monitoramento e a comparação do desempenho entre os países, e estimulam a adoção de melhores sistemas de estatística nacionais e uma maior disponibilidade de dados atualizados e confiáveis pelo setor público. Além do contexto da Agenda 2030, os indicadores também constam como ferramentas essenciais no alcance dos objetivos de diversas áreas. Em relação ao desenvolvimento sustentável, por exemplo, comumente são usados os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS), uma vez que estes têm o objetivo de abranger, organizar e integrar diversos setores e áreas, a fim de compreender as interligações entre as diferentes dimensões, no tempo e no espaço (ONU, 2015; KRONEMBERGER, 2019; PIRES et al., 2017; VAN BELLEN, 2006).

Desde 1990, diversos estudos se debruçaram sobre o uso e criação de indicadores para a auxiliar na gestão do turismo em diferentes contextos, desde conselhos municipais até as áreas

costeiras. Sabe-se que os indicadores podem ajudar a monitorar mudanças, o estado do setor no destino, identificar os elementos-chave do destino, apresentar os riscos e outros resultados etc., auxiliando a gestão a melhorar a adoção de estratégias para o planejamento e a gestão turística, permitindo, ainda, a antecipação de possíveis riscos no setor e no destino. O uso de indicadores na gestão do turismo sustentável significa, portanto, combinar uma visão estratégica de longo prazo com o pragmatismo, transformando discurso em prática, e permitindo que o turismo sustentável não fique limitado ao idealismo (UNWTO, 2005; IRVING et al., 2005).

Ressalta-se que a Agenda 2030 trata de diferentes dimensões (social, econômica, ambiental e institucional), portanto, é comum que persistam lacunas no documento para questões e áreas específicas, como o turismo. Além disso, os ODS, metas e indicadores desse instrumento foram concebidos para o monitoramento e avaliação na escala global e nacional, sendo recomendável que estes sejam adequados à realidade de cada país-membro e à escala local. No Brasil, essas adequações foram elaboradas para a escala nacional pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), cabendo aos municípios realizar às adequações para suas respectivas escalas e interesses. Assumindo que o compromisso do setor público e privado com o desenvolvimento sustentável é decisivo para gerar novas ações e resultados, a elaboração de uma Agenda 2030 local pelos municípios também é fundamental para aumentar o desempenho dos ODS (IPEA, 2018; FRIEDRICHSEN, 2020; UNWTO, 2017).

Nesse sentido, é importante frisar que a meta 12b do ODS 12 pede que sejam elaboradas ferramentas que possam contribuir com o monitoramento do turismo sustentável, contudo, o uso de ferramentas para o monitoramento do turismo ainda é incipiente na gestão da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur). A Amazonastur detém somente de indicadores e relatórios para poucos municípios do Estado, e estes estão ligados, em sua maioria, à dimensão econômica do setor de turismo, com relatórios emitidos sobre as prospecções para o mercado turístico e o ambiente de negócios, além da movimentação e a caracterização dos turistas. Também não há menção sobre a criação de um sistema de indicadores oficial para monitorar o desenvolvimento sustentável do turismo no Amazonas. Em relação à gestão do turismo municipal, que faz parte da pasta de cultura da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), em seu site oficial, consultado em 2021, também não há indícios de indicadores para monitorar o turismo em Manaus.

Considerando a lacuna no monitoramento do turismo local com enfoque em outras dimensões além da econômica, a justificativa principal para a realização deste estudo foi a necessidade da criação de ferramentas que possam monitorar o turismo na região, visando incentivar o desenvolvimento de outras pesquisas sobre essa temática nos municípios. Tendo

em vista esses obstáculos, este estudo teve como objetivo propor um sistema de indicadores capaz de oferecer uma avaliação preliminar do desenvolvimento sustentável do turismo local, tendo como estudo de caso, o município de Manaus (AM), com auxílio das metodologias adaptadas de Van Bellen (2006) e Friedrichsen (2020). Além disso, criou uma ferramenta - alinhada aos ODS da Agenda 2030, como forma de contribuição ao estado da arte sobre a transversalidade do turismo com outros ODS.

O referencial teórico foi dividido em quatro capítulos. O primeiro, “Origens do Desenvolvimento Sustentável”, abordou brevemente sobre a crise socioambiental que conduziu ao paradigma do desenvolvimento sustentável, apontando as principais divergências entre as dimensões da sustentabilidade, além dos empecilhos a sua operacionalidade; o segundo capítulo, “Indicadores de Sustentabilidade”, destacou o uso, as vantagens e os desafios relacionados ao uso de indicadores, e a importância dos indicadores de sustentabilidade no monitoramento de diversas dimensões; o terceiro, “Turismo e Sustentabilidade”, retratou os elementos-chave e a complexidade do fenômeno turístico, com uma breve descrição sobre a introdução do turismo no cenário das políticas e pactos globais em prol do desenvolvimento sustentável; o último capítulo, “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, abrangeu os aspectos gerais e a inserção da Agenda 2030 no Brasil, contextualizou o turismo na Agenda 2030 e suas interfaces os ODS, e, por fim, descreveu os impactos negativos no turismo em virtude da pandemia da COVID-19, e como esses fatores podem retardar o avanço dos ODS.

Por fim, cabe dizer que não foi intenção desta pesquisa elaborar uma ferramenta de indicadores definitiva, mas preliminar, que possa ser aperfeiçoada ao longo do tempo e modificada conforme o avanço da cultura de dados para o turismo no município. Assim, espera-se que os resultados possam servir como *insights* para direcionar a gestão do turismo local e para futuras pesquisas que estejam interessadas em abordar essa temática.

## 2 OBJETIVOS

**Geral:** Desenvolver um sistema de indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, capaz de avaliar os atributos existentes no turismo local, utilizando como área de estudo o município de Manaus - AM.

**Específicos:**

- Selecionar indicadores advindos de ferramentas preexistentes testadas e elaborar indicadores próprios, com vistas a complementá-los.
- Encontrar convergências entre os indicadores do sistema e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;
- Avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo em Manaus, com base na quantidade de atributos positivos encontrados;
- Validar o sistema de indicadores da pesquisa.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Origens do Desenvolvimento Sustentável

A crise socioambiental instaurada desde o século XX, tem suas origens no apogeu do progresso científico e industrial entre os séculos XVII e XVIII, período marcado por mudanças significativas na relação homem-natureza. Somados a essas mudanças, estão os primeiros impactos negativos em grande escala gerados pela ação antrópica, como a Segunda Guerra Mundial e o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, eventos que aguçaram a percepção da sociedade para a iminente crise socioambiental (HANAI, 2012; SACHS, 2009).

Leff (2010) enfatiza que a crise socioambiental surge da somatória de complexas estruturas sociais, culturais e das relações de poder atuantes na sociedade capitalista, que estabelecem a objetificação e homogeneização da natureza e dos povos. Na sociedade capitalista, o acúmulo de capital é ampliando, assim como os processos insustentáveis e incontrolláveis de produção, por essa razão, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento tem prevalecido e precisa ser questionado.

Para Kuhn (2018, p. 177), toda crise é capaz de gerar uma reestruturação no campo político e científico. Nesse sentido, a crise socioambiental teria revelado o funcionamento inadequado do paradigma vigente, possibilitando que outros paradigmas surgissem para solucionar novos problemas e necessidades. Essa quebra de paradigma dá origem às revoluções científicas, “episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”, que acarretam mudanças significativas para aqueles que são afetados por elas.

Sendo assim, a necessidade de ressignificar o desenvolvimento remonta a década de 1960, quando as discussões em torno da relação desenvolvimento-ambiente eram compostas por duas extremidades, o tecnocentrismo e o ecocentrismo. Enquanto o tecnocentrismo enxerga nos recursos naturais elementos a serem explorados em prol do crescimento econômico, o ecocentrismo tem suas bases no fundamentalismo ecológico, com uma preocupação excessiva em relação ao consumo, ao crescimento econômico e ao crescimento demográfico, sem que as desigualdades entre os países sejam consideradas, sendo esta concepção bastante similar ao malthusianismo (SACHS, 2009). O engajamento político e científico em torno das questões ambientais cresceu na década seguinte, período em que importantes encontros de cunho ambiental foram realizados, dentre eles, o encontro de Founex (1971), a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (1972), o relatório Limites do Crescimento (1972),

o surgimento do conceito de ecodesenvolvimento (1973), e a Declaração de Cocoyok (1974) (HANAI, 2012; VEIGA, 2011; VAN BELLEN, 2006).

A consolidação desse debate suscitou no reconhecimento da sustentabilidade como um fenômeno complexo, e fez circular uma série de novos paradigmas fundamentais para que surgisse o que Sachs (2009) define como “caminho do meio” ou o conjunto de propostas alternativas, capazes de propor medidas que equilibrassem os objetivos sociais, ambientais e econômicos. O Quadro 1 representa essa variedade de correntes.

Quadro 1 - Dimensões do ambientalismo

	TECNOCÊNTRICO			ECOCÊNTRICO
	<b>Cornucopiana</b>	<b>Adaptativa</b>	<b>Comunalista</b>	<b>Ecologia Profunda</b>
<b>Rótulo Ambiental</b>	Exploração de recursos, orientação pelo crescimento.	Conservacionismo de recursos, posição gerencial.	Preservacionismo de recursos.	Preservacionismo profundo.
<b>Tipo de Economia</b>	Economia antiverde, livre mercado.	Economia verde, mercado verde conduzido por instrumentos de incentivos econômicos.	Economia verde profunda. Economia <i>steady-state</i> , regulação macroambiental.	Economia verde muito profunda, forte regulação para minimizar a tomada de recursos.
<b>Estratégia de Gestão</b>	Objetivo econômico, maximização do crescimento econômico. Considera que o mercado livre e o progresso técnico possibilitam a eliminação das restrições relativas aos limites e à escassez.	Modificação do crescimento econômica, norma do capital constante, alguma mudança de escala.	Crescimento nulo, crescimento populacional nulo. Perspectiva sistêmica, saúde do todo (ecossistema), hipótese de Gaia e suas implicações.	Reduzida escala da economia e da população. Imperativa mudança de escala, interpretação literal de Gaia.
<b>Ética</b>	Direitos e interesses dos indivíduos contemporâneos, valor instrumental na natureza.	Equidade intra e intergerencial (pobres contemporâneos e gerações futuras), valor	Interesse coletivo sobrepuja o interesse individual, valor primários dos	Bioética (direitos e interesses conferidos a todas as espécies), valor

		instrumental na natureza.	ecossistemas e valor secundário para suas funções e serviços.	intrínseco da natureza.
<b>Grau de Sustentabilidade</b>	<b>Sustentabilidade de muito fraca</b>	<b>Sustentabilidade e fraca</b>	<b>Sustentabilidade de forte</b>	<b>Sustentabilidade de muito forte</b>

Fonte: Van Bellen (2006), adaptado de Pearce (1993).

Irving et al. (2020) enfatizam que a sustentabilidade, nos últimos anos, tem transcendido o debate ambiental, tornando-se uma crítica direta aos modos de vida da sociedade contemporânea, que contraria a relação produção-consumo das sociedades industriais e pós-industriais, bem como as ações insustentáveis desse modelo vigente de desenvolvimento baseado no crescimento sem limites.

Embora as abordagens da sustentabilidade sejam diversas, em sua essência, grande parte destas prezam pela harmonia entre dimensões como a social, a econômica, a ambiental e a institucional. Sobre essa questão, Sachs (2009) destrincha a sustentabilidade em oito dimensões e determina alguns critérios orientadores:

Quadro 2 - Critérios de sustentabilidade

<b>Sustentabilidade Social</b>	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição justa de renda; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
<b>Sustentabilidade Cultural</b>	Mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
<b>Sustentabilidade Ecológica</b>	Preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis; limitação do uso dos recursos não-renováveis.
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	Respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
<b>Sustentabilidade Territorial</b>	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

<b>Sustentabilidade Econômica</b>	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
<b>Sustentabilidade Política (nacional)</b>	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
<b>Sustentabilidade Política (Internacional)</b>	Eficácia do sistema de prevenção de guerras, na garantia de paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote entre países dos hemisférios Norte e Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2009).

No âmbito das Nações Unidas, o termo sustentabilidade deriva do desenvolvimento sustentável, que faz parte de uma gama de abordagens que surgiram desde a década de 1970, com o objetivo de propor a ressignificação do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado em 1987, com o documento organizado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Nosso Futuro Comum, popularmente conhecido como Relatório Brundtland, o qual define desenvolvimento sustentável como aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Além de fazer críticas aos impactos negativos do modelo de desenvolvimento vigente, o documento reafirma o compromisso com os pressupostos das conferências e relatórios produzidos (HANAI, 2012; VAN BELLEN, 2006; SACHS, 2009; WWF, 2020).

Com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente utilizado nas políticas norteadoras das agências internacionais das Nações Unidas e de ativismo ambiental, no setor público e privado, no âmbito acadêmico, no marketing, entre outras áreas. Essa aplicabilidade para diferentes áreas ocorreu em razão desse

conceito ser bastante abrangente e adaptável para diversos setores e escalas. Essa popularização contribuiu para aumentar a visibilidade da sustentabilidade e para que novas discussões e teorias fossem criadas. Desse modo, a sustentabilidade tem sido:

[...] constantemente e cada vez mais ressignificada por meio de novos contornos teóricos, a partir da incorporação de inúmeras nuances socioambientais associadas não apenas ao compromisso de proteção da natureza, mas também de democratização de oportunidades e acesso a padrões dignos de qualidade de vida. Por todas essas razões, discutir sustentabilidade passou a implicar necessariamente em uma reflexão ética e política profunda e, portanto, em um sentido de cidadania planetária (IRVING et al., p. 13, 2020).

Algumas críticas à sustentabilidade apontam para o seu caráter subjetivo e adaptável, que pode ser ajustado a diferentes dimensões (espacial, institucional, tecnológica etc.) e níveis (local, regional, nacional, internacional), e que gera abertura para diversas interpretações. Para alguns autores (BURSZTYN e FONSECA, 2009; VEIGA, 2011; HANAI, 2012), esses fatores contribuem para a sua banalização nos processos decisórios e nas políticas ambientais, e deturpam o seu significado em prol dos interesses comerciais. Além disso, tendo em vista sua complexidade, encontrar metodologias que contribuam para a operacionalidade da sustentabilidade tem sido um grande desafio, fazendo com que vários autores questionem a relação discurso-prática.

Segundo Sachs (2009), a operacionalidade da sustentabilidade requer um esforço coletivo. O autor cita que estratégias como a plena utilização do potencial de produção e eficiência tecnológica, entre outras, são suprimidas por outros interesses de mercado baseados em modelos insustentáveis. Beni (2003) utiliza a busca das empresas por selos sustentáveis para exemplificar esse cenário, alegando que várias estratégias de marketing visam, essencialmente, elevar o grau de competitividade das empresas no mercado.

Em suma, a sustentabilidade é um fenômeno complexo e em constante evolução, que tem uma trajetória marcada por embates ideológicos e contradições. Nesse sentido, é crucial a articulação dos diferentes campos de conhecimento em prol do desenvolvimento de construções teórico-epistemológicas que apreendam a sua complexidade. Para alguns autores (IRVING et al., 2005; LEFF, 2009; SACHS, 2009), esse processo deve estar em consonância com a inclusão dos saberes diversos, das metodologias de ações sustentáveis e de abordagens participativas, da sociedade como membro ativo nesse processo, e da observância das problemáticas socioambientais contemporâneas.

Hanai (2012) elucida que é necessário afastar a sustentabilidade dos argumentos que a desqualificam como utópica, dificilmente alcançável e de aplicabilidade irrealista. Nessa

perspectiva, a implementação de instrumentos, como os indicadores de sustentabilidade e a criação de agendas globais em prol do desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030, podem ser vistos como tentativas de condução à operacionalidade da sustentabilidade, na medida em que esses instrumentos elaboram estratégias orientadas para a ação, com objetivos, metas e indicadores, além de objetivos ligados à articulação global-local (IPEA, 2018).

### 3.2 Indicadores de Sustentabilidade

Em 2018, 45% da população mundial vivia em áreas rurais, porém, até o ano de 2030, estima-se que essa proporção deverá cair em até 40%, resultando em uma diminuição drástica da população rural no mundo, enquanto isso, a população nas áreas urbanas seguirá uma tendência de crescimento (ONU, 2018).

O objetivo de repensar as cidades como espaços sustentáveis tem estado cada vez mais presente em documentos das Nações Unidas e nas políticas públicas em geral. Na Agenda 2030, esse objetivo é representado pelo ODS 11, que busca tornar as “cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, e que determina essa mudança como um processo de reorientação estratégica de toda a população (PIRES et al., 2017; IPEA, 2018). No documento Nova Agenda Urbana<sup>1</sup> (ONU HABITAT III, 2017), resultante da terceira Conferência da ONU para habitação e desenvolvimento urbano sustentável, é enfatizada a necessidade de transformar as cidades em espaços planejados, desenhados, financiados, desenvolvidos, governados e geridos.

Os indicadores podem ser definidos como ferramentas que comunicam o progresso em direção a uma meta ou objetivo, permitindo que estratégias sejam repensadas e alteradas conforme o cenário avaliado. São variáveis que simplificam informações de fenômenos complexos, a partir da agregação e quantificação de dados, tornando mais aparentes os aspectos implícitos. Do ponto de vista tradicional, as principais funções dos indicadores estão diretamente ligadas ao seu auxílio nos processos decisórios, durante as etapas de formulação, implementação e avaliação de políticas, com a identificação e reconhecimento de problemas, e com o aumento da consciência pública sobre as dimensões trabalhadas (VAN BELLEN, 2006).

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1998), o indicador é uma forma sintética de refletir e representar uma soma maior e complexa de fenômenos, que são mensurados, preferencialmente, de forma quantitativa. Outra

---

<sup>1</sup> A Nova Agenda Urbana foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito (Equador), em 20 de outubro de 2016. Foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) no 68º encontro plenário para a sua 71ª sessão em 23 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

definição apresenta os indicadores como um “conjunto de regras para a recolha e organização de dados, para que lhes possa ser atribuído significado”, permitindo a extração de ideias complexas e a sensação de segurança em meio a um mundo cada vez mais globalizado e repleto de informações sobre diferentes áreas a todo instante (PIRES et al., 2017 apud INNES, 1990, p. 291).

Os indicadores podem ser identificados em dois tipos: indicadores qualitativos e indicadores quantitativos. Os primeiros podem ser exemplificados como aqueles que apontam para um conjunto de atributos de determinada gestão municipal e pedem respostas dicotômicas, do tipo “sim” ou “não” ou do tipo “lista aberta/lista fechada”. Quanto aos indicadores quantitativos, são aqueles que se referem a uma medida numérica como modo de representar um dado fenômeno (PCS, 2019).

Gallopín (1996) se contrapõe às definições que tratam os dados quantitativos como aqueles de maior validade científica, ao afirmar que um indicador pode ser uma variável qualitativa ou quantitativa, e que existem indicadores essencialmente subjetivos e, portanto, difíceis de quantificar ou não há razão para que isso seja feito. Desse modo, os indicadores qualitativos servem de complemento às questões que não podem ser mensuradas, e são preferíveis em pelo menos três casos: quando a informação quantitativa não está disponível; quando o atributo de interesse é impossível de ser quantificado (Ex.: aspectos carregados de subjetividades, como a felicidade e a qualidade de vida); e quando o custo é determinante (VAN BELLEN, 2006). Assim, o uso combinado de indicadores quantitativos e qualitativos pode ser uma saída para contribuir com a mitigação das limitações dessas variáveis, dando maior precisão às informações para os tomadores de decisão (HANAI e ESPÍNDOLA, 2011).

Desse modo, podemos compreender os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) como os indicadores de natureza quantitativa ou qualitativa ou mistos, que buscam “interligar as diferentes áreas do desenvolvimento sustentável: ambiental, social, econômica e de governança”. Ao contrário dos indicadores setoriais, como indicadores econômicos ou ambientais (ex.: PIB, taxa de emprego), os IDS têm como objetivo abranger, organizar e integrar diversos setores e áreas, a fim de compreender as interligações entre as diferentes dimensões, no tempo e no espaço. Os IDS buscam mensurar não apenas o número de empregos criados para avaliar o desenvolvimento econômico, mas outros dados desagregados, como a qualidade do trabalho (PIRES et al., 2017, p. 45).

A leitura de múltiplas variáveis é o que torna os IDS tão complexos. Devido a essa complexidade, é comum que ocorra uma falta de consenso sobre quais metodologias podem ser melhor empregadas para mensurar o desenvolvimento sustentável. Em razão disso, diversas

ferramentas têm sido criadas por autores e organizações nos últimos anos para cumprir com esse propósito, quase sempre acompanhadas por um conjunto de instrumentos visuais utilizados para facilitar a visualização dos dados, como mapas interativos, gráficos, imagens visuais com cores semafóricas, entre outros (PIRES et al., 2014; PIREs et al., 2017).

A organização de sistemas de indicadores como os IDS, sejam eles compostos por indicadores ambientais, econômicos e sociais, entre outras dimensões, “pressupõe diferentes formas de construir taxonomias de indicadores, que irão variar conforme o objetivo de sua construção” (PCS, 2019, p. 9). A título de exemplo, temos o conjunto de indicadores do Programa Cidades Sustentáveis, construído com o propósito de identificar qual tipo de referência o gestor público local pode ter de acordo com a natureza de cada indicador, e que classifica os 260 indicadores do programa em quatro categorias:

- Indicadores de contexto: Refletem a realidade dos municípios envolvidos, compõe dados de seu perfil ou contexto (Ex.: PIB do município, orçamento distribuído para diferentes áreas da administração).
- Indicadores desafiadores: Refletem o compromisso com a produção de indicadores de qualidade, hoje de difícil obtenção, já que não são dados produzidos pelos órgãos públicos governamentais ou pelo Sistema Estatístico Nacional (Ex.: Tempo médio gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, em minutos).
- Indicadores de atributos de governança democrática: Possuem natureza dicotômica e expressam o nível de compromisso com a participação democrática e com a sustentabilidade nas suas gestões (Ex.: Existência no município de sistemas inteligentes de contratação de empresas; existência de plano de médio e longo prazos para recursos hídricos).
- Indicadores de desempenho e bem-estar econômico, social e ambiental: Podem ser parametrizados por serem longitudinais, mensuráveis e comparáveis a partir das realidades territoriais e em comparações relativas (Ex.: Número de crimes violentos ocorridos no município, por 10 mil habitantes; percentual de cobertura populacional por equipes de saúde de família).

Existem algumas observações pertinentes em relação aos IDS, dentre elas, está o fato de que eles não devem ser vistos como ferramentas neutras ou como uma verdade inquestionáveis, mas como uma ferramenta que possui natureza subjetiva e que auxilia na identificação e no destaque de padrões de desenvolvimento que devem ser analisados e

debatidos de forma aprofundada. Se bem utilizados, os indicadores podem servir de apoio para importantes alterações e na orientação das ações dos governos, das organizações internacionais, do setor privado, de ONGS, entre outros, em prol de uma aprendizagem social para o desenvolvimento sustentável. Cabe dizer que essas ferramentas exigem investimentos, capacidade operacional e sua interpretação pode ser manipulada (HAMMOND et al., 1995; BELL E MORSE, 2003; PIRES et al. 2017). Apontadas as principais limitações dos IDS, o Quadro 3 resume algumas vantagens associadas a essas ferramentas:

Quadro 3 - Vantagens do uso de indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS)

<b>Definição e comparação de objetivos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Auxiliam na definição de objetivos e de políticas de desenvolvimento sustentável</li> <li>● Permitem a identificação e o diagnóstico das condições e tendências atuais e as suas dimensões mais importantes</li> <li>● Permitem comparar situações ao longo do tempo e entre diferentes territórios</li> <li>● Permitem responsabilizar os agentes sociais na prossecução desses objetivos</li> </ul>
<b>Técnicas e administrativas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ajudam a sistematizar e organizar informações complexas, que se encontram dispersas e que provêm de inúmeras fontes/áreas</li> <li>● Informam antecipadamente o planejamento e os processos de tomada de decisão, permitindo antecipar condições e tendências futuras;</li> <li>● Monitoram o progresso em relação a determinados objetivos e metas;</li> <li>● Avaliam o desempenho e permitem a (re)implantação de recursos</li> </ul>
<b>Comunicação, transparência e participação pública</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ajudam a sensibilizar, educar e encorajar alterações de comportamento, estilos de vida e padrões de consumo</li> <li>● Simplificam um conceito complexo e melhoram a transparência e a comunicação com o público/grupos-alvo</li> <li>● Incentivam a participação pública e motivam a ação cívica para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>

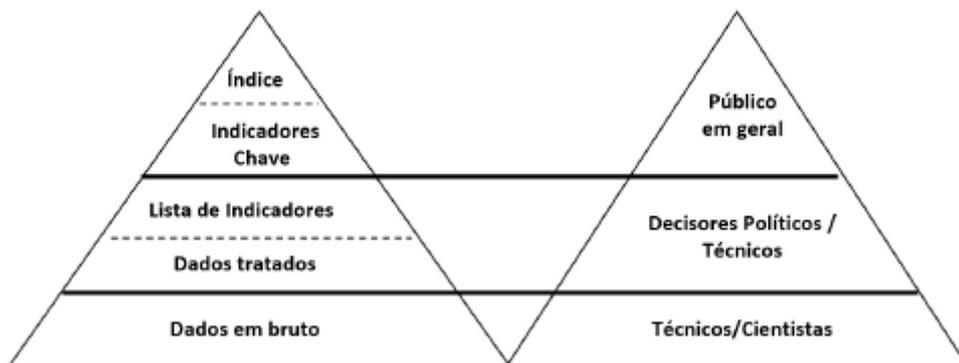
Fonte: Pires et al. (2017) adaptado de Pastille (2002).

Os indicadores têm um papel útil na governança porque auxiliam em todas as etapas das políticas públicas, como a concepção, o diagnóstico, a implementação e o monitoramento. Os termos técnicos e administrativos ajudam na visualização das interligações entre diferentes temas, permitindo a adequação de metas para o contexto real e facilitam a realização de comparações entre diferentes escalas (cidades, regiões, países, etc.), entre períodos de tempo, soluções, entre outros. Quando amplamente divulgados, os indicadores facilitam o conhecimento de diferentes realidades, necessidades, preocupações e expectativas, estimulando

a mobilização de diferentes atores por um objetivo em comum. A participação de diferentes *stakeholders* na construção dos IDS é capaz de ampliar debates e reflexões, principalmente acerca do significado do desenvolvimento sustentável em determinado contexto. Por conta desses aspectos, os IDS tendem a apresentar várias vantagens ligadas à comunicação, transparência e participação pública (HOERNING e SEASONS, 2004; PIRES et al., 2017).

Os indicadores são criados para comunicar, sensibilizar e educar, nesse sentido, é necessário que o tipo de indicador e estratégia de comunicação sejam direcionados ao público adequado. A Figura 1 estabelece a ligação das ferramentas com dados mais ou menos agregados com o seu público-alvo. De cima para baixo, os índices constam como o nível com maior agregação de dados e são preferíveis para o público em geral, pois transmitem uma mensagem mais unificada. Para os tomadores de decisão, os dados mais desagregados, possíveis de serem associados a objetivos, critérios de avaliação ou metas são considerados mais interessantes. Os dados brutos são preferíveis pelos analistas profissionais e cientistas, uma que vez podem ser analisados estatisticamente e manipulados a partir de diferentes metodologias (HAMMOND et al., 1995; PIRES et al., 2017 apud BRAAT, 1991).

Figura 1 - A pirâmide da informação e o seu público-alvo



Fonte: Pires et al. (2017), adaptado de Hammond et al. (1995).

Hammond et al. (1995) e Van Bellen (2006) ressaltam que a vasta quantidade de dados existentes, em muitos casos, não consegue ser interpretada pelo público em geral ou pelos decisores políticos. Em razão disso, questiona-se sobre a utilidade dos indicadores na prática. Para contribuir com essa compreensão, mas sem o objetivo de encerrar o assunto, Hezri (2004) estabelece cinco tipos de uso para os indicadores, com o objetivo de apontar outras perspectivas para essas ferramentas, além do seu uso instrumental pelos governos:

- **Uso instrumental:** quando existe uma relação direta ou linear entre indicadores e decisões (ação e resolução de problemas). Ex.: o elevado consumo de eletricidade detectado por um indicador que leva à implementação de estratégias de redução desse consumo.
- **Uso conceitual:** quando o indicador altera a percepção do seu público-alvo em relação a um problema ou situação. Esse tipo de uso pode resultar em decisões, ao longo do tempo. Ex.: a conscientização da excessiva produção de papel e seu impacto negativo, induz a uma mudança gradual de comportamento dos integrantes de determinada organização para essa redução, resultando, ao longo do tempo, em metas concretas para que isso aconteça.
- **Uso tático:** quando os indicadores são usados como tática moratória, para substituir a ação ou para desviar críticas. Ex.: a qualidade do ar é considerada ruim em determinado lugar, para mudar isso, são implementadas ações de correção de problemas ligadas à qualidade do ar em determinadas zonas afetadas.
- **Uso simbólico:** os indicadores são usados como garantias ritualistas, para que os decisores políticos mantenham as atitudes adequadas no processo de tomada de decisão. São usados como sinal ou símbolo de uma realidade. Ex.: a taxa de desemprego é muito elevado em determinado local, desse modo, devem ser tomadas medidas para atrair investimentos de indústrias, ainda que os impactos negativos para o ambiente não sejam considerados.
- **Uso político:** quando o conteúdo dos indicadores se transforma numa mensagem para sustentar uma posição predeterminada de um público. Significa persuadir outros atores para um ponto de vista particular do problema e da sua solução, beneficiando interesses próprios.

Segundo Pires et al. (2017, p. 50), é importante perceber que os indicadores podem ser utilizados de múltiplas formas e com diferentes finalidades, que podem ser ou não positivas. No âmbito local, por exemplo, diferentes atores podem usar o mesmo conjunto de indicadores de diferentes formas e com objetivos distintos, como resume o Quadro 4:

Quadro 4 - Potenciais usos de indicadores locais

<b>Tipo de uso</b>	<b>Descrição</b>
Uso instrumental (resultados concretos)	Utilizar para definir novos planos/programas Incorporar no planejamento Comparar (no espaço e no tempo)

	Influenciar decisões Monitorar o progresso de estratégias Alterar a distribuição de recursos
Uso conceitual (resultados intangíveis)	Servir de fórum para discussões públicas Disseminar informação Educar e conscientizar Ver e entender uma perspectiva global Promover novas relações de trabalho Mudar valores
Uso simbólico	Fundamentar o discurso político Mostrar tendências aos outros Justificar ou sustentar pontos de vista ou políticas Chamar a atenção para determinados assuntos Servir como informação de fundo

Fonte: Pires et al. (2017), adaptado de Gahin et al. (2003) e Rosenstrom (2006).

Apresentadas algumas definições, vantagens, obstáculos, usos e tipos de indicadores, a próxima etapa deste capítulo consiste em compreender o que são considerados bons indicadores e quais são as metodologias e regras utilizadas para a construção dessas ferramentas.

### 3.2.1 Procedimentos para a construção de indicadores

Os debates em torno da construção e definição de indicadores de desenvolvimento sustentável são relativamente longos e, durante esse período, uma diversidade de abordagens para a construção de indicadores foram criadas, como as abordagens técnica, participativa e mista (BELL e MORSE, 2003; VAN BELLEN, 2006).

Os IDS, tradicionalmente, são concebidos através da abordagem técnica ou *top-down*, na qual pesquisadores e especialistas contribuem para a seleção e definição tanto do sistema quanto do grupo de indicadores, que poderão ser adaptados posteriormente pelos gestores (VAN BELLEN, 2006). Nessa abordagem, predomina a preocupação com a relevância científica dos indicadores e com as melhores metodologias para conceber os indicadores, de modo que estas precisam ser capazes de cumprir o desafio de mensurar o desenvolvimento sustentável. Dentre as pautas mais discutidas nessa abordagem, estão: critérios com relevância científica para a seleção de indicadores; determinação de metodologia mais fidedigna; melhoria dos métodos de apresentação e comunicação; inovação estatística e metodológica (PIRES et al., 2017).

Para representar a flexibilidade desse processo, destacamos dois estudos que têm a mesma abordagem (técnica ou *top-down*), mas que, em algumas etapas, utilizam procedimentos

metodológicos distintos para o alcance de seus objetivos. Em estudo realizado por Van Bellen, em 2006, a construção de IDS próprios foi concebida por meio de sete etapas:

1. Contextualizar o conceito de desenvolvimento sustentável;
2. Analisar os fundamentos teóricos e empíricos que caracterizam as ferramentas de avaliação de sustentabilidade;
3. Levantar, por pesquisa bibliográfica, as mais importantes ferramentas de sustentabilidade no contexto internacional;
4. Selecionar, com um questionário enviado a especialistas da área, entre as ferramentas levantadas na etapa anterior, quais os três sistemas de avaliação de sustentabilidade mais importantes no contexto internacional atualmente;
5. Descrever os pressupostos teóricos que fundamentam as três ferramentas selecionadas;
6. Descrever o funcionamento de cada uma das ferramentas selecionadas.
7. Comparar as ferramentas selecionadas a partir de categorias analíticas previamente escolhidas.

Em 2020, Friedrichsen optou pela mesma abordagem, mas com algumas adaptações em relação à proposta de Van Bellen (2006):

1. Criação de livro de códigos: utilizado para sistematização de textos e correlações dos indicadores com o tema de estudo;
2. Levantamento e seleção de sistemas de indicadores, por intermédio da colaboração de especialistas e de revisão bibliográfica;
3. Criação de banco de dados para realizar associações, classificações, filtragem e reclassificações dos indicadores, a fim de estruturar o sistema de indicadores;
4. Levantamento de metodologias de cada indicador e fontes de dados;
5. Busca por dados oficiais públicos e análise final;
6. Inclusão do sistema de indicadores em plataformas digitais.

Na abordagem participativa ou *bottom-up*, há uma ênfase menor aos indicadores em si, predominando a preocupação com o processo de seleção e operacionalização dos indicadores, enquanto processo inerentemente participativo. Esse processo busca criar oportunidades de aprendizagem, participação e debate sobre o que significa o desenvolvimento sustentável, de modo que há uma maior preocupação com os desejos e expectativas da comunidade (VAN BELLEN, 2006; GAHIN et al., 2003). Diversas cidades e regiões, através da mobilização dos

próprios cidadãos e de ONGS, sem apoio do governo e com recursos próprios, têm criado sistemas de IDS, a partir da identificação e definição de aspectos particulares de sustentabilidade de suas respectivas comunidades. Contudo, alguns contras estão no processo de aprendizado na prática que, em muitos casos, apresenta expectativas irreais e malsucedidas, além do foco excessivo em questões ligadas à comunidade e que negligenciam outros assuntos fundamentais à sustentabilidade (PIRES et al., 2017; SAWICKI, 2002; VAN BELLEN, 2006; FRIEDRICHSEN, 2020).

A abordagem mista, definida como “governança”, faz uso da combinação das abordagens técnica e participativa, e representa uma oportunidade de ir além do mero uso técnico ou da ferramenta de participação pública. É orientada pelas técnicas fundamentais e por ponderações metodológicas em relação aos indicadores, mas, ao mesmo tempo, busca aliar essas perspectivas à colaboração e inclusão, atribuindo responsabilidade pelos indicadores à população e a um conjunto de organizações locais, prezando pelo diálogo entre os governos locais e as comunidades locais (PIRES et al., 2017; FRIEDRICHSEN, 2020).

A construção de indicadores envolve outros debates, como as opções metodológicas por indicadores específicos/contextuais ou indicadores normalizados/harmonizados. O foco dessa discussão está na produção de indicadores com diferentes metodologias, fator que dificulta o consenso sobre o processo de elaboração dos IDS. Para auxiliar os municípios na construção dos IDS, alguns instrumentos, como a NBR ISO 37120<sup>2</sup> para Cidades e Comunidades Sustentáveis, estabelecem normas e cálculos para os indicadores, para que sejam feitas comparações entre diferentes níveis (internacional, nacional, etc.). Porém, nas situações em que os indicadores precisam refletir sobre um contexto específico (cultural, institucional etc.), essas normas devem ser aplicadas somente nos casos em que a comparação é indispensável, sendo complementadas por outros indicadores contextuais (VAN BELLEN, 2006).

A agregação dos indicadores é outra discussão em evidência. Para alguns, a construção de índices possui maior capacidade de simplificar as informações, conforme os dados são agregados em um valor único e de fácil comunicação, porém, esse processo pode ser acompanhado de distorções de informações, como déficits ocultos, interpretações errôneas e representações incorretas (BOSSSEL, 1999; VAN BELLEN, 2006). Em oposição ao índice, o uso de um conjunto de IDS pode ser vantajoso para detectar questões específicas em escalas

---

<sup>2</sup> Primeira norma técnica para cidades sustentáveis do Brasil aprovada e publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A norma define e estabelece metodologias para um conjunto de indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável de comunidades urbanas, com o objetivo de orientar e medir o desempenho de serviços urbanos e qualidade de vida. Disponível em: <https://comurb.com.br/nbr-iso-371202017-norma-tecnica-para-cidades-sustentaveis/>. Acesso em: 12 dez. de 2020.

menores, como em comunidades locais. Contudo, ao escolher indicadores para compor determinado sistema, é comum que o número de indicadores seja mais representativo em determinada área, deixando outras áreas em segundo plano (BOSSEL, 1999).

Por conta dessas divergências, várias pesquisas se debruçam na organização de um modelo conceitual consistente para os IDS. Criar um modelo conceitual significa “classificar, dividir ou agrupar indicadores segundo determinadas áreas, com justificativas conceituais, teóricas ou metodológicas distintas”. Para tanto, os autores destacam duas categorias gerais de modelos conceituais para selecionar indicadores: os modelos conceituais *stricto sensu*, que organizam indicadores de acordo com determinadas concepções teóricas, e os modelos estatísticos, que organizam os indicadores conforme regras estatísticas. Dentre as abordagens em destaque, a abordagem técnica é a que apresenta uma maior preocupação com o modelo conceitual e com a redução das limitações que englobam a construção ou seleção de indicadores (Pires et al., 2017, p. 57). Para tanto, essa abordagem sugere a observação de um conjunto de critérios durante a etapa de seleção de um ou mais indicadores (IISD, 2000):

- Relevância: deve estar associado a uma ou várias questões em torno das quais as principais políticas são formuladas e ter relação com os objetivos e metas;
- Disponibilidade de dados: dados com qualidade técnica, disponíveis a um custo razoável e não confidenciais;
- Facilidade na recolha de dados: operacionalidade e robustez dos métodos de obtenção, processamento e análise, que permita o seu monitoramento ao longo do tempo;
- Validade e credibilidade científica: o indicador deve refletir de forma precisa os fatos; os dados devem ser recolhidos por meio de técnica de medição cientificamente válidas e testadas;
- Simplicidade e facilidade de comunicação: a informação deve ser apresentada de forma compreensível e visualmente atrativa para o público-alvo;
- Número limitado: o número de indicadores não deve ser muito excessivo;
- Adequado à escala e ao horizonte temporal em análise: dados disponíveis para séries temporais e para unidades espaciais relevantes;
- Transparente: quanto às fontes dos dados, metodologias de cálculo e aos responsáveis pelo cálculo;
- Participação: os indicadores devem emergir de um processo colaborativo que envolva diversos atores na definição e operacionalização e cujas responsabilidades pelos indicadores sejam igualmente partilhadas e transparentes;

- Significado: os indicadores devem ter um sentido ou significado para as pessoas e comunidades que irão utilizá-los;
- Conhecimento local: os indicadores devem conjugar diversos tipos de conhecimento científico e de senso-comum;
- Peso histórico: dar tempo para os atores locais conheçam e aprendam sobre os indicadores e o que isso implica em suas vidas/negócios/políticas;
- Adaptabilidade e flexibilidade: os indicadores devem ser flexíveis e adaptáveis para que possam ser melhorados ao longo do tempo;
- Institucionalizar a produção de conhecimento: a capacitação das instituições é fundamental para a continuidade dos indicadores.

Em suma, o procedimento para a construção de indicadores, como os IDS, faz parte de um extenso debate científico e político. Nesse processo, algumas abordagens, como a técnica (*top-down*), participativa (*bottom-up*) e mista (governança), podem ser aplicadas, de acordo com o propósito dos diferentes atores (FRIEDRICHSEN, 2020). Para sintetizar essa discussão, o Quadro 5 traz as principais características dessas abordagens:

Quadro 5 - Tipos de abordagens para a construção de indicadores

	<b>Técnica</b>	<b>Participativa</b>	<b>Governança</b>
<b>Vantagens dos indicadores</b>	Definição e comparação de objetivos; Técnicas administrativas	Comunicação, transparência e participação pública	Definição e comparação de objetivos; Técnicas e administrativas; Comunicação, transparência e participação pública
<b>Quem define os indicadores</b>	Número limitado de atores técnicos	Grande número de atores, não-técnicos, da sociedade civil	Grande número de atores, técnicos, políticos e da sociedade civil
<b>Processo de construção</b>	Processo pré-formatado: definir objetivo pretendido + público alvo + desenho apropriado + consulta a especialistas	Processo contextualizado e colaborativo, com diferentes oportunidades de aprendizagem para diversos atores locais	Processo colaborativo abrangente, com atores governamentais e não governamentais; responsabilidade e coordenação em rede; fortes estratégias de comunicação.
<b>Crítérios de seleção dos indicadores</b>	Disponibilidade de dados; Facilidade e uniformidade de recolha; Confiabilidade dos	Participação; Conhecimento local; Peso histórico; Adaptáveis e flexíveis;	Compromisso político; Processo colaborativo; Capacidade de operacionalização a

	dados e validade científica; Limitados em número; Aplicáveis a distintas escalas temporais e espaciais; Passíveis de agregação; Transparência	Capacidade de serem operacionalizados	longo prazo; Meta-avaliação; Confiabilidade dos dados e validade científica; Incorporação de diferentes tipos de conhecimento
<b>Responsabilidade pela recolha dos dados</b>	Técnicos	Comunidade	Redes
<b>Público-alvo</b>	Peritos; Decisores políticos; Técnicos	Público em geral; Decisores políticos	Público em geral; Decisores políticos e técnicos; Peritos
<b>Modelo conceitual</b>	Com base em modelos económicos, de capital, de pressão-estado-resposta e suas variações, de bem-estar humano e dos ecossistemas, com base em temas/áreas ( <i>triple bottom line</i> ), estatísticos ou contabilísticos.	Com base em temas/áreas específicas; enquadramento conceitual dependente do processo	Enquadramento conceitual dependente do processo, com base em temas/áreas (standardizadas ou contextuais)
<b>Tipos de indicadores</b>	Índice; Indicadores-chave; Lista de indicadores; Dados brutos	Indicadores-chave; Lista de indicadores	Índice; Indicadores-chave; Lista de indicadores; Dados brutos
<b>Principais usos</b>	Instrumental	Conceitual; Instrumental em última análise	Instrumental; Conceitual; Simbólico; Político

Fonte: Pires et al. (2017), adaptado de Pullseri et al. (2016).

Em virtude dos riscos inerentes à construção de IDS, em 1996, foram concebidos os Princípios de Bellagio, definidos como um conjunto de princípios que podem ser utilizados como referência para a construção dos IDS em diferentes níveis (internacional, nacional, em comunidades) e em diferentes etapas metodológicas. A última atualização desses princípios, intitulada de “*Bellagio Sustainability Assessment and Measurement Principles – Bellagio STAMP*”, foi divulgada em 2009, e estabelece um conjunto de oito princípios para a avaliação e mensuração da sustentabilidade (PIRES et al., 2017), resumidos a seguir:

Quadro 6 - Princípios de Bellagio

<b>Princípio</b>	<b>A avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável deve:</b>
<b>1. Visão orientadora</b>	Deve ser definida uma visão que enquadre todo o sistema de indicadores e que seja guiada pelo objetivo de melhorar o bem-estar das populações dentro dos limites da capacidade da biosfera e mantendo essa capacidade para as futuras gerações. Deve ser discutido o que significa bem-estar e o que significa desenvolvimento sustentável em cada contexto. Definir uma visão coletiva, de forma participativa e socialmente integradora, é determinante para a mobilização social e o impacto do sistema de indicadores.
<b>2. Considerações essenciais</b>	A construção do sistema de indicadores deve considerar: o sistema social, econômico e ambiental como um todo articulado, com um caráter holístico, e as interações entre os seus componentes, nomeadamente incluindo questões de governação; as dinâmicas e interações entre tendências atuais e forças de mudança; os riscos, as incertezas e as atividades que possam ter impacto noutros territórios; as implicações para a tomada de decisão, incluindo sinergias e obstáculos.
<b>3. Âmbito adequado</b>	Deve ser adotada uma escala temporal apropriada, que permita capturar efeitos de políticas e atividades humanas passadas e atuais a curto e longo prazo, bem como a dimensão geográfica adequada, além do contexto local.
<b>4. Modelo conceitual e indicadores</b>	O sistema deve ser baseado: - Num modelo conceitual explícito que identifique os temas a serem monitorizados através de indicadores-chave; - Na utilização de metodologias standard ou indicadores comparáveis, sempre que possível; - Na comparação dos valores dos indicadores com metas, sempre que possível.
<b>5. Transparência</b>	Para assegurar a transparência de todo o sistema de indicadores é necessário: - Assegurar que os dados, indicadores e resultados da avaliação estejam acessíveis ao público; - Explicar as escolhas, hipóteses e incertezas que podem influenciar os resultados dos indicadores; - Divulgar as fontes dos dados e metodologias de cálculo dos indicadores; - Divulgar todas as fontes de financiamento e possíveis conflitos de interesse
<b>6. Comunicação eficaz</b>	A comunicação dos indicadores é determinante, devendo utilizar linguagem clara e acessível, suportada por estratégias diferenciadas e inovadoras (nomeadamente utilizando diferentes meios visuais que ajudem a interpretar e contar uma história sobre os indicadores), e divulgando a maior quantidade de informação possível, de forma fidedigna e objetiva.
<b>7. Participação ampla</b>	Deve ser assegurada a participação ampla de atores locais na construção e operacionalização dos sistemas de indicadores,

	devendo o seu envolvimento dar-se desde o início e ao longo de todo o processo de definição, operacionalização e divulgação dos indicadores.
<b>8.Continuidade e capacidade</b>	Deve haver capacitação institucional para dar continuidade ao sistema, suportada por medições repetidas, flexibilidade para adaptações, investimento para desenvolver e manter uma capacidade adequada e para adotar uma melhoria e aprendizagem contínua.

Fonte: Pires et al. (2017).

Os Princípios de Bellagio podem ser utilizados como parâmetros de validação dos IDS, na medida em que esclarece quais aspectos são prioritários e devem ser atendidos na construção de indicadores ou de sistemas de indicadores (FRIEDRICHSEN, 2020).

### 3.3 Princípios de Desenvolvimento Sustentável para o Desenvolvimento Turístico

A partir dos anos 1950, grande parte dos países, sobretudo os países desenvolvidos, vivenciaram um período de prosperidade, marcado pelo aumento das políticas de bem-estar social, dos direitos trabalhistas (diminuição das horas de trabalho, férias remuneradas, aposentadoria antecipada, aumento da expectativa de vida), e do poder de compra. Na mesma proporção, o incentivo ao consumo era estimulado pelos meios de comunicação e por incentivos governamentais. A partir dessas transformações, o tempo, na sociedade capitalista, passou a estar separado em tempo para o trabalho, tempo livre – destino à realização de necessidades básicas – e tempo para o ócio (GARCÍA, 1997; MOESCH, 2000; RUSCHMANN, 2016).

O turismo passou a estar no imaginário das pessoas como uma das principais formas de aproveitar o tempo ocioso. Na sociedade capitalista, ainda no século passado, passou a ser considerado um objeto de consumo para demonstrar *status* social. Devido a esse fator, entre os anos 1950 e 1970, o turismo massivo<sup>3</sup> atingiu o seu apogeu, gerando uma série de impactos pelo mundo (RUSCHMANN, 2016; GARCÍA, 1997).

O turismo pode ser definido como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes [...] e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (BENI, 2001, p.36). Para o Ministério do Turismo (2018), é entendido como o

<sup>3</sup> Tipo de turismo que envolve negócios em larga escala, grandes quantidades de turistas sendo transportados em massa, e experiências, que são muito parecidas com as de seu próprio estilo de vida doméstica (COOPER et al., 2011, apud HUNTER, 2002).

conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu local de residência por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outros. Portanto, as definições de turismo evocam, frequentemente, uma ideia de tempo limitado, de não permanência.

Da mesma forma, o conceito de turista traz o elemento tempo como característica principal. Segundo o Glossário de Turismo (MTUR, 2018), turista é aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente por mais de 24 horas, pernoita, por outro motivo que o de não fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda recebida fora da região visitada.

O turismo como fenômeno complexo costuma ser relacionado ao conceito de sistema, que, segundo Hall (2000), é uma mistura ou uma combinação inter-relacionada de coisas ou elementos que forma o todo. O Sistema de Turismo (Sistur) abrange as relações entre consumo, produção e experiências geradas, e pode ser compreendido a partir de diversas abordagens, dentre elas, destaca-se a abordagem do sistema geográfico de turismo, que apresenta os diferentes estágios dessa atividade (COOPER et al., 2011):

- Região geradora ou emissora: é a residência permanente do turista e o lugar onde a jornada começa e acaba (infraestrutura de transporte; agentes de viagem; operadores; canais de promoção e distribuição do destino);
- Rota de deslocamento: é o caminho através da região pela qual o turista deve viajar para chegar ao seu destino (serviços de ônibus, trem, aviação etc., que facilitam o trânsito para restaurantes, acomodações em geral etc.);
- Região de destino: região que o turista escolhe visitar e que constitui um elemento central para o turismo (facilidade e atrações; acomodações; reuniões e exposições; parques temáticos; cassinos; comércio; parques públicos; restaurante; transporte local, e outros)
- Ambiente: o que está em volta dos outros três elementos.

O Sistur determina o espaço turístico, estabelecendo a inter-relação do conjunto de relações ambientais (ecológico, social, econômico, cultural), com o conjunto da organização estrutural (superestrutura e infraestrutura) e com o conjunto operacional (oferta, mercado, demanda, numa relação de produção, distribuição e consumo) (MOESCH, 2000).

Em síntese, são elementos-chave do turismo o deslocamento, a participação dos diferentes atores locais (gestão pública, profissionais de turismo, empresariado e comunidade),

a oferta turística (atrativo turístico, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio), a demanda turística, e as motivações dos visitantes que se deslocam para outros destinos (saúde, natureza, negócios, eventos, cultura, lazer, ciência etc.) (MTUR, 2018).

Com frequência, alguns autores (MOESCH, 2000; IRVING et al., 2020 etc.) questionam se as definições de turismo oficiais ainda são pertinentes em meio às diversas mudanças de paradigmas na contemporaneidade, visto que tempo e espaço, elementos recorrentes nessas definições, têm se despedaçado na sociedade em rede, onde as relações de trabalho não são mais as mesmas, e têm passado por uma série de transformações antes e, principalmente, ao longo da pandemia causada pela COVID-19.

Para Irving et. al (2020, p. 7), “o turismo é um fenômeno complexo e multidimensional, de alcance global, mas que se materializa localmente”, um produto da articulação de dinâmicas sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e simbólicas, que desencadeiam novas articulações com tendência a reconfigurar realidades locais nas quais esse fenômeno se desenvolve. Assim, o turismo ocupa um espaço privilegiado na economia global, enquanto fenômeno capaz de promover o desenvolvimento local e a responsabilidade com os recursos naturais, e outros benefícios, em uma escala maior (IRVING et al., 2005).

A partir da década de 1990, as políticas norteadas das principais agências internacionais, como as Nações Unidas, passaram por um período de readequação em prol do desenvolvimento com bases sustentáveis. Essas transformações são consequência de um longo período de discussões sobre a concepção de desenvolvimento, iniciadas desde a década de 1970. Fortemente influenciadas pelas tendências globais, as políticas norteadoras de turismo, até então orientadas pelas forças de mercado, passaram por uma série de mudanças, com o objetivo de seguir os padrões éticos e socioambientais em voga (SWARBROOKE, 2000; KÖRÖSSY, 2008; IRVING et al., 2020).

Contudo, vários autores (BENI, 2003; KÖRÖSSY, 2008; BOLUK et al., 2017; HALL, 2019; SOUZA, 2020; IRVING et al., 2020, entre outros) questionam até que ponto essas políticas contrariam a concepção do desenvolvimento economicista. Parte desse ceticismo se dá pela constante priorização dos aspectos econômicos no turismo, como o valor de mercado, o crescimento econômico e a competitividade nas políticas de turismo.

Irving et al. (2020) utilizam projeções econômicas, elaboradas pela Organização Mundial de Turismo (UNWTO), para ilustrar esse cenário de contradição. Em 2020, a UNWTO emitiu uma estimativa de crescimento de 3% a 4% nas chegadas de turistas internacionais em

todo o mundo<sup>4</sup>, demonstrando que os órgãos oficiais de turismo continuam a ignorar alguns riscos globais evidentes, como as mudanças climáticas, as pandemias, a finitude dos recursos naturais, entre outros aspectos gerados por ações insustentáveis.

Ao buscar a apreensão do fenômeno turístico por meio do Método Dialético Histórico-Estrutural<sup>5</sup>, Moesch (2000) denuncia os fins operacionais e economicistas da atividade turística, nomeado pela autora como “fazer-saber turístico”, alegando que estes ignoram a complexidade da atividade, tornando o turismo um campo do conhecimento parcelado e compartimentado. Esse descompromisso com as investigações teóricas do turismo gera uma série de paradigmas confusos, que, segundo a autora, são responsáveis por uma reação em cadeia, que se reflete nas políticas públicas e se materializa nas ações globais e locais. Para tentar solucionar essa problemática, a epistemologia do turismo deve, então, ser conduzida para “a transformação da realidade, a partir a captação da realidade em transformação e da formação de sujeitos sociais ativos, capazes de transformar positivamente a realidade vivenciada”.

Ao investigar o turismo sob o viés do Pensamento Crítico (na sigla em inglês, CT)<sup>6</sup>, Boluk et al. (2017) apontam que, pensar criticamente o turismo requer envolvimento com as problemáticas contemporâneas. Para tanto, deve haver um longo período de trabalho coletivo, com profundas observações sobre poder, privilégio, hegemonia e estruturas hierárquicas, relações de consumo, produção, concorrência, cooperação e inclusão de saberes alternativos. A academia, enquanto espaço propício para a produção do saber, pode contribuir com essas transformações ao “compreender, construir, interpretar e produzir um sentido novo e um novo significado com relação ao objeto de estudo em questão” (Irving et al., 2020, p. 80).

A ressignificação do conceito de “desenvolvimento” foi crucial para que uma série de debates em torno dos impactos socioambientais gerados e dos riscos iminentes ao planeta pudessem ser ampliados e estimulados. O fenômeno turístico tem sido um dos principais agentes no consumo de paisagens e recursos naturais, gerando inúmeros impactos que afetam os ecossistemas e as sociedades. Nesse sentido, algumas mudanças de paradigmas em relação à atividade turística são fundamentais para a sua própria sobrevivência, e o desenvolvimento

---

<sup>4</sup> World Tourism Barometer. Disponível em: [https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-01/UNWTO\\_Barom20\\_01\\_January\\_excerpt\\_0.pdf](https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-01/UNWTO_Barom20_01_January_excerpt_0.pdf). Acesso em: 01 nov. 2020.

<sup>5</sup> A Dialética Histórico-Estrutural (DHE) tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas, que são formas de acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade social é pelo menos regular (MOESCH, 2000, p. 50, apud DEMO, 1984, p. 94).

<sup>6</sup> O CT requer um processo de descoberta, reconhecimento e verificação de suposições implícitas para garantir precisão e tomada de decisão informada. Especificamente, o CT permite explorações mais profundas da dinâmica de poder, privilégio, hegemonia e estruturas hierárquicas (BOLUK et al., 2017, apud BROOKFIELD, 1987, tradução nossa).

sustentável surge como uma oportunidade de pensar criticamente essas mudanças. Apesar do ceticismo em torno da transmutação das políticas de turismo em estratégias no plano real, a inserção do conceito e dos ideais do desenvolvimento sustentável nas políticas globais é, aparentemente, irreversível, e, a passos lentos, tem sido incorporado no turismo. Um avanço nesse sentido ocorreu em 2018<sup>7</sup>, quando a UNWTO redefiniu o turismo como um fenômeno “econômico e social”, e não apenas econômico (SWARBROOKE, 2000; KÖRÖSSY, 2008; IRVING et al., 2020).

### 3.3.1 Turismo Sustentável

Ainda que não haja consenso sobre a definição de turismo sustentável, diversos autores (SWARBROOKE, 2000; KÖRÖSSY, 2008; IRVING et al., 2011; ANJOS et al., 2011, etc.) e organizações oficiais de turismo, como a UNWTO, utilizam os mesmos pressupostos do conceito de desenvolvimento sustentável, publicado pelo Relatório Brundtland (1987), para embasá-lo. A UNWTO (2005, p. 12) define o turismo sustentável como aquele que “leva plenamente em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs”.

Cabe esclarecer a diferença entre os termos “turismo sustentável” e “sustentabilidade do turismo”. O turismo sustentável é um modelo a ser seguido pela atividade turística, que está baseado no equilíbrio do tripé do desenvolvimento sustentável, como consta no Relatório Brundtland. Em contrapartida, a sustentabilidade do turismo se refere à continuidade da atividade turística a longo prazo, visando principalmente a sua manutenção, e não necessariamente a sua condução em prol do desenvolvimento sustentável (KÖRÖSSY, 2008).

Apesar de estar esclarecido que o turismo sustentável não é um segmento, mas um modelo a ser seguido pelo *trade* turístico, é comum que esse conceito seja confundido com algumas tipologias do turismo de natureza (ecoturismo etc.). A respeito desse equívoco, cabe ressaltar que o ecoturismo não é um modelo, e sim um segmento que apoia a conservação e as práticas de interpretação do patrimônio natural e cultural em áreas naturais, sempre com um número reduzido de pessoas (UNWTO, 2005). Outra ressalva diz respeito à capacidade do ecoturismo - assim como de outros segmentos turísticos - no desenvolvimento de práticas insustentáveis, quando mal planejadas (KÖRÖSSY, 2008).

---

<sup>7</sup> Tourism – an economic and social phenomenon. Disponível em: <https://www.unwto.org/why-tourism>. Acesso em: 01 nov. 2020.

O Quadro 7 relaciona os principais objetivos do turismo sustentável com o tripé do desenvolvimento sustentável, demonstrando que as políticas orientadoras de turismo e o planejamento para a atividade, devem atender a vários fatores, indo além de aspectos como emprego e renda.

Quadro 7 - Os 12 objetivos do turismo sustentável e os pilares da sustentabilidade

<b>Dimensões</b>	<b>Princípios</b>	<b>Relações</b>
<b>Econômica</b>	Viabilidade Econômica	Assegurar a viabilidade e competitividade dos destinos turísticos e empreendimentos turísticos, para que continuem a prosperar e a entregar benefícios a longo prazo
	Prosperidade Local	Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade econômica do destino anfitrião, incluindo a proporção dos gastos do visitante que é retida localmente.
	Qualidade de Emprego	Fortalecer o número e a qualidade dos empregos locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo o nível de remuneração, as condições de serviço e a disponibilidade para todos, sem discriminação por gênero, raça, deficiência ou outras formas.
<b>Social</b>	Igualdade social	Buscar uma distribuição ampla e justa dos benefícios econômicos e sociais do turismo em toda a comunidade receptora, incluindo a melhoria das oportunidades, renda e serviços disponíveis para os pobres.
	Atendimento do Visitante	Para proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante para os visitantes, disponível a todos, sem discriminação de gênero, raça, deficiência ou outras formas.
	Controle local	Envolver e capacitar as comunidades locais no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro do turismo em sua área, em consulta com outras partes interessadas
	Bem-estar da comunidade	Manter e fortalecer a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo estruturas sociais e acesso a recursos, amenidades e sistemas de suporte de vida, evitando qualquer forma de degradação ou exploração social.
	Riqueza cultural	Respeitar e valorizar o patrimônio histórico, a cultura autêntica, as tradições e a distinção das comunidades anfitriãs.
<b>Ambiental</b>	Integridade Física	Manter e valorizar a qualidade das paisagens, tanto urbanas como rurais, e evitar a degradação física e visual do meio ambiente.
	Diversidade Biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e fauna bravia, e minimizar os seus danos.
	Eficiência de recursos	Minimizar o uso de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento e operação de equipamentos e serviços turísticos.
	Integridade Ambiental	Minimizar a poluição do ar, da água e do solo e a geração de resíduos por parte de empreendimentos turísticos e visitantes.

Fonte: Elaborado a partir de UNWTO (2005).

Adotar os princípios do turismo sustentável significa aproveitar os recursos ambientais para o desenvolvimento do turismo, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade; respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio cultural e valores tradicionais construídos e vivos e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural; e garantir operações econômicas viáveis a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas, com distribuição justa, empregos estáveis e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, contribuindo, assim, para o alívio da pobreza (UWNTO, 2005).

Para Irving et al. (2011), investigar o turismo sob os diferentes pilares da sustentabilidade significa realizar uma leitura menos simplista da atividade turística, isso porque o turismo é um fenômeno complexo, que interage com diferentes dimensões, que são constantemente influenciadas entre si. Oferecer uma leitura menos simplista do turismo requer o enfrentamento de uma série de desafios, considerando que esse é um dos setores que mais tem crescido nos últimos 20 anos. Portanto, o principal desafio envolve a administração desse crescimento dinâmico, para que possa trazer benefícios concretos à população. Com o planejamento adequado, é sabido que o turismo pode contribuir com o alívio da pobreza em áreas remotas ou rurais, quando os gastos dos visitantes também são direcionados aos moradores. Com efeito, também pode contribuir com a conservação, quando gera receita para áreas protegidas e patrimônios, por meio de taxas de entrada, autorizações etc. (SWARBROOKE, 2000; UNWTO, 2005).

Em relação às cidades, o turismo sustentável costuma ser inserido na agenda urbana através da economia criativa. Considerando que o turismo é apenas uma entre as diversas prioridades urbanas, para que o turismo sustentável tenha mais espaço nas políticas e no planejamento urbano é preciso existir, além de ações do setor público, a união de esforços de todo o *trade* turístico (ALLIS, 2015):

O turismo é essencialmente uma atividade desenvolvida por empresas do setor privado, sendo a sua ação, juntamente com a dos turistas, a responsável pela maioria dos impactos, positivos e negativos. Uma função primária do governo na promoção de um turismo mais sustentável é, portanto, criar um ambiente que permita ou influencie o setor privado a operar de forma mais sustentável e influencie os padrões de fluxos de visitantes e comportamento de modo a maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos do turismo (UNWTO, 2005, p. 23).

Em suma, para o alcance de um turismo mais sustentável, são necessários processos participativos, que não dependem apenas do comprometimento do *trade* turístico, mas que também exigem forte liderança política e incentivo à participação social (UNWTO, 2005; RUSCHMANN, 2016; IRVING et al., 2005).

### 3.3.2 Inserção do turismo na agenda da sustentabilidade

Com o crescimento da atividade turística e de sua influência sobre diferentes setores e atores, uma série de processos insustentáveis têm sido observados nos últimos anos, evidenciando a importância de inserir o turismo no debate da sustentabilidade (IRVING et al., 2005; UNWTO, 2005). Essa inserção foi impulsionada na década de 1960, pelo interesse acadêmico em torno dos impactos negativos gerados pelo turismo, em especial, em relação aos impactos observados nos recursos naturais, resultando nos primeiros estudos de capacidade de carga nos lugares onde as atividades turísticas ocorriam. Paralelamente ao interesse acadêmico, havia uma expansão da conscientização ambiental em diversos países, que culminou em pressões para que governos e empresas reduzissem os impactos negativos do turismo na natureza e nas sociedades (KÖRÖSSY, 2008; SWARBROOKE, 2000).

No ambiente, os impactos negativos do turismo são observados pela destruição da cobertura vegetal do solo, na devastação das florestas, na erosão das encostas, na extinção de espécies da flora e fauna, na poluição (sonora, visual e atmosférica), na contaminação das águas de rios, lagos e oceanos etc. Nos ambientes socioculturais, esses impactos são realizados pela descaracterização das tradições e dos costumes das comunidades receptoras, pela especulação imobiliária, entre outros impactos (RUSCHMANN, 2016).

Para minimizar os custos sociais que afetam os ambientes socioculturais e evitar danos irreversíveis aos recursos naturais, as políticas de turismo e o planejamento turístico devem prezar pela harmonia entre as diferentes dimensões – fator essencial ao desenvolvimento sustentável –, permitindo que a atividade possa ser operacionalizada de forma mais sustentável e abrangente (RUSCHMANN, 2016; IRVING et al., 2005).

A origem do turismo sustentável tem seu cerne na busca pelo turismo alternativo (COOPER et al., 2011), que iniciou na década de 1960, com a proliferação do termo “sustentável” e do reconhecimento dos impactos negativos potencializados pelo turismo de massa. Na década de 1970, ocorreram as primeiras preocupações com a gestão de visitantes e, em seguida, na década de 1980, termos como “turismo verde” (*green tourism*), “turismo brando” e “ecoturismo” foram popularizados como correntes opostas ao turismo de massa, que,

nesse período, era considerado um modelo de turismo unicamente danoso (KÖRÖSSY, 2008; SWARBROOKE, 2000).

Segundo Swarbrooke (2000 apud Clarke, 1997), esse debate terminológico foi dividido em quatro fases:

- Primeira fase: Opostos polares, em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos de renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável.
- Segunda fase: Um continuum, em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiram em algum ponto central.
- Terceira fase: Movimento, uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável.
- Quarta fase: Convergência, como a ideia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis.

Ainda hoje, equivocadamente, o turismo alternativo é conhecido como aquele que impacta minimamente a cultura local e o ambiente, oferecendo ao turista uma experiência genuína da vida local. É comum que seja rotulado como “ecoturismo”, “turismo suave”, “turismo sustentável”, ou representado por movimentos ligados ao desfrute de experiências, como o *slow travel*, desenvolvido por Carlo Petrini (COOPER et al., 2011).

Como enfatizam Swarbrooke (2000 apud Clarke, 1997), a visão dos opostos polares é uma barreira conceitual, uma vez que todos os tipos de turismo são capazes de adotar as diretrizes e práticas da gestão do turismo sustentável, até mesmo o turismo de massa. Além disso, em uma única viagem, diferentes segmentos turísticos podem ser manifestados, logo, na prática, a visão dos opostos polares também ignora a complexidade do fenômeno turístico.

Com o aumento de sua notoriedade, a partir da década de 1990, o turismo sustentável passou a ser inserido em políticas públicas e a estar cada vez mais presente em pautas de fóruns e conferências sobre o desenvolvimento sustentável (SWARBROOKE, 2000), resumidos em sequência:

Quadro 8 - Principais dispositivos globais relacionados ao turismo sustentável

Documento	Síntese/Objetivos
Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o	Estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento sustentável, com base na Agenda 21 para os governos e

Desenvolvimento Sustentável (WTO, 1995a)	organizações comerciais representativas e também para as empresas. Foram identificadas áreas prioritárias para orientar as ações do setor turístico.
Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo, (UNEP, 1995)	Buscou apresentar, sistematizar e divulgar os códigos existentes.
Carta do Turismo Sustentável (WTO, 1995b)	Inspirado nos princípios da Agenda 21, foi o primeiro pacto para o turismo sustentável construído no âmbito da UNWTO, após a Rio 92. Nele, são definidas as bases de um plano de ação para o turismo sustentável a ser desenvolvido por todos os países-membros da ONU.
Carta Internacional do Turismo Cultural (UNESCO, 1999)	Enfatezou o desenvolvimento turístico em harmonia com o respeito e a valorização tanto do patrimônio cultural quanto das culturas vivas das comunidades autóctones, e reafirmou o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável, em benefício das sociedades.
Integrando Sustentabilidade em Negócios: Um Guia de implementação para Coordenadores de Turismo Responsável (UNEP, 2005)	Inspirado nas narrativas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000 – 2015), informou sobre as premissas do desenvolvimento sustentável para os agentes responsáveis e/ou coordenadores de instituições do setor turístico, afim de orientar suas práticas cotidianas.
Carta do Turismo Sustentável + 20 (UNWTO, 2015)	Apresentou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas, em 2015, como uma oportunidade para o desenvolvimento turístico de forma inclusiva e sustentável. São reconhecidos os impactos negativos do turismo em relação aos recursos naturais e culturais, aos desequilíbrios e desigualdades sociais e ao risco de terrorismo em destinos turísticos. O documento aponta o turismo como uma via potencial para a paz e a tolerância planetárias.
Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminho para 2030 (UNWTO, 2017)	Apresentou a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando a potencial contribuição do turismo para o alcance desses objetivos.

Fonte: Adaptado de Irving et al. (2020).

Esses e outros dispositivos foram responsáveis por mudanças nas políticas setoriais de turismo e pelo progresso das políticas globais de turismo em prol do desenvolvimento sustentável. O recorte temporal dessas mudanças coincide com a Rio 92, que abriu caminhos para iniciativas que compartilhavam do objetivo de promoção da sustentabilidade no plano global. O documento “Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” é um exemplo disso, devido à criação de diretrizes e eixos prioritários para orientar o *trade* turístico em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável. Os códigos de ética citados ainda são relevantes para a discussão de mudanças

comportamentais do turista e do setor. A Rio 92 também inspirou outros documentos importantes para o tema, como a Carta do Turismo Sustentável, considerado um ponto de partida para o estabelecimento dos princípios e objetivos para o turismo sustentável (IRVING et al., 2020).

Outros acontecimentos importantes para o turismo sustentável nas últimas décadas, foram: o 7º Encontro da Comissão da União Europeia sobre o Desenvolvimento Sustentável, dedicado a discutir os desafios da sustentabilidade no setor do turismo; a declaração do Ano Internacional do Ecoturismo pelas Nações Unidas, em 2002; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, que trouxe o turismo como uma de suas áreas prioritárias e determinou ações para a promoção do desenvolvimento do turismo sustentável (RUSCHMANN, 2016; KÖRÖSSY, 2008).

Segundo Irving et al. (2020, p. 91), os últimos anos foram emblemáticos “no reconhecimento do agravamento da crise global, em termos de aumento da pobreza, da desigualdade social, da emergência climática [...] da insegurança hídrica e alimentar”, entre outras crises políticas, sociais etc. Para tentar solucionar essas crises, instrumentos e pactos globais, como a Agenda 21, o Acordo de Paris e, recentemente, a Agenda 2030, apesar de suas imperfeições, são cruciais para o avanço da discussão em torno da sustentabilidade.

Progressivamente, o turismo sustentável tem se tornado um desafio global e um importante elemento no alcance do desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas. A inserção do turismo sustentável nos objetivos e metas da Agenda 2030, assim como as tentativas das agências internacionais em internalizar os ODS no setor turístico, a exemplo do documento “Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminhos para 2030”, publicado pela UNWTO, em 2017, são alguns exemplos que comprovam esse reconhecimento.

### **3.4 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, 193 países-membros adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, um plano de ação que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até o ano de 2030. Esse plano resulta das discussões realizadas durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20), cujo enfoque era a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e humano, e representa

a transição entre as conquistas obtidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Figura 2), rumo a uma nova agenda mundial pós-2015 (ONU, 2015).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2020).

Precursos dos ODS, os ODM foram concebidos como uma agenda tecnocrática e pouco ambiciosa, centrada muito mais nos sintomas do que nas causas, e que se limitava ao alcance da redução parcial da pobreza extrema. Não havia preocupação em determinar os meios para atingir os objetivos listados e, talvez, uma das principais limitações dessa agenda tenha sido a renúncia em ser uma agenda universal, limitando-se aos países pobres ou em desenvolvimento, mantendo uma visão tradicional Norte-Sul (SANAHUJA e VÁZQUEZ, 2017).

Diferentemente dos ODM e de suas metas setoriais, a Agenda 2030 foi criada para enfrentar novos desafios globais, a partir de uma perspectiva abrangente, universal, de longo alcance e centrada nas pessoas, com compromissos que devem ser aplicados tanto nos países em desenvolvimento quanto nos mais desenvolvidos, pois todos precisam estar comprometidos com o alcance do desenvolvimento sustentável. Além de estar comprometida com a continuidade de ações em relação aos ODM que não foram alcançados, a Agenda tem o ambicioso projeto de ir além de temas como a erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional, com a inclusão de objetivos e metas ligados a outras dimensões – econômica, social e ambiental (ONU, 2015; MRE, 2014).

Além de considerar as experiências dos ODM (2000-2015), o processo de construção da Agenda 2030 foi marcado por uma ampla participação e diálogo com os Estados membros da ONU, a sociedade civil, a iniciativa privada, os governos, as instituições de pesquisas, entre outras partes interessadas. Como forma de ampliar essa participação, pessoas do mundo todo puderam colaborar com sugestões e debates por meio da plataforma *My World*. Esse processo

participativo abrangente resultou em uma agenda composta por 17 ODS (Figura 3) integrados e indivisíveis, 169 metas e 232 indicadores, além de uma Declaração com visão, princípios e compromissos compartilhados. Distribuídos em 16 eixos temáticos e em 1 eixo de implementação, os ODS estão empenhados no alcance do desenvolvimento sustentável em quatro dimensões fundamentais – ambiental, social, econômica e institucional (MRE, 2014; ONU, 2015).

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2020)<sup>8</sup>.

Os ODS e metas da Agenda 2030 determinam ações em cinco áreas prioritárias para a humanidade e o planeta (ONU, 2015), são elas:

- Pessoas: acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;
- Planeta: proteger o planeta da degradação, por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras;
- Prosperidade: assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;

<sup>8</sup> Plataforma Agenda 2030. Disponível em: [http://www.agenda2030.com.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.com.br/os_ods/). Acesso em: 19 dez. 2020.

- Paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável;
- Parceria: mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas.

Assim, os ODS buscam avaliar a efetividade das ações de desenvolvimento dos países a partir da análise periódica de dados que refletem a realidade de cada região, país e cidade, e enfatizam que planejamento, informações qualificadas, órgãos estatísticos e dados fortalecidos são elementos cruciais para avaliar profundamente o desenvolvimento sustentável (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020). O ODS 17 (parcerias em prol das metas) reafirma a necessidade do avanço da cultura de dados:

Meta 17.18 - até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais (IPEA, 2018, p. 491).

Assim como em outros países, no Brasil, a implementação da Agenda 2030 surgiu da necessidade de dar continuidade ao legado dos ODM. E, embora sejam inúmeras as críticas relacionadas aos ODM, os resultados obtidos com as metas estabelecidas foram particularmente positivos no cenário brasileiro, com o alcance total das metas 1 (Combater a fome e a miséria), 4 (Reduzir a mortalidade na infância), 8 (Juntos pelo desenvolvimento), e parcial das metas 3 (Igualdade entre sexos e autonomia da mulher), 5 (Melhorar a saúde materna), 6 (Combater a aids, a malária e outras doenças) e 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental) (GZH GERAL, 2015).<sup>9</sup>

Com a expiração dos ODM em 2015, o governo federal iniciou uma força-tarefa para articular a implementação dos ODS. O principal marco desse período ocorreu com o Decreto

---

<sup>9</sup> O desempenho brasileiro nas metas da Declaração do Milênio da ONU. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/01/o-desempenho-brasileiro-nas-metas-da-declaracao-do-milenio-da-onu-4678531.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

Presidencial 8.892, de 27 de outubro de 2016, que estabelecia a constituição da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) (Figura 4), definido como o principal órgão de governança no nível federal, para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020).

Figura 4 - Articulação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2020).

A CNODS entrou em vigor como uma instância consultiva e paritária, tendo como participantes os três níveis de governo e a sociedade civil. Entre as organizações que contribuem para efetivação da Agenda 2030 no país, estão os órgãos de assessoramento técnico permanente, constituídos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que elaboram estudos e publicações para a inserção dos ODS no país. O IBGE foi o órgão responsável pela identificação do conjunto de indicadores de acompanhamento da Agenda 2030, com dados nacionais produzidos regularmente, e em conformidade com metodologias e padrões estabelecidos internacionalmente. O Ipea atuou na produção e disseminação de estudos e análises de dados, e entre as principais publicações do órgão está o relatório “Agenda 2030 – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que traz uma série de adequações das metas globais dos ODS para a realidade

nacional, além dos Cadernos ODS, com análises dos indicadores e dos desafios brasileiros para a implementação da Agenda 2030 (IPEA, 2018; ONU, 2015; PCS, 2020).

A sociedade civil tem sido um importante agente nesse processo, com iniciativas que mobilizam, discutem e propõem meios de implementação efetivos para a Agenda 2030. Ações como a Estratégia ODS<sup>10</sup> e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030<sup>11</sup> (GT Agenda 2030) ganham destaque. O GT Agenda 2030, além de acompanhar a implementação dos ODS, divulga anualmente o Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, que analisa e avalia os avanços e retrocessos dos ODS no país, a partir de dados oficiais. Atualmente, o Relatório possui quatro edições (2017, 2018, 2019 e 2020) (PLATAFORMA AGENDA 2030; PCS, 2020).

Com a extinção da CNODS e de outros colegiados pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS), que integra a Secretaria de Governo da Presidência da República, tornou-se a responsável pela Agenda 2030 no âmbito federal. Dentre as suas estratégias, está a iniciativa Metas ODS, cujo objetivo é a continuidade do processo de nacionalização das metas para os 17 ODS, e a identificação de ações e programas do Governo Federal que possam contribuir para o seu alcance<sup>12</sup>.

Em síntese, os ODS refletem as necessidades globais, enquanto as metas refletem as aspirações globais e podem ser alteradas de acordo com a realidade nacional, desde que não se distanciem dos princípios determinados pela Declaração da Agenda 2030. Essas alterações são feitas conforme o acompanhamento e revisão dos ODS, metas e indicadores, que ocorrem em diferentes níveis (global, regional e nacional) (MRE, 2014).

### 3.4.1 Agenda 2030: monitoramento, potencialidades e desafios

De acordo com a Resolução A/RES/70/299<sup>13</sup>, no nível global, o acompanhamento e revisão dos ODS é realizado pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF), sob os auspícios do Conselho Econômico e Social, em reuniões que ocorrem anualmente durante oito dias. No nível regional, esse papel é cumprido por comissões regionais, como a Comissão Econômica para a

<sup>10</sup> Estratégia ODS. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/>. Acesso em 02 dez. 2020.

<sup>11</sup> Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>12</sup> O Governo Brasileiro e a Agenda 2030. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/ogoverno-brasileiro-e-a-agenda2030#:~:text=O%20objetivo%20%C3%A9%20nivelar%20o,%2C%20comunidade%20internacional%2C%20etc.> Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>13</sup> Follow-up and review of the 2030 Agenda for Sustainable Development at the global level. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/70/299>. Acesso em: 21 dez. 2020.

América Latina e o Caribe (CEPAL), que convocam reuniões anuais em fóruns (ex.: Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável), com o objetivo principal de compartilhar as melhores práticas entre os países em relação aos ODS. No nível nacional e subnacional, os Estados membros são responsáveis por esse processo, realizando revisões regulares (CEPAL, 2016; KRONEMBERGER, 2019).

Devido à complexa necessidade de dados desagregados de qualidade, acessíveis, oportunos e confiáveis para ajudar na medição do progresso, em 6 de março de 2015, na 46ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, foi criado o Grupo Interagencial de Peritos sobre os Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs), responsável pela elaboração e implementação do primeiro quadro de indicadores globais para o acompanhamento das metas dos ODS, que foram submetidos em 2016, na 47ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, e aprovados pela Assembleia Geral da ONU em 2017 (A/RES/71/313<sup>14</sup>).

Ao total, o IAEG-SDGs reúne 27 representantes de Institutos Nacionais de Estatística (INEs), entre eles, está o IBGE, que representa o Brasil, os países do Mercosul e o Chile. Esse Grupo é fundamental para o avanço dos ODS, pois, além de revisar e refinar a lista de indicadores anualmente e a classificação de indicadores em diferentes níveis, realiza debates sobre as questões técnicas dos indicadores, sempre que solicitado pela ONU (KRONEMBERGER, 2019).

Os níveis de classificação determinados pelo IAEG-SDGs são baseados no nível de desenvolvimento metodológico e na disponibilidade de dados em nível global para os indicadores (ONU, 2015). Segundo o documento *Tier Classification for Global SDG Indicators*<sup>15</sup>, até o ano de 2020, os indicadores eram classificados em três níveis:

- Nível (Tier) I: indicador é conceitualmente claro, tem uma metodologia internacionalmente estabelecida, padrões disponíveis, e os dados são produzidos regularmente para pelo menos 50% dos países e da população em todas as regiões onde o indicador é relevante.
- Nível (Tier) II: indicador é conceitualmente claro, tem uma metodologia internacionalmente estabelecida e padrões disponíveis, mas os dados não são produzidos regularmente pelos países.

<sup>14</sup> Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/71/313>. Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>15</sup> Tier Classification for Global SDG Indicators. Disponível em: [https://unstats.un.org/sdgs/files/Tier%20Classification%20of%20SDG%20Indicators\\_28%20Dec%202020\\_web.pdf](https://unstats.un.org/sdgs/files/Tier%20Classification%20of%20SDG%20Indicators_28%20Dec%202020_web.pdf). Acesso em: 21 dez. 2020.

- Nível (Tier) III: Nenhuma metodologia ou padrões internacionalmente estabelecidos estão disponíveis para o indicador, mas a metodologia/padrões estão sendo (ou serão) desenvolvidos ou testados.

Essas classificações passaram por algumas alterações em 2020, quando o quadro global de indicadores foi revisado e submetido à Comissão de Estatística das Nações Unidas, durante a 51ª sessão. Desde então, nenhum indicador pertence ao Nível III, e o Nível I possui o total de 130 indicadores, enquanto o Nível II apresenta 92 indicadores. Existem ainda 4 indicadores distribuídos em vários níveis (diferentes componentes do indicador são classificados em diferentes níveis). As classificações serão novamente revisadas na 56ª sessão da Comissão, em 2025.

A definição de uma metodologia internacionalmente padronizada para o cálculo dos indicadores globais, de forma que permita a comparabilidade entre os países, ficou a cargo de agências internacionais (ou agências de custódia), como a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, o Banco Mundial, entre muitas outras (KRONENBERGER, 2019). O Quadro 9 exemplifica essas articulações:

Quadro 9 - Mecanismos colaborativos e atores envolvidos na produção de indicadores ODS globais

Nível global	<p>a) Trabalho de articulação feito pela divisão de estatística da ONU, para coordenar o IAEG-SDGs, elaborar ferramentas metodológicas e de capacitação, mobilizar recursos, realizar eventos associados à Agenda 2030, publicar os indicadores na base de dados globais, articulação com agências internacionais, Estados membros e provedores de recursos.</p> <p>b) Desenvolvimento de metodologias de indicadores globais entre agências de custódias e suas instituições parceiras, no caso de o indicador ser custodiado por duas ou mais instituições participantes do processo de definição metodológica.</p> <p>c) Avaliação e aprimoramento metodológico de indicadores, entre agências de custódia e o grupo IAEG-SDGs. O IAEG-SDGs atende as agências que solicitam reclassificação de níveis (Tiers) e avalia a documentação enviada.</p> <p>d) Fluxo de dados das agências para o banco de dados global da divisão de estatística da ONU, de acordo com calendário estabelecido para coleta de dados de pontos focais para cada indicador.</p> <p>e) Fluxos de dados das agências da ONU para os países e vice-versa para fins de avaliação: quando não há dados nacionais oficiais e as agências obtêm dados de modelagem ou estimativas, é preciso enviá-los para avaliação pelos INEs.</p> <p>f) capacitação proporcionada pelas agências internacionais aos países através de cursos de treinamento, workshops e outras atividades.</p>
--------------	---

Nível Regional	As comissões regionais da ONU têm o papel conectar o Fórum Político de Alto Nível, o Ecosoc, as agências da ONU e os Estados membros. Contribuem com a discussão dos indicadores ODS para as regiões que representam, fornecem assistência técnica, fortalecem as capacidades nos países e mobilizam recursos.
Nível Nacional	Os INEs possuem a função de coletar, processar, disseminar dados e indicadores ODS no nível nacional. A articulação com outras instituições que formam o Sistema Estatístico Nacional (SEN) é central. Juntas, as diferentes instituições governamentais, sob a coordenação do INE, produzem indicadores a partir de suas bases de dados e os disponibilizam em plataformas que podem ser consultadas pela ONU e demais interessados.

Fonte: Adaptado de Kronemberger (2019).

Sanahuja e Vázquez (2017) afirmam que a Agenda 2030 está repleta de potencialidades e desafios. Entre as principais potencialidades, estão: caráter multidimensional, com objetivos e metas multidimensionais; a promoção de conteúdos práticos em prol do direito ao desenvolvido; a reunião de duas agendas em uma, com a junção do desenvolvimento humano, herdado dos ODM, e o desenvolvimento sustentável; assim como os ODM, os ODS implicam em uma estratégia operacional que visa aperfeiçoar a gestão das políticas de desenvolvimento em todos os níveis; diferentemente dos ODM, os ODS são uma estratégia universal, que pretende ser cumprida tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento; semelhante aos ODM, os ODS têm recebido o engajamento de organizações multilaterais e ONGs, que visam o alcance das metas associadas aos aspectos sociais e ambientais.

Em relação aos desafios, alguns pontos merecem destaque, como a abordagem reducionista para uma realidade complexa e abrangente, que depende da colaboração de diversas esferas (sociais, políticas, econômicas, ambientais, institucionais, entre outras; a inexistência de um consenso internacional, de um modo lógico, que estabeleça os recursos e processos necessários para que os resultados sejam alcançados, tornando impossível avaliar a contribuição de cada país no alcance dos objetivos globais; a priorização por indicadores quantitativos em detrimento de indicadores qualitativos; falta um sistema de prestação de contas que considere as desigualdades existentes nos países; falta um sistema de recompensas justo, pois a recompensação pelos esforços dos países desenvolvidos pode gerar ainda mais desigualdades; metas e indicadores devem ser ajustados para níveis de desenvolvimento diferentes (SANAHUJA e VÁZQUEZ, 2017).

Para países em desenvolvimento, como o Brasil, as expectativas em torno da Agenda 2030 podem ser irrealistas, visto que algumas metas são inatingíveis até o prazo determinado, em razão dos diversos desafios ligados à produção e inserção de indicadores nas rotinas das

estatísticas públicas e das instituições nacionais, estaduais e nas administrações municipais do país (SANAHUJA e VÁZQUEZ, 2017; PCS, 2019). As principais dificuldades são observadas na falta de metodologias para alguns indicadores; na escassez de estatísticas sobre diversos temas; na falta de séries históricas para algumas áreas, em especial, para a dimensão ambiental; nos poucos dados desagregados para alguns indicadores; e na ausência de alguns dados disponíveis para recortes territoriais desagregados, especialmente em relação aos municípios (KRONEMBERGER, 2019).

Para Kronemberger (2019), esses desafios podem impulsionar avanços no sistema de estatística nacional, especialmente em relação à produção de dados, gerando novas articulações. Para isso, os países devem: apostar na articulação entre instituições; internalizar os objetivos no planejamento e nas políticas públicas; criar um sistema de informações efetivo, reunindo os principais dados primários e registros administrativos; criar metodologias padronizadas e documentação de dados; integrar dados; e definir atribuições e metas.

#### 3.4.2 Inserção do turismo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O turismo é mencionado em três dos 17 ODS da Agenda 2030, são eles, os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) 12 (consumo e produção sustentáveis) e 14 (vida na água). No Brasil, algumas metas globais foram adequadas para a realidade nacional pelo Ipea, dentre elas, também estão as metas que mencionam turismo sustentável (Quadro 10). Algumas dessas adequações são observadas na meta nacional 8.9, que adicionou os termos “geração de emprego”, “condições de trabalho”, “distribuição de renda”, “acessibilidade e responsabilidade”, pertencentes às ações e documentos do Ministério do Turismo. De modo semelhante, a meta nacional 12.b traz o termo “trabalho digno”, pertencente aos documentos e normas do Ministério do Trabalho e Emprego. Outra importante adequação está na redação da meta 14.7, que estende os benefícios econômicos a todos os países (IPEA, 2018).

Quadro 10 - Metas dos ODS em que o turismo é citado e adequações ao cenário nacional

<b>ODS</b>	<b>Meta – Nações Unidas</b>	<b>Meta – Brasil</b>
Objetivo 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.	Meta 8.9 – Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, e promove a cultura e os produtos locais.	Meta 8.9 - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e

		promova a cultura e os produtos locais.
Objetivo 12 – Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.	Meta 12.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Meta 12.b – Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.
Objetivo 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	Meta 14.7 – Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os SIDS <sup>16</sup> e os países menos desenvolvidos (LDC), a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.	Meta 14.7 – Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.

Fonte: Adaptado de Ipea (2018).

Apesar de ser mencionado apenas nas metas dos ODS 8, 12 e 14 da Agenda 2030, por ser um setor dinâmico e que interage com diferentes áreas, o turismo também tem um papel importante no avanço de outros ODS. Para mostrar essa perspectiva, em 2017, a UNWTO elaborou, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o documento “Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: caminhos para 2030”, com o objetivo de discutir as oportunidades e os desafios para o setor em relação ao avanço da Agenda 2030. Nele, são apresentadas relações entre o setor turístico e os ODS, resumidas a seguir:

Quadro 11 - Relação do turismo com os ODS da Agenda 2030

<b>ODS 1</b>	O turismo traz renda por meio da criação de empregos nos níveis local e comunitário. Pode estar ligado a estratégias nacionais de redução da pobreza e empreendedorismo. As baixas qualificações exigidas e as contratações locais podem empoderar grupos desfavorecidos, especialmente jovens e mulheres.
<b>ODS 2</b>	O turismo pode estimular a agricultura sustentável, promovendo a produção e o abastecimento de hotéis, bem como a venda de produtos locais aos turistas. O

<sup>16</sup> São classificados como SIDS os pequenos países insulares com recursos naturais limitados, localização remota e suscetibilidade a desastres naturais, e a classificação PMD é atribuída aos países que apresentam resultados baixos para os indicadores socioeconômicos (IPEA, 2018).

	agroturismo pode gerar renda adicional, ao mesmo tempo em que enriquece o valor da experiência turística.
<b>ODS 3</b>	Os impostos gerados pelo turismo podem ser reinvestidos em serviços e cuidados de saúde, melhorando a saúde materna, reduzindo a mortalidade infantil e prevenindo doenças. As taxas de visitantes em áreas protegidas também podem contribuir para os serviços médicos.
<b>ODS 4</b>	O turismo tem potencial para promover a inclusão. Uma força de trabalho qualificada é essencial para que o turismo floresça. O setor do turismo oferece oportunidades de emprego direto e indireto para jovens, mulheres e pessoas com necessidades especiais, que devem ser beneficiados por meios educacionais.
<b>ODS 5</b>	O turismo pode empoderar as mulheres, especialmente por meio de empregos diretos e geração de renda a partir de experiências turísticas significativas e memoráveis, bem como de negócios relacionados ao setor de hospitalidade. O turismo pode ser uma ferramenta para as mulheres participarem plenamente e estarem na vanguarda de qualquer área da sociedade.
<b>ODS 6</b>	Os investimentos que o turismo requer para a prestação de serviços de utilidade pública podem desempenhar um papel fundamental na obtenção de acesso e segurança da água, bem como higiene e saneamento para todos. O uso eficiente dos recursos hídricos no turismo, o controle da poluição e a eficiência tecnológica podem ser cruciais para salvaguardar nosso recurso mais precioso.
<b>ODS 7</b>	Como um setor de uso intensivo de energia, o turismo pode acelerar a mudança em direção a uma parcela maior de energias renováveis na cesta de energia. Ao promover investimentos em fontes de energia limpa, o turismo pode ajudar a reduzir os gases do efeito estufa, mitigar as mudanças climáticas e ajudar a alcançar o acesso à energia para todos.
<b>ODS 8</b>	O turismo, como troca de serviços, é um dos quatro principais motores de receita das exportações mundiais e atualmente gera um em cada dez empregos no mundo. Com oportunidades de trabalho decente no setor de turismo, especialmente para mulheres e jovens, bem como políticas que favoreçam uma maior diversificação nas cadeias de valor do setor, os benefícios socioeconômicos do turismo podem ser melhorados.
<b>ODS 9</b>	O desenvolvimento do turismo precisa de boas infraestruturas públicas e privadas. O setor pode patrocinar políticas públicas para atualizar e adaptar as infraestruturas, de forma a torná-las mais sustentáveis, inovadoras e eficientes na utilização dos recursos, além de caminhar para um crescimento de baixo carbono, atraindo turistas e outras fontes.
<b>ODS 10</b>	O turismo pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir as desigualdades, envolvendo as populações locais e todos os principais interessados em seu desenvolvimento. O turismo pode contribuir para a renovação urbana e o desenvolvimento rural, dando às pessoas a oportunidade de prosperar em seu local de origem. O turismo é um meio eficaz de integração e diversificação econômica.
<b>ODS 11</b>	O turismo pode melhorar as infraestruturas e acessibilidades urbanas, promover a regeneração e preservar o patrimônio cultural e natural, bens dos quais depende. Investir em infraestrutura verde (transporte mais eficiente, menos poluição) deve levar a cidades mais inteligentes e verdes, não apenas para os residentes, mas também para os turistas.
<b>ODS 12</b>	O setor de turismo precisa adotar padrões de consumo e produção mais sustentáveis, impulsionando a mudança em direção à sustentabilidade. Ter ferramentas para o turismo que monitorem os impactos em termos de desenvolvimento sustentável, incluindo energia, recursos hídricos, resíduos,

	diversidade biológica e geração de empregos, resultará em melhores resultados econômicos, sociais e ambientais.
<b>ODS 13</b>	O turismo contribui e é afetado pelas mudanças climáticas. Os parceiros de turismo devem estar na vanguarda da resposta global às mudanças climáticas. Ao reduzir sua pegada de carbono nos setores de transporte e hospedagem, o turismo pode se beneficiar do crescimento com baixo teor de carbono e ajudar a enfrentar um dos desafios mais urgentes de nosso tempo.
<b>ODS 14</b>	O turismo costeiro e marítimo depende da saúde dos ecossistemas marinhos. O desenvolvimento do turismo deve fazer parte de uma gestão integrada das zonas costeiras, a fim de apoiar a conservação e preservação dos ecossistemas marinhos frágeis, além de servir como veículo para a promoção da economia azul e contribuir para o uso sustentável dos recursos marinhos
<b>ODS 15</b>	A riqueza da diversidade biológica e do patrimônio natural são muitas vezes as principais razões pelas quais os turistas visitam um destino. O turismo pode desempenhar um papel fundamental se for gerido de forma sustentável em áreas frágeis, não apenas em no que diz respeito à conservação e preservação da diversidade biológica, mas também à geração de renda, como alternativa de subsistência para as comunidades locais
<b>ODS 16</b>	Visto que o turismo envolve bilhões de encontros entre pessoas de diversas origens culturais, o setor pode promover a tolerância e a compreensão entre religiões e culturas, lançando as bases para sociedades mais pacíficas. O turismo, que envolve e beneficia as comunidades locais, também pode construir a paz em sociedades pós-conflito.
<b>ODS 17</b>	Graças à sua natureza multissetorial, o turismo tem a capacidade de fortalecer as parcerias público-privadas e envolver várias partes interessadas, nos níveis internacional, nacional, regional e local, para trabalhar juntos em direção aos ODS e outros objetivos comuns. Políticas públicas e financiamento inovador são elementos centrais para cumprir a Agenda 2030.

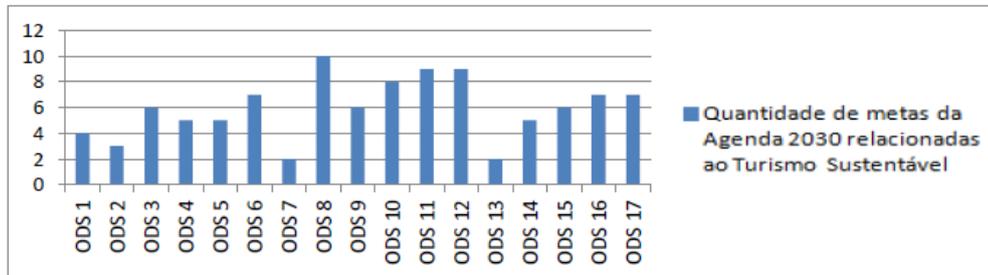
Fonte: Adaptado de UNWTO (2017, p. 20-21).

Em contrapartida, Irving et al. (2020) ressaltam que existem algumas contradições nesse documento, especialmente porque, embora o turismo sustentável seja considerado um modelo a ser seguido pelo *trade* turístico, os capítulos deste documento ainda enfatizam o crescimento, a competitividade e os mecanismos de financiamento como elementos prioritários para o alcance do turismo sustentável. Segundo os autores (2020, p.20) “defende-se, contraditoriamente, a necessidade de uma postura ética e democrática, ainda que um dos focos prioritários se dirija à competitividade no setor como caminho para que se possa alcançar o denominado turismo sustentável na práxis turística”.

No contexto brasileiro, pesquisas que investigam as correlações da temática do “Turismo Sustentável e Agenda 2030” ainda são incipientes. Em um desses poucos exemplos,

está a contribuição de Souza (2020), que busca correlações entre o Plano Nacional de Turismo - PNT (2018-2022)<sup>17</sup> e a Agenda 2030:

Figura 5 - Quantidade de metas da Agenda 2030 relacionadas ao Turismo Sustentável



Fonte: Elaborado a partir de Souza (2020).

Como mostra a Figura 5, os resultados de Souza (2020) apontam para uma alta transversalidade do turismo sustentável, mas há uma maior frequência de associações aos ODS ligados às cidades e ao patrimônio cultural e natural. Esse resultado é justificado pela finalidade do turismo em ressaltar os elementos próprios de cada lugar, contribuindo para a salvaguarda do patrimônio cultural e natural das cidades, como estabelece a meta 11.4 do ODS 11. Além disso, o contato com a natureza e a diversidade cultural estão entre as principais motivações de viagens pelo mundo (UNWTO, 2020b), proporcionando mais associações com os ODS ligados à valorização do patrimônio cultural e natural, como os ODS 11, 12, 14 e 15.

Para alguns autores (BOLUK et al., 2017; HALL, 2019; IRVING et al., 2020; SOUZA, 2020), a priorização do viés mercadológico nas políticas de turismo não acontece de forma isolada ou por acaso, mas tem como base uma longa trajetória de políticas de turismo destinadas a priorizar estratégias econômicas, focadas no valor de mercado, no crescimento econômico, na competição entre marcas, na gestão de problemas e nos resultados. Como consequência, essa narrativa neoliberal tem se propagado dentro e fora do *trade* turístico. O enfoque no crescimento demonstra que, apesar da reorientação do discurso do setor de turismo em prol do desenvolvimento sustentável, ainda há uma certa recusa por parte dos tomadores de decisão e das políticas de turismo sobre a fragilidade do turismo em meio às crises globais que se instauram.

<sup>17</sup> O Plano Nacional de Turismo – PNT (2018-2022), é o instrumento que estabelece as diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo no país. Seu objetivo principal é ordenar as ações do setor público, orientar esforços do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, buscando a sua consolidação a partir de um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico, com geração de emprego, renda e inclusão social (PNT, 2018).

### 3.4.3 Os impactos da pandemia no turismo e no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A pandemia causada pela COVID-19 tem afetado diretamente a mobilidade e as interações sociais. No caso do turismo, o aumento das restrições de isolamento social e o fechar de fronteiras entre países, geraram um verdadeiro “efeito cascata” durante os primeiros meses da pandemia, com o aumento da perda de empregos e perda de receita em seus subsetores (transporte, hotelaria, alimentação e mercado de viagens etc.) desde a descoberta do vírus em Wuhan, na China (YANG et al., 2020; CORBARI e GRIMM, 2020).

Inicialmente, os impactos da pandemia afetaram o setor de viagens, com uma queda das viagens internacionais estimada em 57% no mês de março. A restrições de viagens em 100% dos países, no mês de abril, e o fechar de fronteiras para o turismo internacional, no mês de novembro, geraram uma rápida diminuição de viagens à longa distância em 2020 (UNWTO, 2020a). As estimativas apontam que o turismo internacional voltou para ao mesmo patamar de 30 anos atrás, com -74% de chegadas do turismo internacional, 1 bilhão a menos de chegadas de turistas internacionais, perda nas receitas de exportação do turismo internacional em torno de US\$ 1,3 trilhão, perda estimada no PIB global de mais de US\$ 2 trilhões, e cerca de 100 a 120 milhões de empregos diretos no turismo ameaçados. As projeções afirmam que o turismo precisará de 2 anos e meio a 4 anos para retornar ao patamar de 2019, ano em que o turismo internacional cresceu em 4% no mundo, o que significa que, até 2024, as consequências geradas por 1 ano de pandemia continuarão presentes (UNWTO, 2021).

No Brasil, o turismo teve uma queda da produção estimada em 10% durante o mês de abril. Estima-se que o PIB do turismo será de R\$ 143,8 bilhões em 2020 (redução de 46,9% em relação à 2019) e de R\$ 236,5 bilhões em 2021 (12,6% inferior ao PIB do setor em 2019). Em relação à geração de empregos, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apontam que o setor teve o total de -211.722 vagas, durante os meses de março a abril de 2020. Para reverter esse quadro, desde 2020, os governos buscam a ampliação de medidas de proteção aos trabalhadores, além de outros incentivos específicos para o turismo nos próximos anos (FGV, 2020).

No entanto, no turismo, esses impactos não deverão retardar somente o progresso dos ODS em que o setor turístico é mencionado (ODS 8, 12 e 14), mas também os ODS 1 (erradicação da pobreza), 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) etc. Esse fator é constatado pela queda de empregos em escala mundial, uma ameaça que vai além do ODS 8, se estendendo também ao ODS 5, já que as mulheres representam 54% da força de

trabalho no turismo (UNWTO, 2021). Alarcón e Cole (2019) reforçam que o apoio do turismo ao ODS 8 não pressupõe que haja apoio ao ODS 5, pois, ainda que ambos abordem a temática trabalhista, as estratégias para erradicar a desigualdade de gênero no ambiente de trabalho ainda não são amplamente discutidas e incluídas no planejamento e nas políticas de turismo.

Estima-se que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (na sigla em inglês, SIDS), algumas nações africanas e alguns países menos desenvolvidos (na sigla em inglês, LDCs) poderão ter as suas rendas afetadas em maior escala, em razão da alta dependência econômica desses lugares em relação ao turismo, retardando o progresso do ODS 1 (UNWTO, 2021). Em 2015, 14 países africanos geravam cerca de US\$ 142 milhões, por meio de taxas de entrada em áreas protegidas. Com o encerramento temporário das atividades turísticas, a renda desses países deverá ser duramente impactada durante meses. São mudanças que trazem riscos enormes para áreas protegidas e outras áreas conservadas para a biodiversidade, pois estas dependem dos fluxos turísticos para a sua manutenção, e que também atingem a renda das comunidades que vivem ao redor dessas áreas. No caso dos SIDS, alguns destinos chegam a ter, aproximadamente, 90% de sua receita proveniente do turismo (UNWTO, 2020b).

A UNWTO elaborou, em 2020, o documento *Policy Brief: COVID-19 and Transforming Tourism*, com o objetivo de pensar estratégias para a transformação do turismo durante e após a pandemia da COVID-19. Para isso, o documento determina cinco áreas prioritárias (UNWTO, 2020b, p. 5):

- Gerenciar a crise e mitigar os impactos socioeconômicos nos meios de subsistência, particularmente no emprego das mulheres e na segurança econômica: Terão de ser implementadas soluções e respostas graduais e coordenadas para: i) proteger os meios de subsistência, empregos, rendimentos e empresas; ii) criar confiança por meio de proteção e segurança em todas as operações de turismo; iii) fortalecer as parcerias e a solidariedade para a recuperação socioeconômica, priorizando a inclusão e a redução das desigualdades.
- Aumentar a competitividade e criar resiliência: Apoiar o desenvolvimento de infraestrutura turística e serviços de qualidade em toda a cadeia de valor do turismo; facilite os investimentos e construa um ambiente de negócios propício para as micro, pequenas e médias empresas locais (MPMEs), diversifique produtos e mercados e promova o turismo doméstico e regional sempre que possível.
- Avançar a inovação e a digitalização do ecossistema do turismo: Pacotes de recuperação e futuros desenvolvimentos turísticos podem maximizar o uso de tecnologia no

ecossistema do turismo, promover a digitalização para criar soluções inovadoras e investir em habilidades digitais, especialmente para trabalhadores temporariamente sem ocupação e para quem procura emprego.

- Promover a sustentabilidade e o crescimento verde inclusivo: É importante que o turismo mude para um setor resiliente, competitivo, eficiente em termos de recursos e neutro em carbono, em linha com os objetivos e princípios do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os investimentos verdes para recuperação podem visar áreas protegidas, energia renovável, edifícios inteligentes e economia circular, entre outras oportunidades. O apoio financeiro e de resgate dos governos às indústrias de acomodação, cruzeiros e aviação também pode garantir a proibição de práticas poluentes insustentáveis
- Coordenação e parcerias para transformar o turismo e atingir os ODS: Abordagens e alianças mais ágeis serão necessárias para avançar em direção a um futuro resiliente e aos objetivos globais. O Comitê de Crise Global do Turismo da UNWTO uniu o setor de turismo para formular uma resposta setorial ao desafio sem precedentes da pandemia COVID-19. Uma coordenação eficaz para planos e políticas de reabertura e recuperação poderia considerar colocar as pessoas em primeiro lugar, envolvendo o governo, parceiros de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais para um impacto significativo nas economias e meios de subsistência.

Segundo a UNWTO (2020b), a crise gerada pela pandemia não deve ser vista apenas como um momento para unir esforços em prol da recuperação do setor, mas como um verdadeiro divisor de águas para tornar o turismo mais sustentável e para alinhar os esforços em prol da sustentabilidade das atividades dependentes do turismo com os ODS e metas da Agenda 2030. Apesar de sua narrativa neoliberal e, muitas vezes, contraditória, a Organização reconhece a necessidade de remodelamento do turismo, baseado na promoção de parcerias, na inclusão das comunidades locais no desenvolvimento da atividade turística, na promoção de políticas baseadas em evidências, em mais investimentos em operações neutras em carbono, além de outras medidas.

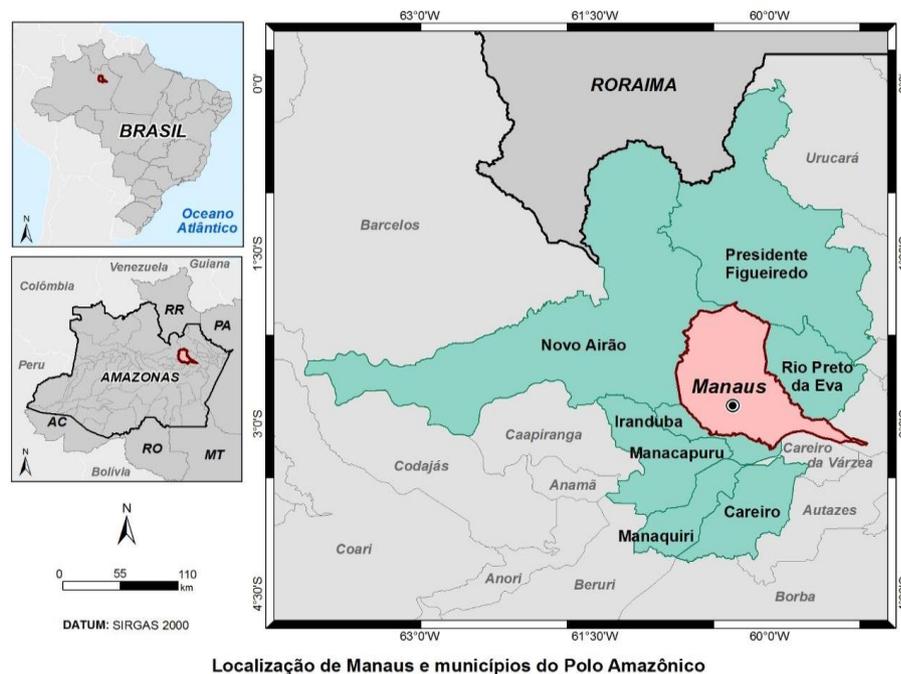
#### **4 MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, desenvolvida a partir de revisão sistemática de literatura, análise documental e coleta de dados secundários.

#### 4.1 Área de Estudo

Manaus, capital do Estado do Amazonas, é a área de estudo da pesquisa (Figura 6). O município possui uma área territorial de 11.401,092 km<sup>2</sup>, tem uma população de 1.802,014 pessoas, IDHM 0,737, e o maior PIB per capita do Estado, totalizando R\$ 36.445,75 (IBGE, 2010). A capital do Amazonas ocupa a posição 260<sup>o</sup> na classificação geral de 770 cidades do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades<sup>18</sup>, responsável por mensurar o progresso total das cidades para o alcance dos ODS. Isso porque o município apresenta apenas três dos 17 ODS alcançados até o ano de 2021, sendo eles: ODS 7 (energias renováveis e acessíveis), 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), e 15 (proteger a vida terrestre). O ODS 14 (vida na água) surge como o único ODS sem dados disponíveis.

Figura 6 - Localização de Manaus e dos municípios pertencentes ao polo amazônico



##### Legenda

- Capital estadual
- Município de Manaus
- Municípios do Polo Amazônico
- Limite municipal
- Divisa estadual
- Fronteira internacional

ORG: NOGUEIRA, Deborah (2021). **Mapmaker:** Geog<sup>®</sup>. Maria Rita Pelegrin de Oliveira.  
**Fonte:** IBGE (2010-2015); Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021).

Fonte: Elaborado pela autora. Fonte dos dados: IBGE (2010-2015); Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021).

<sup>18</sup> Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Disponível em: <https://idsc-br.sdgindex.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

O Amazonas, enquanto destino turístico, tem sido divulgado pelos órgãos de turismo do Estado por sua vocação turística para segmentos do turismo de natureza, devido à floresta amazônica e aos recursos naturais em abundância da região. Sondagens<sup>19</sup> realizadas pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), entre os meses de dezembro e junho de 2020, sobre o ambiente de negócios do turismo no Amazonas, apontam o ecoturismo (74,51%) como o segmento mais vendido da região. Além do ecoturismo, outros segmentos ganham destaque: turismo cultural (60,78%); turismo de aventura (50,98%); turismo de pesca (41,18%); turismo de sol e praia (37,25%); turismo social (33,33%); turismo de negócios e eventos (31,37%); turismo rural (21,57%); turismo náutico (13,73%); turismo de esportes (9,80%); turismo de estudos e intercâmbio (7,84%); turismo de saúde (3,92%).

A gestão do turismo em Manaus pertence à pasta da secretaria de cultura do município, a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), que pretende posicionar o município no cenário turístico brasileiro como a “Metrópole do Norte”<sup>20</sup>. Outros aspectos, além dos recursos naturais, são mencionados pela gestão do turismo local, como a infraestrutura urbana, os centros culturais e os serviços etc., sendo cada vez mais frequente o anúncio de investimentos no turismo de negócios e eventos pela prefeitura de Manaus.

Outro dado importante é a inclusão de Manaus entre os 24 municípios do Amazonas que integram o Mapa do Turismo Brasileiro<sup>21</sup>, instrumento instituído pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT, que busca orientar a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas em áreas prioritárias. Ao total, o Mapa possui 333 regiões turísticas e 2.694 municípios cadastrados e distribuídos em polos turísticos. Como mostra a Figura 6, Manaus pertence ao “polo amazônico”, assim como outros sete municípios (Careiro, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva), porém, é o único município do Amazonas que possui um alto desempenho da economia do turismo, sendo classificado na categoria A, a mais alta do instrumento.

---

<sup>19</sup> Ambiente de Negócios do Turismo no Amazonas 2020. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Compila%C3%A7%C3%A3o-Pesquisa-Ambiente-de-Neg%C3%B3cios-do-Turismo-no-Amazonas-2020-1-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

<sup>20</sup> Projeto “Manaus: O Brasil Que Você Só Encontra Aqui”. Disponível em: <https://vivamanaus.com/projeto-manauis-o-brasil-que-voce-so-encontra-aqui/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

<sup>21</sup> Todos os municípios que fazem parte das regiões turísticas são categorizados por meio de uma metodologia que busca avaliar o desempenho da economia do turismo em cada um deles. Essa metodologia comporta cinco variáveis (fluxos, hospedagem, empregos e arrecadação de impostos federais), que são cruzadas em uma análise de cluster ou agrupamento, dando origem a cinco categorias (A, B, C, D e E). Os municípios que possuem alto desempenho da economia do turismo são classificados na categoria A, e aqueles de baixo desempenho, na categoria E. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 12 jan. 2021.

## 4.2 Definição do Tema da Pesquisa

Para encontrar o tema de pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, baseada nas cinco etapas de Berrang-Ford et al. (2015), desenvolvidas entre os meses de agosto e novembro de 2020: (1) definir a questão de pesquisa e escopo do estudo; (2) seleção de documentos, com critérios de inclusão e exclusão; (3) avaliação crítica da qualidade do estudo; (4) análise e síntese das evidências; (5) apresentação dos resultados.

A etapa 1 buscou identificar as lacunas presentes nas pesquisas de turismo sustentável. Para tanto, foi realizada uma (2) pesquisa bibliográfica no banco de dados Scopus e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com os seguintes critérios: somente artigos *open access*; idiomas inglês, português e espanhol; artigos finalizados e publicados; período de publicação de 2015 a 2019; palavras-chave “turismo” e “sustentabilidade”; “turismo sustentável”. Ao total, foram filtrados 372 artigos. Aplicando os critérios de exclusão/inclusão, 89 artigos diretamente ligados à gestão do turismo sustentável foram revisados. Após as etapas de (3) avaliação e (4) análise dos documentos, os resultados (5) apontaram para uma escassez de estudos sobre a elaboração de indicadores para a gestão do turismo sustentável municipal, sobretudo no contexto brasileiro.

## 4.3 Desenvolvimento do Sistema de Indicadores

O sistema da pesquisa foi desenvolvido por meio de adaptações nas metodologias de Van Bellen (2006) e Friedrichsen (2020)<sup>22</sup>, que fazem uso da abordagem *top-down* para construir sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável. As adaptações incluíram: seleção de ferramentas direcionadas para o turismo e/ou para os ODS; elaboração de indicadores locais para complementar os indicadores das ferramentas selecionadas; busca por convergências entre os indicadores e os ODS da Agenda 2030; elaboração de um sistema de pontuação introdutório para avaliar o turismo municipal.

O sistema de pontuação mencionado foi desenvolvido a partir das instruções para a elaboração e avaliação de indicadores, presentes no *GFI Guidance Manual* (2013)<sup>23</sup>, do *World*

<sup>22</sup> Sistema ODS 14 Floripa. Disponível em: <https://www.ods14floripa.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

<sup>23</sup> *The Governance of Forests Initiative (GFI) Guidance Manual: A Guide to Using the GFI Indicator Framework*. Disponível em: [https://wri-indonesia.org/sites/default/files/governance\\_of\\_forests\\_initiative\\_guidance\\_manual.pdf](https://wri-indonesia.org/sites/default/files/governance_of_forests_initiative_guidance_manual.pdf). Acesso: 12 jan. 2021.

*Resources Institute*. A escolha desse manual foi motivada pela presença de instruções dedicadas ao uso de indicadores e elementos qualitativos para auxiliar o usuário em determinado diagnóstico, como propõe este estudo.

O desenvolvimento do sistema ocorreu em cinco etapas principais, sendo elas: (1) seleção de ferramentas de indicadores preexistentes; (2) redução, adaptação e criação de indicadores complementares; (3) busca por associações entre os indicadores do sistema com os ODS da Agenda 2030; (4) Coleta de dados secundários oficiais e públicos; (5) aplicação do sistema de pontuação para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo municipal.

#### 4.3.1 Seleção de ferramentas de indicadores preexistentes

A primeira etapa consistiu na busca por indicadores em ferramentas preexistentes, observando os critérios de confiabilidade estabelecidos por Van Bellen (2006), que implicam na escolha de indicadores ou sistemas de indicadores difundidos, testados e adequados ao tema e à escala da pesquisa, ou passíveis de adaptações. A busca pelas ferramentas ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, entre os meses de outubro a novembro de 2020, em livros, bases de dados, e plataformas ODS nacionais e internacionais, seguida de uma consulta online, realizada em janeiro de 2021, com uma amostra intencional de especialistas em indicadores e ODS, com o objetivo de levantar sugestões sobre ferramentas adequadas à pesquisa. Com base nesses levantamentos, além da Agenda 2030, foram selecionadas quatro ferramentas, apresentadas a seguir:

Quadro 12 - Ferramentas de indicadores selecionadas

<b>Ferramentas</b>	<b>Fonte</b>	<b>Sobre</b>	<b>Nº de indicadores</b>
<b>Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos: um guia prático</b>	Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2005)	Guia elaborado para fornecer assistência prática aos gestores de turismo e destinos, e incentivá-los a usar os indicadores como um componente básico do desenvolvimento sustentável em seus postos de trabalho.	+ 300 indicadores
<b>Crítérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações (versão 2)</b>	<i>Global Sustainable Tourism Council</i> (GSTC, 2019)	Os critérios do <i>Global Sustainable Tourism Council</i> foram criados para fornecer um entendimento comum do turismo sustentável, e são os compromissos mínimos que qualquer organização de gestão do turismo precisa assumir caso pretenda ser	174 indicadores

		sustentável. Podem ser aplicados em todos os tipos e escalas de destinações. Atualmente, o documento possui duas versões publicadas, a primeira data de 2013 e a segunda de 2019.	
<b>Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas</b>	Organização das Nações Unidas (ONU); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015)	Plano de ação universal, implementado desde 2016, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). Possui 17 objetivos, 169 metas de ação global e 241 indicadores sugeridos, abrangendo as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada.	231 indicadores
<b>Guia GPS - Gestão Pública Sustentável</b>	Programa Cidades Sustentáveis (PCS, 2017).	Apresenta 260 indicadores básicos do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e traz informações úteis para gestores públicos. Um aspecto importante desta versão é a associação dos indicadores do PCS aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o conjunto de compromissos estabelecidos pela ONU em nível global, do qual 193 países são signatários, incluindo o Brasil.	260 indicadores
<b>Sistema ODS 14 Floripa</b>	Friedrichsen (2020).	Sistema desenvolvido com o objetivo de avaliar o progresso de Florianópolis, Santa Catarina, em relação ao ODS 14 – Vida na Água, proposto pela ONU, a partir de quatro dimensões (ambiental, econômico, social e institucional).	187 indicadores

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

#### 4.3.2 Redução, adaptação e criação de indicadores complementares

Em seguida, devido ao número elevado de indicadores nas ferramentas selecionadas, foram aplicados critérios de seleção aos indicadores coletados:

- i. o indicador está relacionado ao conteúdo da descrição;

- ii. o indicador possui conexões com uma das dimensões do turismo sustentável, e atende aos critérios do GSTC (2013)<sup>24</sup>;
- iii. o indicador não faz referência à atividade turística, mas pode ser adaptado a essa finalidade;
- iv. o indicador pode ser aplicado à realidade local.

Os critérios foram aplicados para que, posteriormente, fossem realizadas apenas pequenas adaptações nos indicadores (FRIEDRICHSEN, 2020). Após as adaptações, foi elaborado um conjunto de indicadores complementares, com o propósito de preencher lacunas deixadas pelos indicadores selecionados. Para criá-los, foram aplicados dois dos critérios de seleção utilizados anteriormente:

- i. o indicador possui conexões com uma das dimensões do turismo sustentável, e atende aos critérios do GSTC (2013)
- ii. o indicador pode ser aplicado à realidade local.

Após a concretização dessas etapas, os indicadores foram distribuídos, de acordo com os seus objetos de análise, em quatro áreas, dentre elas, a área “Gestão Sustentável”, responsável por trazer indicadores direcionados à gestão do turismo municipal, e em nove subáreas. Segundo Van Bellen (2006) e Friedrichsen (2020), esse processo permite a rápida identificação de uma situação geral.

#### 4.3.2 Alinhamento do sistema de indicadores com os ODS da Agenda 2030

Essa etapa foi adaptada do estudo exploratório-descritivo de Souza (2020), que faz uso de comparações entre as estratégias do Plano Nacional de Turismo (2018 – 2022) e os ODS para confirmar a transversalidade do turismo sustentável em relação à Agenda 2030. Para elaborar as associações deste estudo, foi utilizado como material de referência o documento “Agenda 2030 - ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, publicado pelo Ipea, em 2018, em razão das adequações elaboradas para a realidade brasileira. A partir do sistema, foram extraídas e tabuladas em planilha eletrônica, uma série de palavras-

---

<sup>24</sup> Os Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações, buscam: (i) demonstrar a gestão sustentável; (ii) maximizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade de acolhimento e minimizar os impactos negativos; (iii) maximizar os benefícios para as comunidades, para os visitantes e para o patrimônio cultural e minimizar os impactos e; (iv) maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos (GSTC, 2013, p. 1).

chave a partir dos indicadores e descrições (Apêndice C). Em seguida, foi feita uma extensa leitura comparativa das palavras-chave tabuladas e do conteúdo das metas e indicadores adequados pelo Ipea, com o objetivo de encontrar associações que pudessem comprovar o alinhamento do sistema com os ODS da Agenda 2030.

#### 4.3.3 Coleta de dados secundários

A coleta de dados utilizou como critérios dados secundários que fossem oficiais, públicos e atualizados. Estes foram coletados em plataformas digitais majoritariamente ligadas aos setores da prefeitura de Manaus e a outros órgãos do Amazonas:

Quadro 13 - Fontes consultadas durante a coleta de dados

<b>Prefeitura de Manaus</b>	Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação (SEMTEPI); Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC); Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS); Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (MANAUSCULT); Fundação Dr. Thomas (FDT); Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA); Centro de Controle de Zoonoses de Manaus (CCZ – MANAUS); Câmara Municipal de Manaus (CMM).
<b>Governo do Estado do Amazonas</b>	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI); Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA); Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR); Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM); Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR); Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP AM); Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM); Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (OBSERVATUR-UEA);
<b>Outros</b>	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (FECOMÉRCIO AM); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE AM); Instituto Chico Mendes de Conservação da

	Biodiversidade (ICMBIO); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Banco da Amazônia (BASA); Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

#### 4.3.4 Avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo municipal

A avaliação foi feita a partir de uma escala de pontuação, elaborada por meio da adaptação de dois métodos presentes no documento *GFI Guidance Manual* (2013), do *World Resources Institute*, sendo eles, os métodos *GFI Scoring Method* (Quadro 14) e *GFI Brazil Scoring Method* (Quadro 15), detalhados a seguir.

No *GFI Scoring Method*, a classificação geral do indicador pode variar de ‘baixo’ a ‘alto’. Esse resultado é obtido com base na somatória das respostas binárias (sim/não) dos elementos de qualidade, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 14 - GFI Scoring Method

<b>Indicador:</b> Mecanismos para reportar a corrupção		
<b>Objeto de avaliação</b> (descrição do indicador):	S/N	Explicação
<b>EOQ</b> (elementos de qualidade)		
Relatórios		
Proteção contra retaliação		
Investigação		
Observância das leis (execução)		
<b>Valores</b>		<b>Seleção</b>
Não aplicável/avaliado		
Zero a um elemento de qualidade		Baixo
Dois elementos de qualidade		Médio
Três elementos de qualidade		Médio – Alto
Quatro elementos de qualidade		Alto

Fonte: Adaptado de *GFI Guidance Manual* (2013, p. 284), tradução nossa.

A pesquisa fez uso da mesma estrutura do *GFI Scoring Method*, excluindo apenas a categoria ‘Explicação’ (Apêndice E). Mas, além das respostas binárias, foi criado um sistema de pontuação, utilizando o *GFI Brazil Scoring Method* como complemento. Trata-se de um método de pontuação distribuído em até quatro níveis, com o objetivo de capturar até que ponto a boa governança é observada. Assim, cada categoria de resposta recebe um valor numérico

correspondente, que é a média para criar uma pontuação geral para cada indicador, como resume o quadro abaixo:

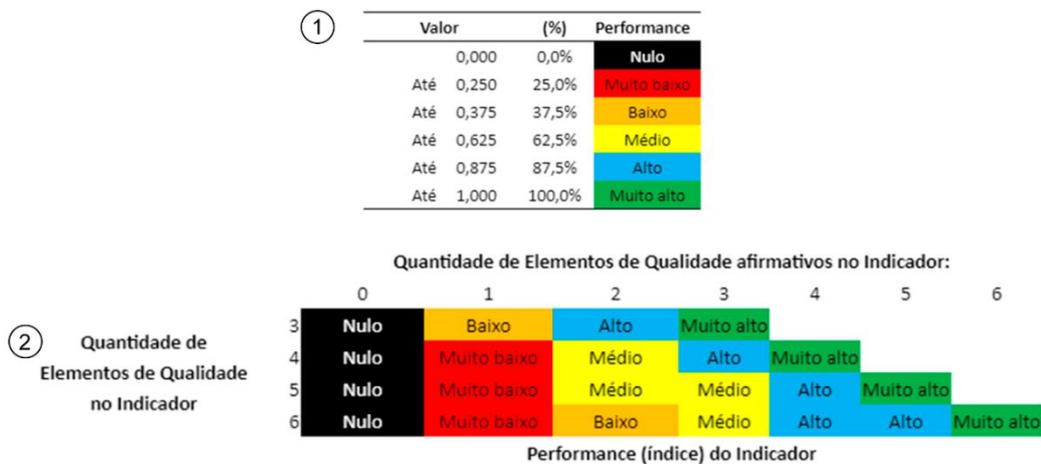
Quadro 15 - GFI Brazil Scoring Method

<b>Indicador X</b>					
Elementos de qualidade (EOQs)	1 Nunca	2 Às vezes	3 Frequentemente	4 Sempre	Observações
EOQ1	X				
EOQ2			X		
EOQ3		X			
EOQ4	X				
Pontuação média	2.25				
Desempenho geral	1-1.5				Muito fraco
	1.6-2.5				Fraco
	2.6-3.5				Moderado
	3.6-4				Forte

Fonte: *GFI Guidance Manual* (2013, p. 32), tradução nossa.

Para desenvolver a escala de pontuação da pesquisa, os valores do Desempenho Geral (1; 1,5; 2,5; 3,5) foram divididos pelo seu valor máximo, que é 4. Transformando o resultado dessa divisão em porcentagem (25,0%, 37,5%, 62,5%, 87,5%, 100,0%), como mostra a Figura 7, foi possível criar uma escala de pontuação (2) que pudesse ultrapassar a quantidade de até quatro elementos qualitativos determinados pelos dois métodos do WRI, aumentando a proporção para até seis elementos qualitativos em cada indicador.

Figura 7 - Escala de avaliação da performance dos indicadores



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para facilitar a visualização dos dados, foi aplicada a técnica de semaforização para distinguir, em cores, a classificação dos indicadores. Em seguida, os dados foram organizados em gráficos, com o objetivo de representar a performance das áreas. Para avaliar a qualidade do sistema, os resultados foram comparados aos oito Princípios de Bellagio (PIRES et al., 2017; FRIEDRICHSEN, 2020).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Seleção dos Indicadores a partir de Ferramentas Preexistentes

Ao total, cinco ferramentas foram utilizadas durante a etapa de seleção de indicadores para compor o sistema deste estudo, sendo elas: o guia “Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos: um guia prático”, publicado pela UNWTO, em 2005; os Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações (versão 2), publicados pelo *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC), em 2019; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, instrumento publicado pela ONU e PNUD, em 2015; o documento Guia GPS - Gestão Pública Sustentável, elaborado pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), com publicação em 2017; e o Sistema ODS 14 Floripa, publicado por Friedrichsen (2020).

Com a aplicação das etapas 1 (busca por indicadores preexistentes) e 2 (redução, adaptação e criação de indicadores complementares), obtivemos o total de 72 indicadores selecionados das ferramentas preexistentes, destes, 38 foram adaptados para a escala local e realidade do município, como recomenda a Agenda 2030 (ONU, 2015). Em seguida, esse conjunto de indicadores foi complementado por 12 indicadores de elaboração própria, totalizando 84 indicadores, que foram transformados nos elementos de qualidade dos 21 indicadores principais do sistema, como apresentam os Apêndices B e C. O quadro abaixo aponta a relação total de indicadores selecionados/criados e adaptados:

Quadro 16 - Quantidade de indicadores selecionados por ferramenta

<b>Ferramenta selecionada</b>	<b>Número de indicadores selecionados/criados</b>	<b>Número de indicadores adaptados</b>
Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos: um guia prático (UNWTO, 2005)	04	04
Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações (versão 2)	51	21

(GSTC, 2019)		
Guia GPS - Gestão Pública Sustentável (PCS, 2017)	14	12
Sistema ODS 14 Floripa (FRIEDRICHSEN, 2020)	03	01
Autora (2021)	12	
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>38</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Sobre esse resultado, cabem alguns apontamentos em relação à aplicabilidade de cada ferramenta neste estudo. É importante frisar que somente duas ferramentas são destinadas à avaliação do turismo, sendo elas, as ferramentas da UNWTO (2005) e do GSTC (2019). As demais foram elaboradas para avaliar o desenvolvimento sustentável em outros contextos, como a sustentabilidade em áreas costeiras (Sistema ODS 14 Floripa), sustentabilidade municipal (PCS, 2019) etc.

Os indicadores da UNWTO atuam como parte de um esforço da organização, iniciado na década de 1990, em fornecer assistência prática aos gestores de turismo e destinos, ao incentivá-los a usar os indicadores como um componente básico do desenvolvimento sustentável em seus postos de trabalho (UNWTO, 2005). Apesar de não estar alinhado aos ODS, devido à data de publicação do documento anteceder o plano de ação da Agenda 2030, esse documento faz referência a políticas anteriores da ONU, como os ODM, e também busca adequá-lo aos ideais do desenvolvimento sustentável. Quanto à aplicabilidade dessa ferramenta ao sistema, embora esta seja mais robusta, por possui mais de 300 indicadores disponíveis, o enfoque nos indicadores quantitativos e na abordagem participativa dificultou a utilização de grande parte desses indicadores, tendo em vista a abordagem *top-down* utilizada nesta pesquisa. Por outro lado, por ser um guia robusto e detalhado, direcionado ao turismo, o guia da UNWTO foi indispensável como material de referência para a elaboração de indicadores próprios.

Os Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações, publicados pelo *Global Sustainable Tourism Council*, em 2019, são um conjunto de critérios e indicadores, comprometidos com o alcance dos ODS, que podem ser aplicados em qualquer escala e destino, da forma mais prática possível e reconhecendo as limitações de cada localidade (GSTC, 2019). Por compartilhar o objetivo comum de apresentar uma lista de indicadores para avaliar o turismo e reconhecer a importância do turismo para o alcance da Agenda 2030, foi o principal material de consulta para a elaboração das descrições e elementos de qualidade do sistema, como resume o Apêndice C. Dado a sua proximidade com a pesquisa, os 21 indicadores

principais deste sistema foram elaborados com base em uma série de adaptações dos indicadores do GSTC.

O Guia GPS - Gestão Pública Sustentável, terceira ferramenta selecionada, foi elaborado pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), com o objetivo de estimular um modelo de gestão urbana bem-sucedido nas cidades brasileiras e no mundo, visando o fomento da organização de informações e de diagnósticos por meio de indicadores selecionados. A primeira versão do Guia GPS (2017), utilizada neste estudo, traz orientações para a formulação de plano de metas, além de 260 indicadores, articulados aos ODS da Agenda 2030, adaptados para o contexto local e distribuídos em 12 eixos (Figura 8):

Figura 8 - Distribuição dos indicadores nos 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo	N de indicadores	% dos indicadores do programa
Ação Local para a Saúde	29	11%
Bens Naturais Comuns	21	8%
Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	15	6%
Cultura para a Sustentabilidade	8	3%
Do Local para o Global	11	4%
Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável	35	13%
Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	37	14%
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz	43	17%
Gestão Local para a Sustentabilidade	8	3%
Governança	31	12%
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego	13	5%
Planejamento e Desenho Urbano	9	3%
<b>Total Geral</b>	<b>260</b>	<b>100%</b>

Fonte: PCS (2019).

Em relação à aplicabilidade do GPS neste estudo, por ser uma ferramenta mista, que comporta indicadores qualitativos e quantitativos, foi possível ter um maior aproveitamento dos indicadores presentes nessa ferramenta. O estabelecimento de eixos e tipologias (Figura 9), proporcionou uma maior celeridade ao processo de seleção dos indicadores, em razão da rápida identificação daqueles que poderiam ser úteis ao sistema ou passíveis de adaptação. Os indicadores de atributos foram considerados os mais adequados nesse sentido.

Figura 9 - Tipologias dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Tipo de Indicador	Exemplos
Contexto	PIB do município Empregos formais Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração Área urbana e rural do município
Esforço	Percentual de crédito público destinado à regeneração de ecossistemas e biodiversidade sobre o total do orçamento Percentual de recursos alocados na LOA (Lei Orçamento Anual) para políticas de promoção da equidade de gênero sobre o total do orçamento do município A razão entre o PIB e as emissões de GEE dos setores de energia, transporte, resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais. Percentual de emissões de gases de efeito estufa e contribuição de cada gás pelos processos industriais no município Tempo médio gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho, em minutos.
Atributos	Existência no município de sistemas inteligentes de contratação de empresas Disponibilização dos dados públicos em formatos abertos (xml, csv, json) Existência de marco legal que regulamente os mecanismos de participação social nas instâncias de deliberação das políticas públicas que assegure a participação de adolescentes e jovens Existência de plano de médio e longo prazos para recursos hídricos.
Desempenho	Percentual de domicílios urbanos sem ligação com a rede de esgoto sobre o total de domicílios. Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Rede municipal nos anos finais do ensino fundamental. Número de crimes violentos fatais ocorridos no município, por 10 mil habitantes. Taxa de mortalidade na infância (número de óbitos infantis – menores de 5 anos – por mil nascidos vivos). Percentual de cobertura populacional por equipes de saúde da família.

Fonte: PCS (2019).

O Sistema ODS 14 Floripa foi desenvolvido por Friedrichsen, em 2020, com o objetivo de oferecer um sistema de indicadores locais de análise de desempenho em relação ao ODS 14 (vida na água) e às demais metas associadas, para as áreas costeiras do município de Florianópolis (SC). Esse sistema possui 187 indicadores (quantitativos e qualitativos), 50 macroindicadores, 19 áreas e quatro dimensões (ambiental, econômica, institucional e social). Em relação à aplicabilidade desse Sistema à pesquisa, esperava-se que a semelhança das dimensões utilizadas pelo autor em relação às áreas deste sistema, pudesse facilitar o processo de seleção dos indicadores, no entanto, por ser uma ferramenta composta inteiramente por indicadores de desempenho, foi necessário maior tempo para identificar indicadores úteis ao sistema e para realizar adaptações. Com base na baixa quantidade de indicadores selecionados a partir dessa ferramenta, a principal contribuição do Sistema ODS 14 Floripa diz respeito à metodologia utilizada pelo autor, que foi crucial para inspirar e direcionar esta pesquisa.

Como ressalta Van Bellen (2006), a elaboração de sistemas com base em ferramentas preexistentes pode demandar bastante tempo, esforço e recursos de toda espécie (financeiros, humanos etc.). As principais dificuldades encontradas durante a etapa de seleção dos indicadores podem ser atribuídas à natureza qualitativa dos indicadores que compõe o sistema, devido à grande quantidade de indicadores quantitativos presentes nas ferramentas selecionadas. Exceto pelos indicadores do GSTC e do GPS, grande parte dos indicadores não

puderam ser aproveitados ou as adaptados ao sistema. Apesar dessas dificuldades, o uso das ferramentas preexistentes, especialmente das elaborados pelo GSTC e do PCS, demonstrou ser viável para a construção deste sistema, visto que todas contribuíram de alguma forma com essa etapa, seja por meio da seleção de indicadores ou como material de referência para a elaboração de indicadores próprios.

### 5.1.1 Composição final do sistema de indicadores

O sistema de indicadores foi estruturado em: classificação dos indicadores em área e subárea; indicadores acompanhados de descrições; ODS e metas associados aos indicadores; elementos de qualidade que abrangem cada indicador; método de avaliação com dados binários (S/N); resultado da performance do indicador com semaforização; fontes do indicador e fonte de dados. Com essa estrutura, buscou-se hierarquizar as informações, a fim de aprofundar as questões particulares do sistema, e propiciar uma rápida identificação da situação geral do turismo em escala local (FRIEDRICHSEN, 2020 apud MEADOWNS, 1998).

O sistema está subdividido em quatro áreas e nove subáreas (Quadro 17), desenvolvidas com base nas seções e subseções do GSTC e conforme o propósito desta pesquisa em gerar uma avaliação sobre a gestão municipal. Embora a terminologia utilizada se diferencie da Agenda 2030 e das ferramentas aplicadas neste sistema, em essência, as áreas do sistema abrangem as mesmas dimensões (social, econômica, ambiental e instrucional) dessas e de outras ferramentas destinadas à avaliação do desenvolvimento sustentável. O agrupamento dos elementos no sistema segue a mesma lógica das estruturas observadas nas ferramentas preexistentes e em outros sistemas de indicadores.

Quadro 17 - Áreas e subáreas do sistema de indicadores

<b>Área A. Gestão Sustentável</b>	<b>Área C. Sustentabilidade Cultural</b>
(a) Estrutura da Gestão do Turismo (b) Envolvimento das Partes Interessadas (c) Gerenciamento da pressão e mudança	(a) Gestão da cultura local
<b>Área B. Sustentabilidade Socioeconômica</b>	<b>Área D. Sustentabilidade Ambiental</b>
(a) Benefícios à economia local; (b) Bem-estar social	(a) Conservação do patrimônio natural e vida selvagem

	(b) Gestão de recursos (c) Gestão de resíduos e emissões
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir de GSTC (2019).

Como mostra o Quadro 18, os resultados mostram que há uma assimetria em relação à distribuição dos indicadores nas áreas. Segundo Bossel (1999) e Van Bellen (2006), esse é um dos resultados esperados em sistemas de indicadores, devido à grande quantidade de variáveis presentes. Em comparação às ferramentas preexistentes, o sistema possui uma distribuição de elementos bastante distinta. Diferentemente da Agenda 2030, cujos indicadores estão em maior concentração nas dimensões social e ambiental (IPEA, 2018), nesta pesquisa, a dimensão A (Gestão Sustentável) foi a que apresentou maior destaque em relação às demais, contrariando também o discurso de alguns autores (MOESCH, 2000; BOLUK et al., 2017; HALL, 2019 etc.) a respeito da priorização da dimensão econômica no turismo (para mais detalhes, consultar o Apêndice B).

Quadro 18 - Quadro com indicadores por área

Áreas		
<b>A</b>	Gestão sustentável	A1 Organização da gestão pública do turismo; A2 Gestão estratégica do turismo e plano de ação; A3 Monitoramento e comunicação de resultados; A4 Incentivo à adoção dos padrões de sustentabilidade pelas empresas de turismo; A5 Participação do residente; A6 Satisfação do visitante; A7 Promoção do turismo local; A8 Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade.
<b>B</b>	Sustentabilidade socioeconômica	B1 Comércio justo e apoio à comunidade; B2 Prevenção da exploração e discriminação; B3 Proteção e segurança; B4 Acesso para todos;
<b>C</b>	Sustentabilidade cultural	C1 Gestão da cultura local.
<b>D</b>	Sustentabilidade ambiental	D1 Proteção de ambientes sensíveis; D2 Proteção da vida selvagem; D3 Conservação de energia; D4 Gestão da água; D5 Redução de resíduos sólidos; D6 Emissões de gases do efeito estufa

	e mitigação das mudanças climáticas; D7 Transporte sustentável; D8 Poluição luminosa e sonora.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em razão da grande quantidade de informações e dados levantados a serem filtrados, a utilização de subáreas foi importante para auxiliar no processo de agrupamento dos indicadores e elementos de qualidade, separando-os de acordo com os seus objetos de análise:

Quadro 19 - Quantidade de subáreas, indicadores e elementos de qualidade distribuídos nas áreas do sistema

Áreas		Subáreas	Indicadores	Elementos de qualidade
<b>A</b>	Gestão sustentável	3	8	32
<b>B</b>	Sustentabilidade socioeconômica	2	4	16
<b>C</b>	Sustentabilidade cultural	1	1	6
<b>D</b>	Sustentabilidade ambiental	3	8	30
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>84</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A prevalência de indicadores e elementos de qualidade nas áreas A e D não foi intencional. Inicialmente, era esperado que a natureza dos indicadores das ferramentas e até mesmo a abordagem utilizada não afetasse de forma significativa na seleção e distribuição dos indicadores no sistema, em função da possibilidade de realizar adaptações. Em termos práticos, como visto anteriormente, tanto a natureza dos indicadores quanto a abordagem das ferramentas conduziram à priorização dos indicadores do GSTC e do PCS, influenciando diretamente na distribuição dos indicadores e elementos de qualidade nas áreas e subáreas do sistema.

A Sustentabilidade cultural é a área que apresenta maior disparidade em relação às demais, com uma quantidade visivelmente inferior de elementos distribuídos nas áreas e subáreas. O principal fator para esse resultado foi a alta especificidade dos indicadores dessa dimensão nas ferramentas selecionadas, sendo comum a presença de indicadores para questões específicas de um contexto micro (ex.: acessibilidade em um zoológico, museu ou galeria). A inclusão de indicadores com essa finalidade implicaria em mais tempo de pesquisa e em pouca autonomia para a coleta desses dados, sendo necessário realizar entrevistas com os responsáveis dos órgãos competentes, excedendo o objetivo deste estudo. Mesmo com tentativas de adaptar

e criar indicadores para essa dimensão, a natureza restrita desses indicadores gerou em uma baixa quantidade de elementos para avaliar essa área. Recomenda-se que futuras pesquisas possam refletir e reavaliar sobre quais indicadores poderiam representar adequadamente a dimensão cultural na escala local.

Em razão da dimensão ambiental ser considerada a mais ‘verde’ do tripé do desenvolvimento sustentável, como Sachs (2009) menciona, essa área demandou mais tempo para filtrar, selecionar e adaptar os indicadores ao sistema, devido à quantidade exorbitante de indicadores ambientais nas ferramentas selecionadas. Embora tenha sido observado mais indicadores complexos nessa dimensão, diferentemente da dimensão cultural, os indicadores ambientais apresentaram mais chances de serem adaptados para a escala local, já que todas as ferramentas traziam indicadores para o monitoramento de políticas e estratégias governamentais.

Em relação ao conteúdo dos indicadores, esses resultados foram influenciados principalmente pela atual cultura de dados para o turismo na área de estudo. Como afirmam alguns autores (SANAHUJA e VÁZQUEZ, 2017; KRONEMBERGER, 2019), obstáculos como esses são esperados, devido às altas expectativas em torno das metas da Agenda 2030, que ainda são irrealistas para muitos países, como o Brasil. Em algumas dimensões, como a ambiental, foi necessário criar indicadores com atributos mais palpáveis, como aqueles voltados para a existência de ações básicas (ex.: existência de campanhas de conscientização), pois, desde o início da pesquisa, havia uma preocupação em evitar a entrega de um sistema repleto por lacunas. No que diz respeito a essas dificuldades, cabem alguns apontamentos sobre os dados para o turismo.

No contexto nacional, o monitoramento do turismo apresenta uma maior organização da produção de dados, indicadores e relatórios, mas que ainda passa por obstáculos ligados à periodicidade de monitoramento, à produção de dados desagregados para o turismo e em relação ao que é avaliado. Como enfatiza Souza (2020), esse monitoramento ainda possui uma perspectiva bastante mercadológica, que tem priorizado a dimensão econômica nos últimos anos. Esses dados são elaborados e disponibilizados pelo Ministério do Turismo, Infraero, Ipea, IBGE, e outros órgãos associados às Atividades Características do Turismo (ACTs)<sup>25</sup>, como o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Representam a maior parte dos gastos dos turistas: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transporte; e cultura e lazer. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td\\_1938.pdf](https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf). Acesso em: 05 jun. 2021.

<sup>26</sup> Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB). Pesquisas e Estudos. <http://fohb.com.br/pesquisas-estudos/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

No site oficial do Ministério do Turismo<sup>27</sup>, as estatísticas e indicadores abrangem o monitoramento de desembarques, receita cambial, financiamento, principais emissores etc. Em outra seção do mesmo site, existe uma seção dedicada à economia do turismo<sup>28</sup>, com dados levantados em parceria com o IBGE, que não são atualizados desde o ano de 2009. Já o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), projeto desenvolvido pelo IPEA em parceria com o MTur e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan/DF)<sup>29</sup>, abrange dados sobre a dimensão do emprego e caracterização da ocupação formal e informal do turismo, contando também com dados que podem ser extraídos por região e município. Embora haja uma maior divulgação em relação à metodologia utilizada e possibilidades de dados para outros recortes geográficos, os dados disponibilizados pelo Ipea ainda possuem poucas dimensões para abordar o turismo em sua totalidade, além disso, até o momento de elaboração desta pesquisa, as últimas atualizações datavam de 2019.

Nos estados e municípios, o monitoramento do turismo costuma ser disperso, onde alguns lugares contam com observatórios de turismo e mais rigor em relação à cultura de dados pela gestão do turismo estadual e municipal, enquanto outros locais não possuem sequer observatório de turismo, além de pouca ou nenhuma transparência de dados referentes à atividade pela gestão.

No Amazonas, apesar da produção de dados e estatísticas ser incipiente, a gestão estadual do turismo, comandada pela Amazonastur, tem feito importantes avanços nesse sentido, com a disponibilização de seção no site oficial do órgão dedicada aos indicadores do turismo para o Amazonas<sup>30</sup>. No entanto, por estar em estágio inicial, ainda são poucos os municípios (Itacoatiara, Maués, Parintins, Manacapuru) que receberam relatórios completos pelo órgão e, quanto aos relatórios sobre o Amazonas, os dados ainda surgem bastante agregados. Surpreende que não haja um relatório que aborde especificamente o turismo na capital, tendo em vista que Manaus é o principal portão de entrada dos fluxos turísticos.

Até o momento de elaboração desta pesquisa, não existem indícios de dados, estatísticas ou indicadores destinados ao turismo em Manaus, também não foram encontrados relatórios disponíveis publicamente no site da prefeitura da cidade, que possam transparecer o

---

<sup>27</sup> Dados e Fatos. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores.html>. Acesso em: 08 dez. 2021.

<sup>28</sup> Economia do Turismo. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/economia-do-turismo.html>. Acesso em: 08 dez. 2021.

<sup>29</sup> Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>. Acesso em: 08 dez. 2021.

<sup>30</sup> Indicadores de turismo. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/indicadores-de-turismo/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

comprometimento da gestão do turismo com o assunto. Com base em informações públicas<sup>31</sup>, dentro da pasta de “Cultura, desenvolvimento do Turismo e realização de Eventos”, administrada pela Manauscult, o setor de cultura aparenta ter um certo favoritismo em relação aos demais em relação ao recebimento de recursos financeiros e promoção, e o turismo surge muitas vezes associado aos eventos realizados na capital. Hipoteticamente, esse pode ser um dos fatores dessa estagnação.

Com base nessas breves informações sobre o monitoramento do turismo nos três níveis de governo, entende-se que ainda há uma priorização dos indicadores econômicos do turismo no país e uma série de problemas ligados à cultura de dados para o turismo, como a escassez ou inexistência de dados, especialmente de dados desagregados para outros recortes ligados à raça, gênero, direitos LGBTQIA+ etc., que alguns autores (IRVING et al., 2005, 2020; BOLUK et al., 2017; HALL, 2019; SOUZA, 2020) afirmam ser essenciais para o avanço do monitoramento e avaliação da atividade turística. Considerando as limitações discutidas, a pesquisa buscou desenvolver um sistema de indicadores condizente com essa realidade, mas que pudesse ultrapassar o viés mercadológico do turismo, com a inserção de indicadores ligados à acessibilidade, à participação, ao comércio justo etc., como mostra o Apêndice C.

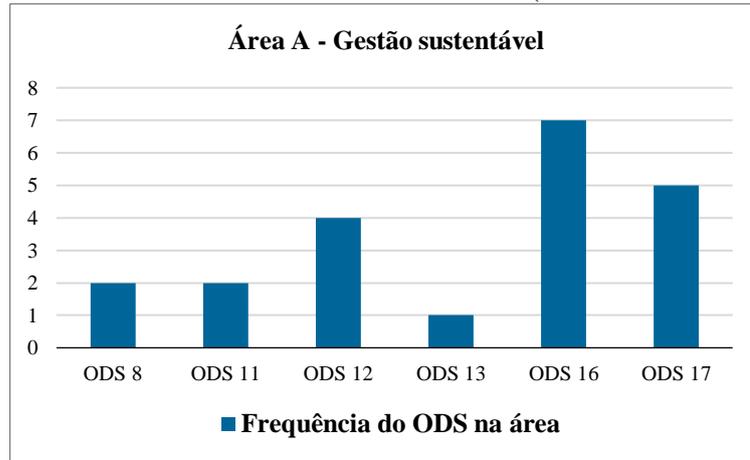
## **5.2 Alinhamento do Sistema de Indicadores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**

Com base nas palavras-chave extraídas do sistema e comparadas aos ODS e metas da Agenda 2030, foram encontrados treze ODS associados aos indicadores da área A (Gestão sustentável), dentre eles, os ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação) aparecem com maior frequência (Gráfico 1). O principal fator para esse resultado foi o objetivo em comum desses ODS e da área A em avaliar aspectos institucionais, que estão mais restritos à gestão.

---

<sup>31</sup> Viva Manaus. Disponível em: <https://vivamanaus.com/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

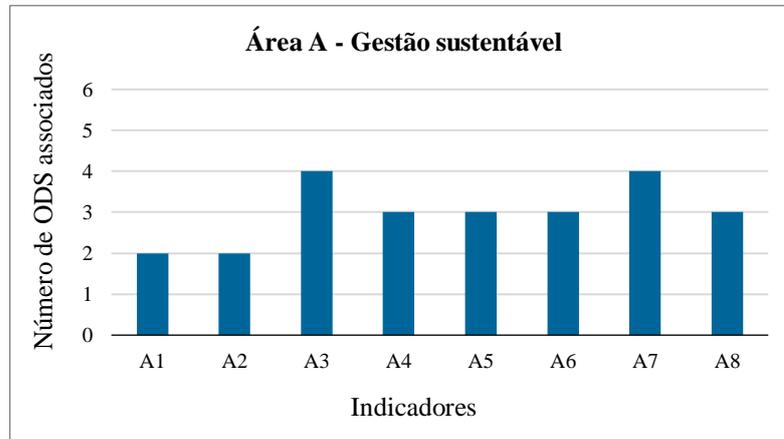
Gráfico 1 - ODS correlacionados à área A (Gestão sustentável)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os indicadores A7 (Promoção do turismo local) e aqueles que estão ligados ao monitoramento do turismo local, representados pelos indicadores A3 (Monitoramento e comunicação de resultados) e A8 (Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade), apresentaram uma maior quantidade de conexões com os ODS da Agenda 2030, como aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Número de ODS associados aos indicadores da área A

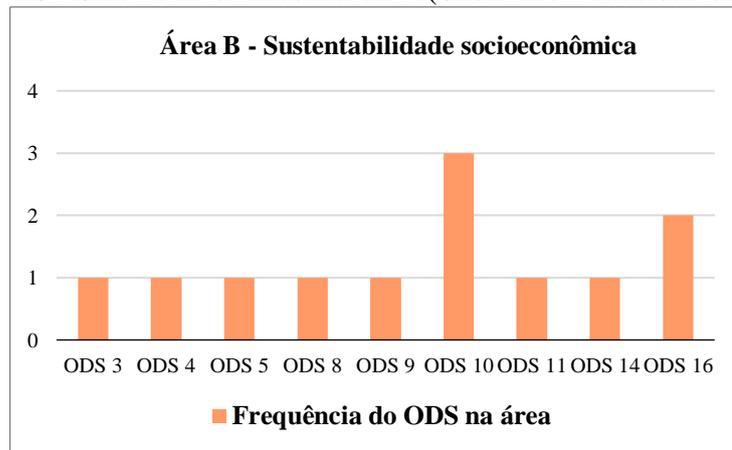


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na área B (Sustentabilidade socioeconômica), era esperado que surgissem mais associações com o ODS 8, devido à tendência desse objetivo aparece associado aos indicadores socioeconômicos, como apontam alguns autores (SOUZA, 2020; IRVING et al., 2020, etc.). Essa expectativa foi contrariada pelo resultado final, que traz uma maioria de indicadores sociais em contraste com os indicadores econômicos, tornando a área B mais alinhada com os ODS que priorizam o bem-estar social (Gráfico 3). Tais escolhas ocorreram de forma bastante subjetiva, algo comum na elaboração de indicadores, como afirmam Gallopin (1996) e Van

Bellen (2006). Com base nesse resultado, o ODS com o maior número de associações nessa área é o ODS 10, que trata da redução das desigualdades. Em seguida, aparece o ODS 16, com duas associações. Assim como ocorreu na área A, o ODS 16 ganhou certo destaque devido à presença de vários indicadores relacionados a políticas, estratégias e outras ações da gestão local na área B, demonstrando que os indicadores voltados para o monitoramento da gestão não estão limitados à área de gestão sustentável.

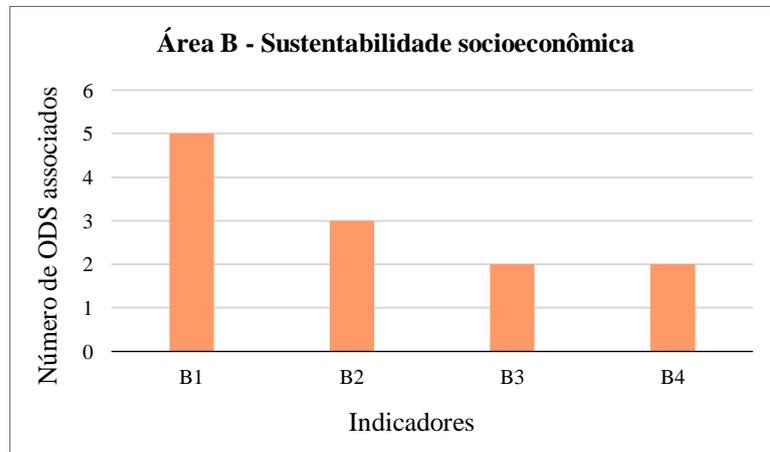
Gráfico 3 - ODS correlacionados à área B (Sustentabilidade socioeconômica)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como aponta o gráfico abaixo, grande parte dos ODS encontrados na área B estão associados ao indicador B1 (Comércio justo e apoio à comunidade), pois esse indicador abrange uma série de aspectos (capacitação, o comércio justo, o trabalho, os produtos locais etc.) a serem monitorados/avaliados, o que ocasionou em mais oportunidades de extrair palavras-chave e, conseqüentemente, em mais ODS que poderiam ser associados a esse indicador.

Gráfico 4 - Número de ODS associados aos indicadores da área B

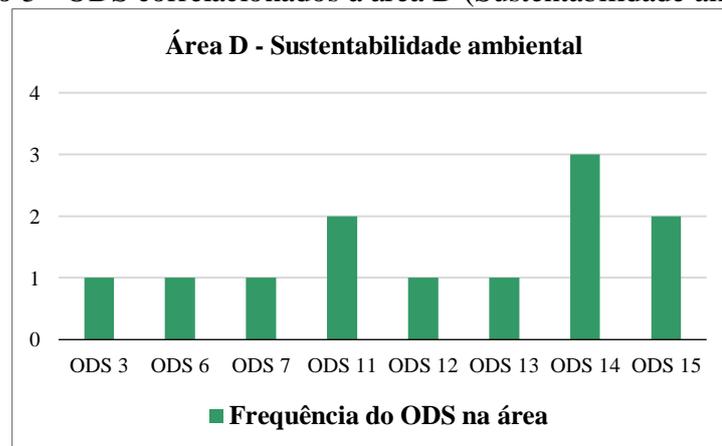


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em razão da pouca quantidade de indicadores na área C (Sustentabilidade cultural), foram encontradas apenas convergências com dois ODS (8 e 11). A associação do ODS 8 é justificada pela meta 8.9, que em seu conteúdo relaciona o turismo sustentável à promoção da cultura e produtos locais. Quanto ao ODS 11, essa associação se deu em função da meta 11.4, que elenca aspectos ligados à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural (para mais detalhes sobre a área C, consultar o Apêndice C).

A área D (Sustentabilidade ambiental) trouxe resultados esperados, com um maior número de associações pertencentes à dimensão ambiental da Agenda 2030 (Gráfico 5). Os ODS 14 (Vida na água) e 15 (Vida terrestre) aparecem com mais associações em relação aos demais. As associações com o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) ocorreram pelo conteúdo de algumas metas trazidas por esse ODS, como as metas 11.2, 11.3 e 11.6, que abrangem questões sobre impactos ambientais, assim como os indicadores D7 (Transporte sustentável) e D8 (Poluição luminosa e sonora) presentes nessa área.

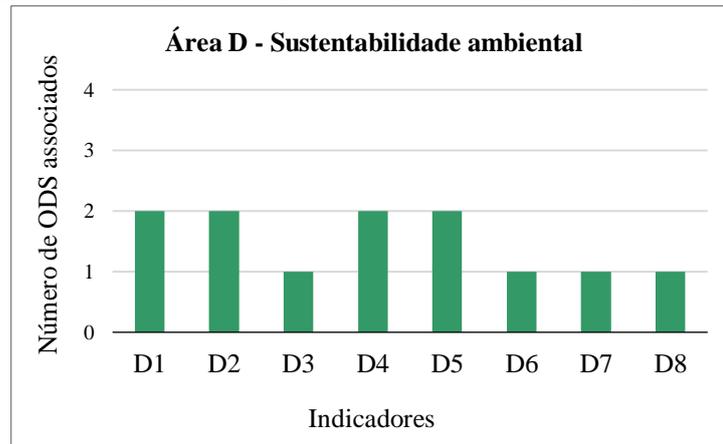
Gráfico 5 - ODS correlacionados à área D (Sustentabilidade ambiental)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Apesar da área D possuir a mesma quantidade de indicadores e quase a mesma quantidade de elementos de qualidade que a área A, a distribuição dos ODS associações por indicadores é mais equilibrada nessa área, como resume o Gráfico 6. O destaque sutil dos indicadores D1, D2, D4 e D5 pode ter ocorrido pela maior quantidade de palavras-chave extraídas das descrições.

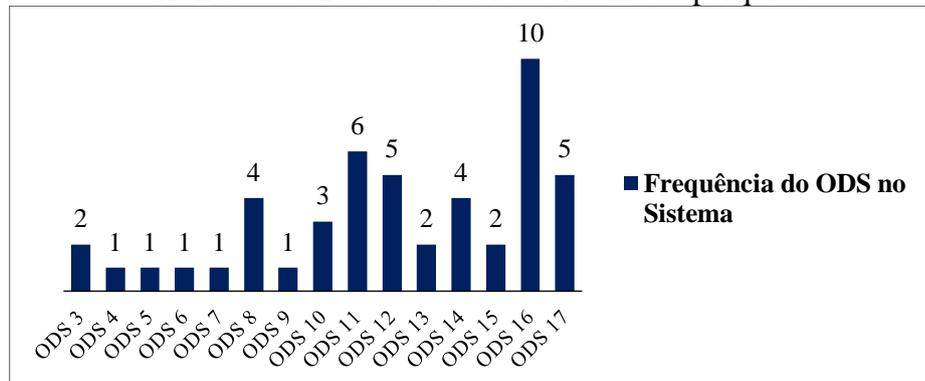
Gráfico 6 - Número de ODS associados aos indicadores da área D



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 7 traz um apanhado geral da quantidade ODS associados ao sistema. Os resultados comprovam o alinhamento do sistema com pelo menos 15 dos 17 ODS, atestando também a transversalidade o turismo com a Agenda 2030. Os ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) apresentaram uma maior convergência com este sistema. Nota-se que não foram encontradas quaisquer associações com os ODS 1 (Erradicação da Fome) e 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável).

Gráfico 7 - ODS associados ao sistema da pesquisa

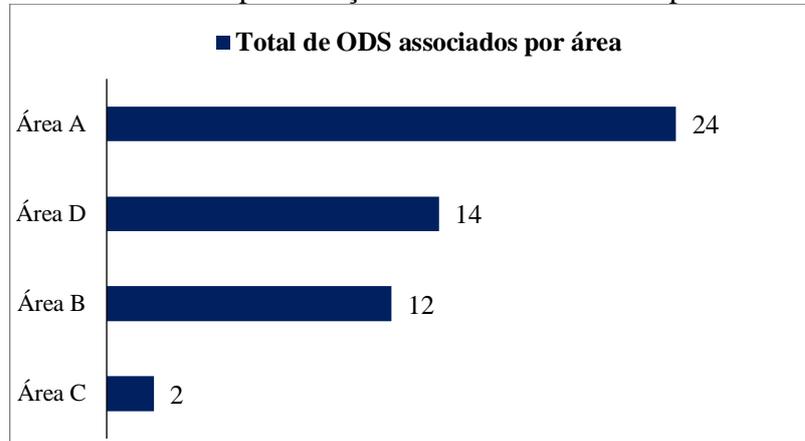


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Exceto pelo ODS 16, os resultados convergem com as associações encontradas no estudo de Souza (2020) (ver figura 5), que apontam para uma maior transversalidade do turismo sustentável com os ODS 8, 11 e 12. Apesar do destaque para o ODS 16 no *ranking* geral, o ODS 11 é o único que aparece em todas as áreas do sistema. Esse resultado é justificado pela transversalidade das metas desse ODS (ONU, 2005), gerando mais possibilidades de diálogo com áreas diferentes. A baixa frequência com que alguns ODS aparecem no sistema, como os

ODS 4 e 5, se deu pela aplicação dos critérios de seleção dos indicadores, elencados por Van Bellen (2006), que levou em conta a disponibilidade de dados, aplicabilidade do indicador no contexto local, a sua relação com o turismo, entre outros critérios.

Gráfico 8 - Representação dos ODS associados por área



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conclui-se que os indicadores e elementos de qualidade adaptados para o contexto local foram considerados suficientes para obter um diagnóstico preliminar da gestão do turismo local. Com base nos resultados, foi possível compreender sobre a atual organização, estrutura, estratégias e políticas dessa gestão, elencando alguns aspectos positivos e negativos. Acredita-se que a maior contribuição da área A e das outras áreas deste sistema, seja a visualização das lacunas encontradas e a clareza das melhorias que precisam ser realizadas. Como aponta o Gráfico 8, existe uma relação direta entre a quantidade de elementos por área e ao aumento da possibilidade encontrar conexões com os ODS, portanto, a baixa quantidade de associações encontradas na área C é apenas um reflexo da dificuldade de criar mais elementos para essa área. Nesse sentido, embora todas as áreas revelem aspectos sobre a gestão municipal, sem dúvidas, as áreas A e D, por serem mais representativas em número de elementos, podem possibilitar mais *insights* para a gestão local e futuras pesquisas.

O uso de palavras-chave extraídas dos indicadores e descrições do sistema para encontrar correlações com os ODS da Agenda 2030, com base em Souza (2020), foi suficiente para alcançar o objetivo proposto. Todavia, o levantamento mecânico desses elementos demandou mais tempo do que o previsto para ser finalizado. Para superar esse problema, recomenda-se o uso de um ou mais *softwares* voltados para pesquisas qualitativas, em caso de levantamento e análise de uma grande quantidade de dados.

### 5.3 Aplicação do Sistema de Indicadores em Manaus

### 5.3.1 Busca por dados secundários

A coleta de dados secundários em fontes oficiais e públicas se mostrou viável para obter as respostas binárias dos elementos de qualidade listados e, em seguida, avaliar a performance dos indicadores, já que a pesquisa necessitou apenas de dados brutos para obter os resultados desejados. A busca por dados públicos foi realizada de forma bastante extensa e cautelosa, em razão da grande quantidade de elementos de qualidade listados e das fontes que deveriam ser localizadas e analisadas quanto à sua confiabilidade e atualização, o que demandou bastante tempo de leitura de vários documentos, notícias, legislação etc.

Nesse sentido, a principal dificuldade observada foi a dispersão dos dados em diversas fontes, devido à ausência da organização desses dados pela Prefeitura de Manaus em um único espaço na *web*, estratégia que tem sido empregada em outras cidades brasileiras, e que teria contribuído com o avanço dessa etapa em poucos dias. Dentre as áreas do sistema, a área D foi a que precisou de maior disponibilidade de tempo para que os dados fossem encontrados, em razão das diferentes fontes oficiais existentes e leitura de legislação. Ao longo da coleta de dados da área A, uma das fontes consultadas foi o Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (Observatur-UEA), com o objetivo de obter mais informações sobre a atividade turística em Manaus, porém foram encontrados apenas indicadores que monitoram os fluxos turísticos e a geração de receita do turismo no Amazonas, com poucos dados desagregados para Manaus, de modo semelhante aos indicadores encontrados no site oficial da gestão estadual (Amazonastur). Nota-se também que há pouca periodicidade para os dados e falta clareza sobre como a metodologia foi elaborada.

Observa-se que a coleta de dados em fontes públicas não poderia ser suficiente para pesquisas com sistemas de indicadores quantitativos, devido à possível necessidade de informações que, como percebido nesta pesquisa, ainda não são totalmente transparentes nessas fontes, especialmente se estas fazem parte do cotidiano da gestão. Para esse tipo de pesquisa, recomenda-se a busca por dados primários, se possível, por meio de entrevistas.

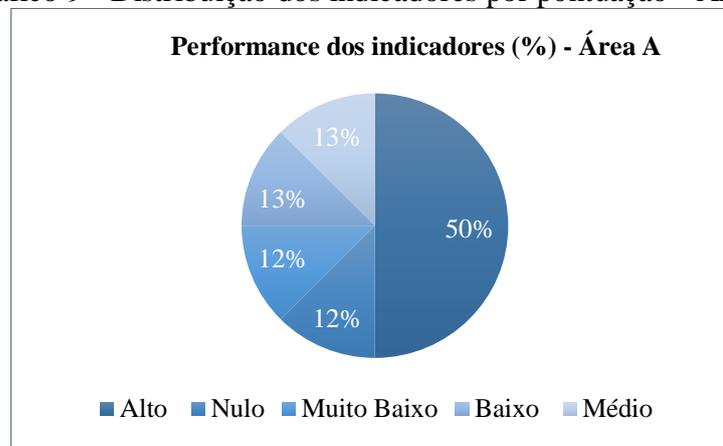
### 5.3.2 Performance dos indicadores

Os indicadores deste estudo foram classificados com base na criação de uma escala de pontuação adaptada dos métodos estabelecidos pelo *GFI Guidance Manual* (2013) do WRI, cujos

resultados podem variar de ‘baixo’ a ‘muito alto’, dependendo da quantidade de respostas afirmativas para os elementos de qualidade listados para cada indicador.

Com base nos resultados vistos no Apêndice E, quatro indicadores foram classificados como ‘alto’ na área A (Gestão Sustentável), que são: indicador A1 (Organização da gestão pública do turismo), com 66%; A4 (Incentivo à adoção dos padrões de sustentabilidade pelas empresas de turismo), com 66%; A5 (Participação do residente), com 75%; e A6 (Satisfação do visitante), com 66%. Em sequência, o indicador A8 (Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade) é classificado como ‘médio’, e o indicador A7 (Promoção do turismo local), como ‘baixo’. Os indicadores que receberam as menores pontuações nessa estão ligados ao monitoramento e estratégias, como o indicador A3 (Monitoramento e comunicação de resultados), avaliado como ‘muito baixo’, com 25% dos elementos de qualidade atendidos, e o indicador A2 (Gestão estratégica do turismo e plano de ação), o único que consta como ‘nulo’. Ao estabelecer a média desses resultados, obtivemos a seguinte distribuição na área A:

Gráfico 9 - Distribuição dos indicadores por pontuação - Área A



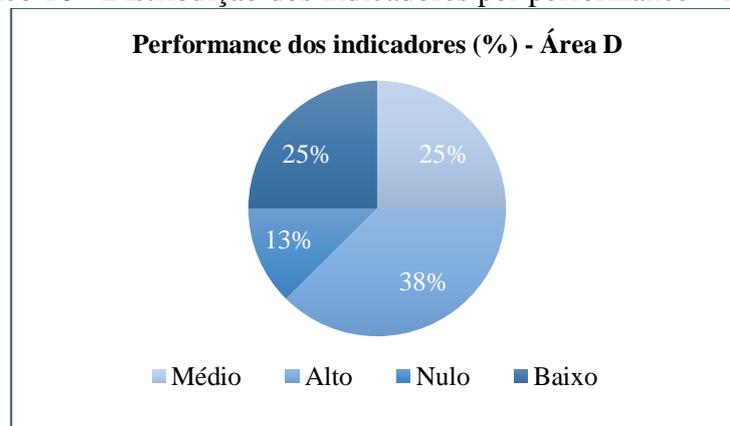
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A área B (Sustentabilidade socioeconômica) recebeu a maior pontuação em relação às demais, com todos os indicadores classificados como ‘muito alto’ (100%). Esse resultado se deu pela facilidade na coleta de dados e informações para os indicadores e elementos de qualidade econômicos, possivelmente em função da evidente priorização desses aspectos no setor turístico. Além disso, durante a coleta de dados, chamou a atenção a presença de mais iniciativas por parte do setor público e de ONGs que visam gerar algum tipo de impacto social através do turismo sustentável, especialmente em comunidades remotas.

Em seguida, o indicador C1 (Ações e recursos destinados à cultura local), único da área C (Sustentabilidade cultural), foi classificado como ‘alto’, com quatro elementos de qualidade afirmativos (83%). Esse resultado se deu pela ausência do elemento de qualidade ‘d’ (Identificação e listagem do patrimônio cultural imaterial disponível nos canais de turismo da prefeitura).

Por fim, apenas três dos oito indicadores da área D (Sustentabilidade ambiental) foram classificados como ‘alto’, sendo eles, os indicadores D2 (Proteção da vida selvagem – Alto, 66%), D3 (Conservação de energia - Alto, 66%) e D5 (Redução de resíduos sólidos – Alto, 75%); dois indicadores pontuados como ‘médio’, que são os indicadores D1 (Proteção de ambientes sensíveis – Médio, 60%) e D4 (Gestão da água - Médio, 60%); dois indicadores classificados como ‘baixo’, os indicadores D7 (Transporte sustentável – Baixo, 33%) e D8 (Poluição luminosa e sonora – Baixo, 33%); e um indicador com pontuação nula, o indicador D6 (Emissões de gases do efeito estufa e mitigação das mudanças climáticas). O gráfico abaixo traz a distribuição da pontuação dos indicadores ambientais:

Gráfico 10 - Distribuição dos indicadores por performance – Área D



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os indicadores e elementos de qualidade aplicados neste estudo cumpriram o papel de oferecer um diagnóstico preliminar do turismo local, contribuindo com a observação de aspectos pontuais que precisam de melhorias a curto e médio prazo, e que possivelmente possam orientar a gestão local a gerar mudanças nesse sentido. É importante retomar que não é papel dos indicadores de atributo oferecer um diagnóstico de como as ações ocorrem no dia a dia da gestão, mas se de fato elas existem. Para superar esse tipo de resultado, é necessário o uso de indicadores de desempenho, indicadores desafiadores, entre outras tipologias (PCS, 2019), que possam auxiliar em uma avaliação mais detalhada sobre a realidade. Também deve ser enfatizado que os indicadores não são a própria realidade, oferecendo apenas resultados que

possam auxiliar os tomadores de decisão a interpretá-la (GALLOPIN, 1996; HAMMOND et al., 1995; VAN BELLEN, 2006; PIRES et al. 2017).

### 5.3.3 Validação do sistema de indicadores

O sistema de indicadores demonstrou ser válido em comparação aos oito Princípios de Bellagio, pois atende a grande parte dos princípios recomendados, como resume o Quadro 20. No entanto, princípios como “Participação ampla” – devido à opção pela abordagem *top-down* – e “Continuidade e capacidade” ainda precisam ser aperfeiçoados.

Quadro 20 - Comparativo do sistema com os oito Princípios de Bellagio

<b>Princípios de Bellagio</b>	<b>A avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável deve:</b>	<b>Sistema</b>
<b>Visão orientadora</b>	Deve ser definida uma visão que enquadre todo o sistema de indicadores e que seja guiada pelo objetivo de melhorar o bem-estar das populações dentro dos limites da capacidade da biosfera e mantendo essa capacidade para as futuras gerações. Deve ser discutido o que significa bem-estar e o que significa desenvolvimento sustentável em cada contexto. Definir uma visão coletiva, de forma participativa e socialmente integradora, é determinante para a mobilização social e o impacto do sistema de indicadores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem como visão orientadora a meta 12.b (ODS 12) da Agenda 2030, que demanda o desenvolvimento e implementação de ferramentas para o desenvolvimento sustentável do turismo.</li> <li>- Busca o desenvolvimento de um sistema de indicadores qualitativos, que esteja alinhado aos ODS, para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo local.</li> </ul>
<b>Considerações essenciais</b>	A construção do sistema de indicadores deve considerar: o sistema social, econômico e ambiental como um todo articulado, com um caráter holístico, e as interações entre os seus componentes, nomeadamente incluindo questões de governação; as dinâmicas e interações entre tendências atuais e forças de mudança; os riscos, as incertezas e as atividades que possam ter impacto noutros territórios; as implicações para a tomada de decisão, incluindo sinergias e obstáculos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utiliza quatro dimensões (institucional, social, econômica e ambiental), que são aplicadas para obter um diagnóstico total ou todo articulado do turismo local no município. As questões de ‘governação’ estão presentes em todas as dimensões da ferramenta.</li> <li>- Está adequado à escala local, ao horizonte temporal e à realidade do município.</li> <li>- Aborda as tendências atuais, incertezas e obstáculos.</li> <li>- São apontadas as sinergias existentes entre os ODS e metas da Agenda 2030 e o</li> </ul>

		sistema por meio de associações.
<b>Âmbito adequado</b>	Deve ser adotada uma escala temporal apropriada, que permita capturar efeitos de políticas e atividades humanas passadas e atuais a curto e longo prazo, bem como a dimensão geográfica adequada, além do contexto local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A coleta de dados foi feita a partir de domínios públicos, prezando por dados atualizados, consistentes e relevantes.</li> <li>- Os efeitos de políticas e atividades humanas estão presentes em todas as dimensões do sistema.</li> </ul>
<b>Modelo conceitual e indicadores</b>	<p>O sistema deve ser baseado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Num modelo conceitual explícito que identifique os temas a serem monitorizados através de indicadores-chave;</li> <li>- Na utilização de metodologias standard ou indicadores comparáveis, sempre que possível;</li> <li>- Na comparação dos valores dos indicadores com metas, sempre que possível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O sistema foi baseado em ferramentas preexistentes de indicadores, amplamente reconhecidas, testadas e validas pela comunidade científica.</li> <li>- Os indicadores selecionados podem ser comparados, desde que as variáveis sejam qualitativas.</li> <li>- Os indicadores foram associados às metas e ODS da Agenda 2030, definindo claramente as conexões existentes.</li> </ul>
<b>Transparência</b>	<p>Para assegurar a transparência de todo o sistema de indicadores é necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar que os dados, indicadores e resultados da avaliação estejam acessíveis ao público;</li> <li>- Explicar as escolhas, hipóteses e incertezas que podem influenciar os resultados dos indicadores;</li> <li>- Divulgar as fontes dos dados e metodologias de cálculo dos indicadores;</li> <li>- Divulgar todas as fontes de financiamento e possíveis conflitos de interesse</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A pesquisa foi baseada em dados de acesso público.</li> <li>- As escolhas, hipóteses e incertezas estão disponíveis ao longo da pesquisa, sendo que as incertezas estão explícitas no sistema, através da técnica de semaforização e método de pontuação dos elementos de qualidade.</li> <li>- Todas as fontes dos dados, metodologias das ferramentas preexistentes, e método de pontuação aplicado no sistema estão disponíveis.</li> <li>- Não há conflitos de interesse.</li> </ul>
<b>Comunicação eficaz</b>	A comunicação dos indicadores é determinante, devendo utilizar linguagem clara e acessível, suportada por estratégias diferenciadas e inovadoras (nomeadamente utilizando diferentes meios visuais que ajudem a interpretar e contar uma história sobre os	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar da abordagem utilizada ser a <i>top-down</i>, acredita-se que o sistema possui uma linguagem clara e acessível, que pode ser compreendida por diferentes</li> </ul>

	indicadores), e divulgando a maior quantidade de informação possível, de forma fidedigna e objetiva.	públicos, e não apenas por um público técnico. - Utiliza-se de gráficos e semaforização em cores para facilitar a comunicação visual do sistema. - Todas as fontes e links consultados estão disponíveis.
<b>Participação ampla</b>	Deve ser assegurada a participação ampla de atores locais na construção e operacionalização dos sistemas de indicadores, devendo o seu envolvimento dar-se desde o início e ao longo de todo o processo de definição, operacionalização e divulgação dos indicadores.	Em razão da disponibilidade de tempo e, principalmente, do início do período de agravação da pandemia, que coincidiu com o início desta pesquisa e permanece após o seu término, optou-se pela abordagem <i>top-down</i> , permitindo que o sistema pudesse ser finalizado sem grandes intempéries. -Ressalta-se que o sistema deve ser aperfeiçoado ao longo do tempo, isso implica que mudanças no método, como a inclusão de indicadores quantitativos, além de abordagem participativa, podem ser aplicados, quando oportuno.
<b>Continuidade e capacidade</b>	Deve haver capacitação institucional para dar continuidade ao sistema, suportada por medições repetidas, flexibilidade para adaptações, investimento para desenvolver e manter uma capacidade adequada e para adotar uma melhoria e aprendizagem contínua.	Até o momento de publicação desta pesquisa, não há previsão de capacitação institucional para dar continuidade ao sistema.

Fonte: Adaptado pela autora de Pires et al. (2017) e Friedrichsen (2020).

## 6 CONCLUSÃO

A meta 12.b do ODS 12 (consumo e produção sustentáveis) aponta a necessidade de desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais. Nesse sentido, a pesquisa traz à tona a problemática da escassez de sistemas de indicadores para o monitorar o turismo local, visando contribuir com avanços nesse sentido. Para tanto, este estudo teve como objetivo principal desenvolver um sistema de indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), capaz de avaliar o turismo local. A cidade de Manaus foi escolhida como área de estudo para realizar o teste da ferramenta.

Para desenvolver o sistema, além da Agenda 2030, foram selecionadas quatro ferramentas de indicadores, amplamente testadas e reconhecidas, que deram origem a 21 indicadores principais e 84 elementos de qualidade selecionados para compor o sistema, distribuídos em quatro áreas ou dimensões: área A (Gestão sustentável), B (Sustentabilidade socioeconômica), C (Sustentabilidade cultural), D (Sustentabilidade ambiental). Neste estudo, os elementos de qualidade atuam como uma lista de atributos dos indicadores, que tem a utilidade de esclarecer aspectos positivos, negativos e lacunas, contribuindo para a reorientação de ações. As áreas A e D se mostraram superiores em número de indicadores e elementos de qualidade. Embora as demais áreas também revelem aspectos que pertinentes sobre a gestão municipal, sem dúvidas, aquelas que são representativas em informações podem trazer mais insights às partes interessadas.

O uso das ferramentas preexistentes demonstrou ser viável para o desenvolvimento de sistemas de indicadores, proporcionando mais agilidade às etapas de estruturação e distribuição dos elementos deste sistema. Apesar das dificuldades de adaptar alguns indicadores advindos dessas ferramentas ao sistema, todas foram úteis ao desenvolvimento deste sistema, seja por meio da seleção de seus elementos, como material de referência para a criação de indicadores complementares ou para orientar a pesquisa em outras etapas.

O uso das palavras-chave extraídas dos indicadores e das descrições, seguido de suas comparações com o conteúdo das metas dos ODS, foi suficiente para encontrar associações entre o sistema e os ODS. Os resultados desse levantamento apontam para um maior número de ODS associados à área A, totalizando em 24 convergências encontradas, enquanto que as demais áreas (B, C e D) apresentaram 14, 2 e 12 associações, respectivamente. Ao total, 15 dos 17 ODS estão associados ao sistema, atestando o alinhamento desta ferramenta com a Agenda 2030, e reafirmando a transversalidade do turismo em relação a esse documento. Entre os ODS

que aparecem associados com mais frequência, estão os ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), com dez associações; 11 (cidades e comunidades sustentáveis), com seis associações; 17 (parcerias e meios de implementação), com cinco associações; e 12 (consumo e produção sustentáveis), com cinco associações. Cabe esclarecer que o levantamento mecânico de dados tornou esse processo bastante lento, portanto, para pesquisas que venham a exigir uma grande quantidade de dados, recomenda-se o uso de softwares especializados.

Para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo local, foi elaborada uma escala de pontuação, que varia de ‘muito alto’ a ‘nulo’, para atribuir uma nota ao indicador, influenciando diretamente no desempenho geral de sua área. Para alcançar um bom desempenho, o indicador depende diretamente da quantidade de elementos de qualidade atendidos pelo município. Com base nas pontuações finais, a área B foi a única que atingiu o desempenho máximo (‘muito alto’), enquanto isso, as demais áreas (A, C e D) apresentaram um desempenho ‘alto’. Cabe destacar que os indicadores com menor desempenho (‘baixo’ ou ‘nulo’) abrangem aspectos ligados ao monitoramento e às estratégias da gestão do turismo, ressaltando a necessidade de mais pesquisas e colaborações entre diferentes atores para superar essas deficiências.

Para validar o sistema, foi utilizado como parâmetro os Princípios de Bellagio, um conjunto de princípios que devem ser observados na construção de indicadores de desenvolvimento sustentável. Entre os princípios atingidos por este sistema, estão: Visão orientadora, Considerações essenciais, Âmbito adequado, Modelo conceitual e indicadores, Transparência, Comunicação eficaz. Em contrapartida, os princípios “Participação Ampla” e “Continuidade e capacidade” ainda precisam ser trabalhados. Observa-se que o sistema atingiu a maioria dos princípios listados e, por isso, é considerado válido.

A busca por dados em fontes oficiais e públicas se mostrou viável para obter os resultados desejados, visto que eram necessários apenas dados brutos para atestar se o elemento de qualidade era ou não atendido no município. Contudo, esse tipo de coleta pode demandou mais tempo do que era previsto, em razão da grande quantidade de elementos de qualidade listados, da dispersão dos dados em várias fontes na web, e da quantidade de informações a serem analisadas, de acordo com os critérios estabelecidos pela pesquisa (confiabilidade, atualização etc.).

O uso de indicadores e a produção de relatórios transparentes para o turismo ainda é bastante incipiente no Amazonas. Apesar de existirem avanços na criação de indicadores para o turismo em âmbito estadual, sob a gestão da Amazonastur, ainda falta atualização periódica de relatórios e mais dados desagregados para o setor turístico nos municípios amazonenses.

Surpreende também que não existam relatórios anuais dedicados a informar sobre o turismo em Manaus, visto que a capital é a principal porta de entrada dos fluxos turísticos. Em relação à gestão municipal, não foram encontrados indicadores ou relatórios disponíveis ao público para monitorar o turismo.

A inexistência de Agenda Municipal 2030 para Manaus dificulta a monitoramento e a avaliação do município em relação às metas estabelecidas pelos ODS. Considerando a data limite da Agenda 2030, é possível que até a sua finalização não seja possível compreender o papel que o município tem desempenhado para o alcance dos ODS, e os impactos que múltiplas áreas têm nesse sentido.

A revisão de literatura, composta por textos de organizações e de autores especializados nas áreas de sustentabilidade, indicadores, turismo e Agenda 2030, foi fundamental para auxiliar na compreensão desses resultados, que reforçam a necessidade de mais discussões em torno da temática da cultura de dados em diferentes escalas, níveis e áreas de conhecimento.

Esta pesquisa se consolida como um estudo atual e inédito no Amazonas, que buscou contribuir com a meta 12.b da Agenda 2030, ao incentivar o uso de indicadores locais para o turismo em Manaus, mesmo com a presença de alguns entraves em relação à cultura de dados no município. Com base nos resultados, é possível compreender sobre a atual organização, estrutura, estratégias e políticas da gestão do turismo local, ressaltando pontos de atenção. Por meio desta pesquisa, também se reafirma o caráter transversal do turismo na Agenda 2030, e a capacidade do setor em dialogar e impactar diferentes dimensões.

Como todo sistema de indicadores, os resultados não são incontestáveis e, em caso de continuidade, o sistema pode sofrer uma série de alterações ao longo do tempo para que seja aperfeiçoado. Espera-se que esta pesquisa possa gerar contribuições para outros estudos e que os resultados possam estar acessíveis ao público futuramente.

Para futuras pesquisas, desde que existam recursos e técnicos suficientes, recomenda-se a experimentação de sistemas de indicadores mistos, com o uso de abordagens participativas, que busquem o envolvimento de diferentes atores (gestão do turismo, técnicos, pesquisadores, comunidade etc.), de modo a gerar novos resultados que contribuam com o avanço da temática.

## REFERÊNCIAS

ALARCÓN, D. M.; COLE, S. No sustainability for tourism without gender equality. **Journal of Sustainable Tourism**, 2019.

ALLIS, T.; VARGAS, H. C. Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 3, p. 496-517, 2015.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: Senac, 2001.

\_\_\_\_\_. Como certificar o turismo sustentável?. **Revista Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.

BELL, S.; MORSE, S. **Measuring sustainability: Learning from doing**. Routledge, 2013.

BRUNDTLAND; KHALID; AGNELLI; AL-ATHEL; CHIDZERO. Our common future. **New York**, [S. l.], v. 8, 1987.

BUTLER, R. **The concepty a tourist are life cycle of evolution implications for management of resources**. Canadian Geographer, 1980.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos**. 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018, 44.

BOLUK, K.; CAVALIERE, C. T.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. Critical thinking to realize sustainability in tourism systems: Reflecting on the 2030 sustainable development goals, **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 25, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. 2017. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BERRANG-FORD, L.; PEARCE, T.; FORD, J. D. Systematic review approaches for climate change adaptation research. **Regional Environmental Change**, v. 15, n. 5, p. 755-769, 2015.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **La matriz de la desigualdade social en América Latina** (2016). Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz\\_de\\_la\\_desigualdad.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf). Acesso em: 1 ago. 2020.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 5, 1997, pp 224-233.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Elsevier Brasil, 2011.

CORBARI, S. D.; GRIMM, I. J. A pandemia de covid-19 e os impactos no setor do turismo em curitiba (PR): uma análise preliminar. **Ateliê do Turismo**, v. 4, n. 2, p. 1-26, 2020.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Impacto econômico do COVID-19: propostas para o turismo**. Coordenador Luiz Gustavo M. Barbosa; equipe técnica André Meyer, Coelho, Felipe do Amaral Thompson Motta, Ique Lavatori B. Guimarães. -2. ed. - Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020.

FONSECA, I. F. da; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.

FRIEDRICHSEN, M. A. **Indicadores para Avaliação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 - Vida na Água**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. Oceanografia. Florianópolis, 109 p., 2020.

GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. **Environmental modeling & assessment**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.

GARCÍA, J. S. M. Psicosociología del ocio y el turismo. **Psicothema**, v. 9, n. 3, p. 689-691, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GSTC. Global Sustainable Tourism Council. **Global Sustainable Tourism Criteria for Destinations**, v1 (2013). Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/2017/01/Portuguese-GSTC-D-Aug-2014-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GSTC. Global Sustainable Tourism Council. **Global Sustainable Tourism Criteria for Destinations**, v2 (2019). Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/GSTC-Destination-Criteria-v2.0.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, 2011.

HAMMOND, A. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. [s.l.] : World Resources Institute Washington, DC, 1995. v. 36

HOERNIG, H.; SEASONS, M. Monitoring of indicators in local and regional planning practice: concepts and issues. **Planning, Practice & Research**, v. 19, n. 1, p. 81-99, 2004.

HEZRI, A. A. Sustainability indicator system and policy processes in Malaysia: a framework for utilisation and learning. *Journal of environmental Management*, v. 73, n. 4, p. 357-371, 2004.

HALL, M. C. **Tourism Planning**. Harlow: Prentice-Hall, 2000.

HALL, M. C. Constructing sustainable tourism development: the 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 27, 2019, issue 7.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 14, n. 4, p. 73-105, 2020.

IPEA. **Agenda 2030 - ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2018.

IISD. International Institute for Sustainable Development (2000). **City of Winnipeg Quality of Life Indicators**, Winnipeg. IISD.

KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 1, p. 40-45, 2019.

- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Editora Perspectiva, 2018.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009.
- LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. Editora Contexto, 2000.
- MRE. Ministério das Relações Exteriores (2014). **Negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira**. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.
- OCDE. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Towards Sustainable Development - Environmental Indicators**. Paris: OCDE, 1998.
- ONU. Organização das Nações Unidas (2015). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ONU. Organização das Nações Unidas (2016). **Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Marco-de-Parceria-para-o-Desenvolvimento-Sustentavel-2017-2021.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- PIRES, S. M.; ARAGÃO, A.; FIDÉLIS, T.; MENDES, I. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Instrumentos Estratégicos e Inovadores para Municípios Sustentáveis | O caso de Estarreja**. [s.l: s.n.].
- PIRES, S. M.; FIDÉLIS, T.; RAMOS, T. B. Measuring and comparing local sustainable development through common indicators: Constraints and achievements in practice. **Cities**, v. 39, p. 1-9, 2014.
- PCS. Programa Cidades Sustentáveis (2017). **Anexo Guia GPS - Gestão Pública Sustentável**. São Paulo. Programa Cidades Sustentáveis, 2017. Disponível em: [https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/GPS\\_Anexo.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/GPS_Anexo.pdf). Acesso em: 12 dez. 2020.
- PCS. Programa Cidades Sustentáveis (2020). **Agenda 2030**. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/agenda2030>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Papirus editora, 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Editora Garamond, 2009.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável.** Aleph, 2000.

SOUZA, S. L. **Agenda 2030 e suas interfaces com a política pública de turismo no Brasil.** TCC (graduação). Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, 28 p., 2020.

SANAHUJA, J. A.; VÁZQUEZ, S. T. Del milenio a la sostenibilidad: retos y perspectivas de la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible. **Política y Sociedad**, 54(2), 2017, p. 533-555.

SCHEYVENS, R.; HUGHES, E. Can tourism help to “end poverty in all its forms everywhere”? The challenge of tourism addressing SDG1. **Journal of Sustainable Tourism.** Vol. 27, 2019, issue 7.

UNEP. United Nations Environment Programme, Division of Technology, Industry, and Economics. **Making tourism sustainable: a guide for policy makers.** UNEP, 2005.

UNWTO. World Tourism Organization. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: Guía práctica (Versión española).** Madrid, 2005.

UNWTO. World Tourism Organization. (2020a). **Barometer May 2020: Special focus on the Impact of COVID-19.** Disponível em: <[https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/Barometer\\_May2020\\_full.pdf](https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-05/Barometer_May2020_full.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

UNWTO. World Tourism Organization. (2020b). **Policy Brief: COVID-19 and Transforming Tourism.** Disponível em: [https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-08/sg\\_policy\\_brief\\_covid-19\\_tourism\\_august\\_2020.pdf](https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-08/sg_policy_brief_covid-19_tourism_august_2020.pdf). Acesso em: 01 dez. 2020.

UNWTO. World Tourism Organization. (2021). **Tourism and Covid-19. 2020: A year in review.** Disponível em: <[https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-12/2020\\_Year\\_in\\_Review\\_0.pdf](https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-12/2020_Year_in_Review_0.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030.** [S.l.]: World Tourism Organization (UNWTO), 2017b. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419401>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 256 p.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2011.

WWF, 2020. O que é preciso para alcançar o Desenvolvimento Sustentável?. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/). Acesso em: 12 dez. 2020.

WTO. World Tourism Organization. Código Ético Mundial para el turismo. Madrid, 1999.

YANG, Y.; ZHANG, H.; CHEN, X. Coronavirus pandemic and tourism: Dynamic stochastic general equilibrium modeling of infectious disease outbreak. **Annals of tourism research**, 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – INDICADORES SELECIONADOS E ADAPTAÇÕES

<b>Indicador original</b>	<b>Adaptações</b>	<b>Fonte do indicador</b>
Registros de pessoal permanente e contratado no setor de turismo, indicando experiência	Registros de pessoal permanente e contratado no setor de turismo, indicando experiência e responsabilidades	GSTC 2019
Um plano financeiro e orçamento mostrando as fontes de financiamento atuais e futuras	Planejamento orçamentário indicando as fontes de financiamento	GSTC 2019
Evidência de vínculos e engajamento com outros órgãos.	Sem adaptação	GSTC 2019
Fundo municipal de turismo ativo	-	Autora (2021)
Conselhos Municipais	Conselho municipal de turismo ativo	PCS
Portal da Transparência	Portal de Transparência ativo	PCS
A estratégia / plano claramente visível e disponível on-line.	Existência de um plano de turismo atualizado e disponível no site da prefeitura	GSTC 2019
Evidência de consulta às partes interessadas, reuniões etc. no desenvolvimento do plano.	Evidência de consulta às partes interessadas no desenvolvimento do plano.	GSTC 2019
Referência aos princípios de sustentabilidade e uma avaliação de ativos, questões e riscos, contidos na estratégia e no plano de ação.	Referência aos princípios de sustentabilidade no plano.	GSTC 2019
Referências específicas na estratégia / plano de ação a uma política de desenvolvimento sustentável mais ampla (incluindo a busca dos ODS) e vice-versa.	Plano faz referência a uma política de desenvolvimento sustentável mais ampla (Agenda 2030, etc.).	GSTC 2019
Empresas locais com indicadores de sustentabilidade	O município possui indicadores de sustentabilidade para o turismo	Sistema ODS 14 FLORIPA
Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo	Os indicadores de sustentabilidade para o turismo são monitorados mensalmente e divulgados pelo menos anualmente	PCS
Relatórios anuais sobre a contribuição econômica direta e indireta do turismo no destino.	Existência de relatórios disponibilizados pela prefeitura sobre a contribuição direta e indireta do turismo	GSTC 2019
Os relatórios são atualizados anualmente	-	Autora (2021)
Evidência de comunicação regular de questões de sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo (mídia, reuniões, contato direto etc.).	Sem adaptação	GSTC 2019

Suporte e consultoria em sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo - disponíveis e promovidos.	Suporte e consultoria em sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo no município	GSTC 2019
Lista de empresas certificadas relacionadas ao turismo, atualizadas.	Lista de empresas com certificação em sustentabilidade relacionadas ao turismo, atualizada e disponível no site da prefeitura	GSTC 2019
Evidência da promoção e facilitação da participação do público no planejamento/gerenciamento de destinos.	Evidência da promoção e facilitação da participação do público no planejamento/gerenciamento do turismo no município	GSTC 2019
Ouvidoria	Ouvidoria/Fale Conosco	PCS
Pesquisas com residentes e outros mecanismos sistemáticos de feedback, cobrindo questões de turismo.	Pesquisas com residentes e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo.	GSTC 2019
Evidência de ação tomada em resposta ao feedback dos residentes.	Sem adaptação	GSTC 2019
Pesquisas com visitantes e outros mecanismos de feedback, realizadas e relatadas.	Sem adaptação	GSTC 2019
Consultas mensuales en centros de información turística	Centro de Atendimento ao turista (CAT's) ativo no município	UNWTO
Evidência de ações tomadas em resposta a pesquisas de visitantes/resultados de feedback.	Sem adaptação	GSTC 2019
O turismo sustentável consta como principal estratégia do marketing turístico local	-	Autora (2021)
As informações sobre o turismo local são atuais e estão disponíveis em outros idiomas	-	Autora (2021)
Existe um processo para verificar a precisão e a adequação da promoção e informações do destino.	Evidências de que o material sobre o turismo local é preciso e bem pesquisado (fontes, etc.).	GSTC 2019
Políticas/regulamentos/diretrizes que controlam o desenvolvimento do município (Ex.: documento que enfatiza o controle de impactos ambientais, etc.)	Sem adaptação	GSTC 2019
A estratégia de gerenciamento de destino e o plano de ação abordam a sazonalidade e a propagação da visitação.	Existência de estratégias de gerenciamento da sazonalidade e propagação da visitação.	GSTC 2019
A variação no volume de visitantes ao longo do ano é monitorada, inclusive nos locais mais visitados.	Sem adaptação	GSTC 2019

Evaluación de los efectos ambientales, sociales y culturales del turismo realizada (s/n o medida respecto a estándar)	Avaliação dos efeitos culturais, sociais e ambientais do turismo local	UNWTO
Ações tomadas para gerenciar fluxos e impactos de visitantes.	A prefeitura determina ações para gerenciar fluxos e impactos de visitantes no município.	GSTC 2019
O município possui cursos de capacitação em turismo	-	Autora (2021)
Iniciativas de inclusão social através de oportunidades de treinamento e emprego no setor de turismo	-	Autora (2021)
Iniciativas para ajudar os agricultores, artesãos e produtores de alimentos locais a se envolverem na cadeia de valor do turismo.	Sem adaptação	GSTC 2019
Oportunidades para a pesca artesanal	Sem adaptação	Sistema ODS 14 FLORIPA
Assessoria, financiamento ou outro suporte - disponível no destino para PMEs relacionadas ao turismo.	Sem adaptação	GSTC 2019
Produtos e artesanato locais identificados, promovidos e disponíveis para venda aos visitantes do destino.	Os produtos e artesanato locais estão disponíveis para venda aos visitantes do destino.	GSTC 2019
Secretaria municipal destinada à proteção dos direitos humanos.	-	Autora (2021)
Canais disponíveis para realizar denúncias de exploração e discriminação	-	Autora (2021)
Evidência de campanhas de conscientização sobre a temática de direitos humanos	-	Autora (2021)
Evidência de ações realizadas pelos órgãos de turismo no combate à exploração	-	Autora (2021)
Serviços de segurança disponíveis em pontos turísticos	-	Autora (2021)
Advertencias sobreprecauciones y vacunas (porcentaje de viajeros vacunados antes de llegar al destino)	Informações sobre cuidados e vacinas para os viajantes e funcionários do setor de turismo pelos órgãos de saúde e turismo	UNWTO
Unidades Básicas de Saúde	Serviços de emergência e saúde disponíveis à população	PCS

Acessibilidade nos espaços públicos	Existência de regulamentos e padrões para melhorar a acessibilidade nos espaços públicos do município	PCS
Existência de programas/atividades de lazer disponíveis gratuitamente à população	-	Autora (2021)
Informações sobre acessibilidade incluídas nas comunicações sobre o destino como um todo.	Informações disponíveis no site da prefeitura sobre a acessibilidade nos pontos turísticos	GSTC 2019
Ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial.	Existência no município de ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial.	PCS
Existência de recursos municipais para cultura	Existência de recursos municipais destinados à cultura	PCS
Identificação e listagem do patrimônio cultural intangível.	Identificação e listagem do patrimônio cultural material disponível nos canais de turismo da prefeitura	GSTC 2019
Identificação e listagem do patrimônio cultural intangível.	Identificação e listagem do patrimônio cultural imaterial disponível nos canais de turismo da prefeitura	GSTC 2019
Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico	Conselho municipal de cultura ativo	PCS
Existência de políticas de promoção das atividades culturais e produção de produtos locais no município	Sem adaptação	PCS
Programas para conservar a biodiversidade e o patrimônio natural.	Sem adaptação	GSTC 2019
Programas para erradicar e controlar espécies invasoras	Sem adaptação	GSTC 2019
Existência no município de legislação específica para tratar da questão ambiental	Sem adaptação	ODS 14 FLORIPA
Ação para identificar, monitorar e mitigar os impactos do turismo na biodiversidade e no patrimônio natural.	Sem adaptação	GSTC 2019
Mecanismos para usar a renda do turismo para apoiar a conservação de ativos naturais.	Sem adaptação	GSTC 2019
Referência (título, data) a leis, normas e diretrizes internacionais, nacionais e internacionais específicas que se aplicam ao destino em relação ao bem-estar animal e conservação de espécies.	Existência de leis, normas e diretrizes que se aplicam ao destino em relação ao bem-estar animal e conservação de espécies.	GSTC 2019

Um sistema para inspeção das condições da vida selvagem em cativeiro e de animais domésticos, incluindo sua acomodação e manejo	Sem adaptação	GSTC 2019
Ação para promover a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES) no setor de turismo e garantir seu cumprimento.	Sem adaptação	GSTC 2019
Eficiência energética da economia local.	Existência no município de políticas de fomento para a eficiência energética local.	PCS
Políticas de estímulo ao consumo e geração de energias renováveis	Existência de políticas de incentivo à energia renovável nas empresas de turismo.	PCS
Programa para aumentar a eficiência energética	Sem adaptação	GSTC 2019
Programa de monitoramento da qualidade da água	Sem adaptação	GSTC 2019
Programa para avaliar regularmente o risco da água	Sem adaptação	GSTC 2019
Monitoramento de águas balneares, com certificação e identificação de locais que atingem padrões estabelecidos.	Sem adaptação	GSTC 2019
Monitoramento e controle de fontes e volume de água utilizada para fins turísticos e seus efeitos nas comunidades e ecossistemas locais. Promoção e verificação da adesão às metas pelas empresas de turismo.	Monitoramento e controle de fontes e volume de água utilizada para fins turísticos e seus efeitos nas comunidades e ecossistemas locais.	GSTC 2019
Informações aos visitantes sobre o risco da água e a minimização do uso da água.	Sem adaptação	GSTC 2019
Plano de gestão integrada de resíduos sólidos	Sem adaptação	PCS
Campanha /aconselhamento / apoio coordenados com empresas de turismo na gestão de resíduos, incluindo resíduos alimentares.	Sem adaptação	GSTC 2019
Campanha para reduzir / eliminar itens de uso único, especialmente plásticos.	Sem adaptação	GSTC 2019
Campanha para eliminar o descarte de lixo, inclusive pelos visitantes, e para manter limpos os espaços públicos.	Sem adaptação	GSTC 2019

Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado.	Existência de Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado e ativo.	PCS
Relatório anual de clima, incluindo ações de monitoramento e mitigação.	Sem adaptação	GSTC 2019
Campanha apoiada ou outro envolvimento com empresas de turismo na redução e mitigação de emissões.	Campanha apoiada para a redução e mitigação de emissões em empresas de turismo	GSTC 2019
Informações para empresas e visitantes sobre esquemas de compensação que atendem aos padrões reconhecidos	Sem adaptação	GSTC 2019
Investimento em infraestrutura de transporte mais sustentável, incluindo transporte público e veículos de baixa emissão.	Sem adaptação	GSTC 2019
Disponibilidade de serviços de aluguel de bicicletas	Disponibilidade de serviços para aluguel de bicicleta	UNWTO
As empresas do setor público e do turismo priorizam o transporte de baixo impacto em suas próprias operações.	Sem adaptação	GSTC 2019
Diretrizes sobre poluição luminosa e sonora produzidas e promovidas para empresas de turismo.	Sem adaptação	GSTC 2019
Identificação e monitoramento de fontes potenciais de ruído e poluição luminosa relacionadas ao turismo	Sem adaptação	GSTC 2019
Mecanismos para permitir que os moradores relatem ruído e poluição luminosa, com ações de acompanhamento.	Sem adaptação	GSTC 2019

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## APÊNDICE B – ESTRUTURA FINAL DO SISTEMA

Áreas	Subáreas	Indicadores	Elementos de Qualidade (EQ's)
<b>Gestão Sustentável</b>	(a) Estrutura da Gestão do Turismo	<p><b>A1 Organização da gestão pública do turismo</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município conta com uma organização, departamento, grupo ou comitê efetivo responsável por uma abordagem coordenada do turismo sustentável, com envolvimento do setor privado, do setor público e da sociedade civil. Este grupo definiu responsabilidades, supervisão e capacidade de implementação para a gestão de questões socioeconômicas, culturais e ambientais. O grupo é financiado de forma adequada e possui vínculos com outros órgãos.</p>	<p>a. Registros de pessoal permanente e contratado no setor de turismo, indicando experiência e responsabilidades</p> <p>b. Planejamento orçamentário indicando as fontes de financiamento</p> <p>c. Evidência de vínculos e engajamento com outros órgãos.</p> <p>d. Fundo municipal de turismo ativo</p> <p>e. Conselho municipal de turismo ativo</p> <p>f. Portal de Transparência ativo</p>
		<p><b>A2 Gestão estratégica do turismo e plano de ação</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui um plano de ação para o turismo disponível e visível, adequado à sua escala, desenvolvido com o engajamento das partes interessadas e baseado nos princípios da sustentabilidade. O plano inclui a identificação e avaliação dos ativos turísticos e considera questões e riscos socioeconômicos, culturais e ambientais. O documento faz referência a uma política e ação de desenvolvimento sustentável mais ampla, como a Agenda 2030.</p>	<p>a. Existência de um plano de turismo atualizado e disponível no site da prefeitura</p> <p>b. Evidência de consulta às partes interessadas no desenvolvimento do plano.</p> <p>c. Referência aos princípios de sustentabilidade no plano.</p> <p>d. Plano faz referência a uma política de desenvolvimento sustentável mais ampla (Agenda 2030, etc.).</p>
		<p><b>A3 Monitoramento e comunicação de resultados</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município está implantando um sistema de monitoramento e resposta às questões e impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes do turismo. Ações e resultados são regularmente monitorados,</p>	<p>a. O município possui indicadores de sustentabilidade para o turismo</p> <p>b. Os indicadores de sustentabilidade para o turismo são monitorados mensalmente e divulgados pela prefeitura pelo menos anualmente</p> <p>c. Existência de relatórios disponibilizados pela prefeitura</p>

		avaliados e relatados publicamente. O sistema de monitoramento é revisado periodicamente.	sobre a contribuição direta e indireta do turismo d. Os relatórios são atualizados anualmente
	(b) Envolvimento das Partes Interessadas	<p><b>A4 Incentivo à adoção dos padrões de sustentabilidade pelas empresas de turismo</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município informa regularmente as empresas relacionadas ao turismo sobre questões de sustentabilidade e as incentiva a tornar suas operações mais sustentáveis. Um dos mecanismos de incentivo à adoção de padrões de sustentabilidade é a divulgação nos canais de turismo da prefeitura de uma lista com empreendimentos relacionados ao turismo que possuem certificação em sustentabilidade.</p>	<p>a. Evidência de comunicação regular de questões de sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo (mídia, reuniões, contato direto etc.).</p> <p>b. Suporte e consultoria em sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo no destino</p> <p>c. Lista de empresas com certificação em sustentabilidade relacionadas ao turismo, atualizada e disponível no site da prefeitura</p>
		<p><b>A5 Participação do residente</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possibilita e promove a participação pública no planejamento e gestão do turismo local. A gestão do turismo local realiza pesquisas com residentes e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo, e possui ouvidoria. Os feedbacks dos residentes são públicos e considerados nas estratégias do turismo local.</p>	<p>a. Evidência da promoção e facilitação da participação do público no planejamento/gerenciamento do turismo local no destino</p> <p>b. Ouvidoria/Fale Conosco</p> <p>c. Pesquisas com residentes e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo.</p> <p>d. Evidência de ação tomada em resposta ao feedback dos residentes.</p>
		<p><b>A6 Satisfação do visitante</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possibilita e promove a participação pública no planejamento e gestão do turismo local. A gestão do turismo local realiza pesquisas com visitantes/turistas e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo, e possui ouvidoria. Os feedbacks dos visitantes/turistas são públicos e considerados nas estratégias do turismo local.</p>	<p>a. Pesquisas com visitantes (e outros mecanismos de feedback) - realizadas e relatadas.</p> <p>b. Centro de Atendimento ao turista (CAT's) ativo no município</p> <p>c. Evidência de ações tomadas em resposta a pesquisas de visitantes/resultados de feedback.</p>
		<p><b>A7 Promoção do turismo local</b></p>	<p>a. O turismo sustentável consta como principal estratégia do marketing turístico local.</p>

		<p><b>Descrição:</b> O material de promoção e informação ao visitante sobre o turismo local está disponível em outros idiomas, e as informações sobre atrativos turísticos, serviços e produtos locais, entre outros, são precisas e bem pesquisadas. As informações sobre o turismo local abordam a sustentabilidade. O destino deseja ser reconhecido por suas práticas sustentáveis e o turismo sustentável é a principal estratégia do marketing turístico local.</p>	<p>b. As informações sobre o turismo local são atuais e estão disponíveis em outros idiomas. c. Evidências de que o material foi bem pesquisado e é preciso.</p>
	(c) Gerenciamento da pressão e mudança	<p><b>A8 Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município tem ferramentas para controlar o desenvolvimento. Em relação ao controle do turismo local, o destino possui um sistema de gerenciamento de visitantes que é revisado regularmente. Estratégias são tomadas para monitorar e gerenciar o volume e as atividades dos visitantes, e para reduzi-los ou aumentá-los conforme necessário em determinados momentos e em determinados locais, trabalhando para equilibrar as necessidades da economia local, da comunidade, do patrimônio cultural e do meio ambiente.</p>	<p>a. Políticas/regulamentos/diretrizes que controlam o desenvolvimento do município (Ex.: documento que enfatiza o controle de impactos ambientais, etc.). b. Existência de estratégias de gerenciamento da sazonalidade e propagação da visitação. c. A variação no volume de visitantes ao longo do ano é monitorada, inclusive nos locais mais visitados. d. Avaliação dos efeitos culturais, sociais e ambientais do turismo local. e. A prefeitura determina ações para gerenciar fluxos e impactos de visitantes no município.</p>
Sustentabilidade socioeconômica	(a) Benefícios à economia local	<p><b>B1 Comércio justo e apoio à comunidade</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município oferece oportunidades de capacitação em turismo. Existem iniciativas empresariais de responsabilidade social relacionadas ao emprego e trabalho decente no setor de turismo. O comércio justo é incentivado por meio do apoio a empreendedores locais ligados ao setor de turismo. Existem espaços e eventos destinados à venda de produtos</p>	<p>a. O município possui cursos de capacitação em turismo b. Iniciativas de inclusão social através de oportunidades de treinamento e emprego no setor de turismo c. Iniciativas para ajudar os agricultores, artesãos e produtores de alimentos locais a se envolverem na cadeia de valor do turismo. d. Oportunidades para a pesca artesanal e. Assessoria, financiamento ou outro suporte - disponível no destino para PMEs relacionadas ao turismo.</p>

		locais que refletem a natureza e a cultura da região.	f. Os produtos e artesanato locais estão disponíveis para venda aos visitantes do destino.
	(b) Bem-estar social	<p><b>B2 Prevenção da exploração e discriminação</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui secretaria de direitos humanos, leis e canais de denúncia contra qualquer forma de exploração e discriminação e assédio de ou contra qualquer pessoa, especialmente crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTQIA+, idosos e outras minorias. As leis e as práticas estabelecidas são comunicadas ao público através de campanhas e outras ações. Existem campanhas/ações para o combate à exploração no setor de turismo.</p>	<p>a. Secretaria municipal destinada à proteção dos direitos humanos</p> <p>b. Canais disponíveis para realizar denúncias de exploração e discriminação.</p> <p>c. Evidência de campanhas de conscientização sobre a temática de direitos humanos.</p> <p>d. Evidência de ações realizadas pelos órgãos de turismo no combate à exploração.</p>
		<p><b>B3 Proteção e segurança</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município tem um sistema para monitorar, prevenir, denunciar publicamente e responder ao crime, assim como serviços de segurança e saúde instalados para atender às demandas da população e dos visitantes.</p>	<p>a. Serviços de segurança disponíveis em pontos turísticos</p> <p>b. Informações sobre cuidados e vacinas para os viajantes e funcionários do setor de turismo pelos órgãos de saúde e turismo</p> <p>c. Serviços de emergência e saúde disponíveis à população</p>
		<p><b>B4 Acesso para todos</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui regulamentos e padrões estabelecidos para a acessibilidade nos espaços públicos e em espaços destinados ao lazer e turismo. Ao consultar os canais de turismo da prefeitura, é possível que o residente ou visitante tenha informações precisas sobre a acessibilidade nos principais pontos turísticos da cidade. O acesso ao lazer é incentivado, com a criação de programas e atividades de lazer gratuitos para a população.</p>	<p>a. Existência de regulamentos e padrões para melhorar a acessibilidade nos espaços públicos do município</p> <p>b. Existência de programas/atividades de lazer disponíveis gratuitamente à população</p> <p>c. Informações disponíveis no site da prefeitura sobre a acessibilidade nos pontos turísticos</p>

<p><b>Sustentabilidade cultural</b></p>	<p>(a) Ações e recursos destinados à cultura local</p>	<p><b>C1 Gestão da cultura local</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui ações e recursos voltados para a preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial. Os produtos locais e as atividades culturais são promovidos e considerados parte integrante do turismo local.</p>	<p>a. Existência no município de ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial.  b. Existência de recursos municipais destinados à cultura  c. Identificação e listagem do patrimônio cultural material disponível nos canais de turismo da prefeitura  d. Identificação e listagem do patrimônio cultural imaterial disponível nos canais de turismo da prefeitura  e. Conselho municipal de cultura  f. Existência de políticas de promoção das atividades culturais e produção de produtos locais no município</p>
<p><b>Sustentabilidade ambiental</b></p>	<p>(a) Conservação do patrimônio natural e vida selvagem</p>	<p><b>D1 Proteção de ambientes sensíveis</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui um sistema para monitorar, medir e responder aos impactos do turismo no ambiente natural, de modo a conservar e/ou proteger ecossistemas, habitats e espécies.</p>	<p>a. Programas para conservar a biodiversidade e o patrimônio natural.  b. Programas para erradicar e controlar espécies invasoras.  c. Existência no município de legislação específica para tratar da questão ambiental  d. Ação para identificar, monitorar e mitigar os impactos do turismo na biodiversidade e no patrimônio natural.  e. Mecanismos para usar a renda do turismo para apoiar a conservação de ativos naturais.</p>
	<p>(b) Gestão de recursos</p>	<p><b>D2 Proteção da vida selvagem</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município dispõe de legislação e normas locais, nacionais e internacionais que buscam garantir o bem-estar animal e a conservação das espécies (animais, plantas e todos os organismos vivos). Isso inclui a colheita ou captura, comércio, exposição e venda de espécies selvagens e seus produtos.</p>	<p>a. Existência de leis, normas e diretrizes que se aplicam ao destino em relação ao bem-estar animal e conservação de espécies.  b. Um sistema para inspeção das condições da vida selvagem em cativeiro e de animais domésticos, incluindo sua acomodação e manejo.  c. Ação para promover a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES) no setor de turismo e garantir seu cumprimento.</p>
		<p><b>D3 Conservação de energia</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município caminha para implementação de medidas de conservando de energia, iniciando com políticas de incentivo à</p>	<p>a. Existência no município de políticas de fomento para a eficiência energética local.  b. Existência de políticas de incentivo à energia renovável nas empresas de turismo.  c. Programa para aumentar a eficiência energética</p>

		eficiência energética e ao uso de energias renováveis.	
		<p><b>D4 Gestão da água</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui programas para monitorar, avaliar e certificar a qualidade e o risco da água. Os recursos hídricos das comunidades e dos ecossistemas locais são monitorados para que não sejam afetados. A gestão local disponibiliza informações aos visitantes/turistas sobre os riscos hídricos em locais turísticos.</p>	<p>a. Programa de monitoramento da qualidade da água.</p> <p>b. Programa para avaliar regularmente o risco da água.</p> <p>c. Monitoramento de águas balneares, com certificação e identificação de locais que atingem padrões estabelecidos.</p> <p>d. Monitoramento e controle de fontes e volume de água utilizada para fins turísticos e seus efeitos nas comunidades e ecossistemas locais.</p> <p>e. Informações aos visitantes sobre o risco da água e a minimização do uso da água.</p>
	(c) Gestão de resíduos e emissões	<p><b>D5 Redução de resíduos sólidos</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município conta com um plano de gestão integrado de resíduos sólidos e estimula as empresas a evitar, reduzir, reaproveitar e reciclar resíduos sólidos, inclusive alimentos. São realizadas campanhas e ações para eliminar ou reduzir itens descartáveis, especialmente plásticos, e para manter os espaços públicos limpos para a população e os visitantes.</p>	<p>a. Plano de gestão integrada de resíduos sólidos</p> <p>b. Campanha / aconselhamento / apoio coordenados com empresas de turismo na gestão de resíduos, incluindo resíduos alimentares.</p> <p>c. Campanha para reduzir / eliminar itens de uso único, especialmente plásticos.</p> <p>d. Campanha para eliminar o descarte de lixo, inclusive pelos visitantes, e para manter limpos os espaços públicos.</p>
		<p><b>D6 Emissões de gases do efeito estufa e mitigação das mudanças climáticas</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município conta com plano municipal de mudanças climáticas aprovado e ativo. Possui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e implementa e relata políticas e ações de mitigação. As empresas de turismo são incentivadas a medir, monitorar, reduzir ou minimizar, relatar publicamente e mitigar as emissões de gases de efeito estufa em todos os aspectos de suas operações (incluindo de fornecedores e prestadores de serviços).</p>	<p>a. Existência de Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado e ativo.</p> <p>b. Relatório anual de clima, incluindo ações de monitoramento e mitigação.</p> <p>c. Campanha apoiada para a redução e mitigação de emissões em empresas de turismo</p> <p>d. Informações para empresas e visitantes sobre esquemas de compensação que atendem aos padrões reconhecidos.</p>
		<p><b>D7 Transporte sustentável</b></p>	<p>a. Investimento em infraestrutura de transporte mais sustentável, incluindo transporte</p>

		<p><b>Descrição:</b> O município investe em veículos sustentáveis de baixas emissões. Existe investimento em transporte público de baixas emissões e incentivo às viagens ativas (Ex.: caminhadas e ciclismo) pela cidade, a fim de reduzir a poluição do ar, os congestionamentos e as mudanças climáticas.</p>	<p>público e veículos de baixa emissão. b. disponibilidade de serviços para aluguel de bicicleta c. As empresas do setor público e do turismo priorizam o transporte de baixo impacto em suas próprias operações.</p>
		<p><b>D8 Poluição luminosa e sonora</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui diretrizes e regulamentos para minimizar a poluição luminosa e sonora, oferecendo os canais necessários para que a população possa reportar violações referentes a esses dois tipos de poluição.</p>	<p>a. Diretrizes sobre poluição luminosa e sonora - produzidas e promovidas para empresas de turismo. b. Identificação e monitoramento de fontes potenciais de ruído e poluição luminosa relacionadas ao turismo. c. Mecanismos para permitir que os moradores relatem ruído e poluição luminosa, com ações de acompanhamento.</p>
Total: 4 áreas.	Total: 9 subáreas.	Total: 21 indicadores.	Total: 84 elementos de qualidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

**APÊNDICE C – ASSOCIAÇÃO DOS INDICADORES AOS ODS E SUAS METAS,  
COM BASE NA BUSCA POR PALAVRAS-CHAVE**

<b>Indicadores</b>	<b>ODS associados</b>	<b>Metas ODS</b>	<b>Palavras-chave associadas</b>
<b>A1 Organização da gestão pública do turismo</b>  <b>Descrição:</b> O município conta com uma organização, departamento, grupo ou comitê efetivo responsável por uma abordagem coordenada do turismo sustentável, com envolvimento do setor privado, do setor público e da sociedade civil. Este grupo definiu responsabilidades, supervisão e capacidade de implementação para a gestão de questões socioeconômicas, culturais e ambientais. O grupo é financiado de forma adequada e possui vínculos com outros órgãos.	16	16.6;16.7; 16.10; 17.16; 17.17.	Gestão; instituições eficazes; organização; responsabilidade; participação; inclusão; financiamento; decisão responsável; tomada de decisão; transparência; parcerias; parcerias públicas; parcerias público-privadas; parcerias multissetoriais; mobilização; recursos.
	17		
<b>A2 Gestão estratégica do turismo e plano de ação</b>  <b>Descrição:</b> O município possui um plano de ação para o turismo disponível e visível, adequado à sua escala, desenvolvido com o engajamento das partes interessadas e baseado nos princípios da sustentabilidade. O plano inclui a identificação e avaliação dos ativos turísticos e considera questões e riscos socioeconômicos, culturais e ambientais. O documento faz referência a uma política e ação de desenvolvimento sustentável mais ampla, como a Agenda 2030.	16	16.6;16.7; 17. 14; 17.16; 17.17.	Instituições eficazes; responsabilidade; inclusão; participação; políticas; desenvolvimento sustentável; parcerias públicas; parcerias público-privadas; parcerias multissetoriais; mobilização; estratégias; recursos.
	17		
<b>A3 Monitoramento e comunicação de resultados</b>  <b>Descrição:</b> O município está implantando um sistema de monitoramento e resposta às questões e impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes do turismo. Ações e resultados são regularmente monitorados, avaliados e relatados publicamente. O sistema de monitoramento é revisado periodicamente.	8	8.9; 12.8; 12.b; 16.6; 16.7; 16.10; 17.18; 17.19.	Turismo sustentável; informação; conscientização; ferramentas; monitorar; impactos; impactos do desenvolvimento sustentável; cultura e produtos locais; transparência; decisão responsável; acesso público; disponibilidade de dados; dados atuais; medidas do progresso; estatística; prestação de contas.
	12		
	16		
	17		
<b>A4 Incentivo à adoção dos padrões de sustentabilidade pelas empresas de turismo</b>  <b>Descrição:</b> O município informa regularmente as empresas relacionadas ao turismo sobre questões de sustentabilidade e as incentiva a tornar suas operações mais sustentáveis. Um dos mecanismos de incentivo à adoção de padrões de sustentabilidade é a divulgação nos canais de turismo da prefeitura de uma lista com empreendimentos de turismo que possuem certificação em sustentabilidade.	11	11.6; 12.6; 12.8; 16.6.	Reduzir impacto; incentivar empresas; práticas sustentáveis; informações de sustentabilidade; relatórios; conscientização; transparência.
	12		
	16		

<b>A5 Participação do residente</b>  <b>Descrição:</b> O município possibilita e promove a participação pública no planejamento e gestão do turismo local. A gestão do turismo local realiza pesquisas com residentes e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo, e possui ouvidoria. Os feedbacks dos residentes são públicos e considerados nas estratégias do turismo local.	16	16.6; 16.7; 16.10; 17.17; 17.18; 17.19.	Instituições transparentes; tomada de decisão; decisão inclusiva; decisão participativa; parcerias; sociedade civil; acesso público; informação; dados; monitoramento; prestação de contas; disponibilidade de dados; estratégias; medidas de progresso.
	17		
<b>A6 Satisfação do visitante</b>  <b>Descrição:</b> O município possibilita e promove a participação pública no planejamento e gestão do turismo local. A gestão do turismo local realiza pesquisas com visitantes/turistas e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo, e possui ouvidoria. Os feedbacks dos visitantes/turistas são públicos e considerados nas estratégias do turismo local.	16	16.6; 16.7; 16.10; 17.17; 17.18; 17.19.	Instituições transparentes; tomada de decisão; decisão inclusiva; decisão participativa; parcerias; sociedade civil; acesso público; informação; dados; monitoramento; prestação de contas; disponibilidade de dados; estratégias; medidas de progresso.
	17		
<b>A7 Promoção do turismo local</b>  <b>Descrição:</b> O material de promoção e informação ao visitante sobre o turismo local está disponível em outros idiomas, e as informações sobre atrativos turísticos, serviços e produtos locais, entre outros, são precisas e bem pesquisadas. As informações sobre o turismo local abordam a sustentabilidade. O destino deseja ser reconhecido por suas práticas sustentáveis e o turismo sustentável é a principal estratégia do marketing turístico local.	8	8.9; 12.2; 12.6; 12.8; 16.6.	Promoção do turismo; turismo sustentável; produtos locais; gestão sustentável; práticas sustentáveis; informações de sustentabilidade; informação; conscientização; desenvolvimento sustentável; instituições eficazes; responsabilidade; transparência.
	12		
	16		
<b>A8 Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade</b>  <b>Descrição:</b> O município tem ferramentas para controlar o desenvolvimento. Em relação ao controle do turismo local, o destino possui um sistema de gerenciamento de visitantes que é revisado regularmente. Estratégias são tomadas para monitorar e gerenciar o volume e as atividades dos visitantes, e para reduzi-los ou aumentá-los conforme necessário em determinados momentos e em determinados locais, trabalhando para equilibrar as necessidades da economia local, da comunidade, do patrimônio cultural e do meio ambiente.	11	11.3; 11.4; 11.6; 12.2 12.b; 13.1;13.3.	Urbanização sustentável; planejamento sustentável; salvaguardar; patrimônio cultural e natural; impacto ambiental; gestão sustentável; recursos naturais; ferramentas; monitorar; desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; cultura; adaptação; riscos; redução de impacto.
	12		
	13		

<p><b>B1 Comércio justo e apoio à comunidade</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município oferece oportunidades de capacitação e habilidades em turismo. Existem iniciativas empresariais de responsabilidade social relacionadas ao emprego e trabalho decente no setor de turismo. O comércio justo é incentivado por meio do apoio a empreendedores locais ligados ao setor de turismo. Existem espaços e eventos destinados à venda de produtos locais que refletem a natureza e a cultura da região.</p>	<p>4</p> <p>8</p> <p>9</p> <p>10</p> <p>14</p>	<p>4.3;4.4; 8.3; 8.9; 9.3; 10.2; 10.3; 10.4; 14.7; 14.b</p>	<p>Educação técnica; universidade; habilidades relevantes; competências técnicas e profissionais; emprego; trabalho decente; empreendedorismo; geração de emprego; pequenas e médias empresas; serviços financeiros; atividades produtivas; turismo sustentável; cultura e produtos locais; empresas; crédito acessível; cadeias de valor; mercado; inclusão social; inclusão econômica; oportunidades; proteção social; benefícios econômicos; turismo; pesca; pescadores artesanais.</p>
<p><b>B2 Prevenção da exploração e discriminação</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui secretaria de direitos humanos, leis e canais de denúncia contra qualquer forma de exploração e discriminação e assédio de ou contra qualquer pessoa, especialmente crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTQIA+, idosos e outras minorias. As leis e as práticas estabelecidas são comunicadas ao público através de campanhas e outras ações. Existem campanhas/ações para o combate à exploração no setor de turismo.</p>	<p>5</p> <p>10</p> <p>16</p>	<p>5.1; 5.2; 5.c; 10.2; 10.3; 16.1; 16.2; 16.3; 16.10; 16.a; 16.b</p>	<p>Acabar com a discriminação; eliminar a violência; exploração; exploração sexual; promoção da igualdade; empoderamento de mulheres; promover a inclusão; inclusão social; inclusão econômica; oportunidades iguais; práticas discriminatórias; ações; acesso à informação; acesso à justiça; prevenção da violência; combate ao crime; leis e políticas não discriminatórias.</p>
<p><b>B3 Proteção e segurança</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município tem um sistema para monitorar, prevenir, denunciar publicamente e responder ao crime, assim como serviços de segurança e saúde instalados para atender às demandas da população e dos visitantes.</p>	<p>3</p> <p>16</p>	<p>3.8; 16.1; 16.2; 16.3; 16.10; 16.a</p>	<p>Saúde; acesso à saúde; serviços de saúde; acesso à vacina; acesso a medicamentos; reduzir a violência; reduzir taxas de mortalidade; acesso à justiça; proteger as liberdades fundamentais; acesso à informação; prevenção da violência; combate ao crime.</p>
<p><b>B4 Acesso para todos</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui regulamentos e padrões estabelecidos para a acessibilidade nos espaços públicos e em espaços destinados ao lazer e turismo. Ao consultar os canais de turismo da prefeitura, é possível que o residente ou visitante tenha informações precisas sobre a acessibilidade nos principais pontos turísticos da cidade. O acesso ao lazer é incentivado, com a criação de programas e atividades de lazer gratuitos para a população.</p>	<p>11</p> <p>10</p>	<p>11.3; 11.7; 10.2.</p>	<p>Urbanização inclusiva; urbanização sustentável; gestão sustentável; assentamentos humanos; espaços públicos seguros; espaços públicos inclusivos, espaços públicos acessíveis; pessoas idosas; pessoas com deficiência; empoderar; promover a inclusão.</p>
<p><b>C1 Gestão da cultura local</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui ações e recursos voltados para a preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial. Os produtos locais e as atividades culturais são</p>	<p>8</p> <p>11</p>	<p>8.9; 11.4.</p>	<p>Promover o turismo sustentável; promover a cultura; promover os produtos locais; gerar empregos; proteger o patrimônio; salvaguardar o patrimônio; patrimônio natural e cultural.</p>

promovidos e considerados parte integrante do turismo local.			
<b>D1 Proteção de ambientes sensíveis</b>	14	14.1;	Prevenir e reduzir a poluição; impactos; poluição marinha; detritos marinhos; poluição; ecossistemas marinhos; resiliência; oceanos saudáveis; conservação; recuperação; uso sustentável de água doce; degradação de habitats; biodiversidade; ecossistemas terrestres e aquáticos; uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas.
<b>Descrição:</b> O município possui um sistema para monitorar, medir e responder aos impactos do turismo no ambiente natural, de modo a conservar e/ou proteger ecossistemas, habitats e espécies.	15	14.2; 14.5; 15.1; 15.5; 15.8; 15.a	
<b>D2 Proteção da vida selvagem</b>	14	14.4;	sobrepesca ilegal; regular; planos de gestão; tráfico de espécies; flora e fauna; produtos ilegais; vida selvagem; combate à caça ilegal; espécies protegidas.
<b>Descrição:</b> O município dispõe de legislação e normas locais, nacionais e internacionais que buscam garantir o bem-estar animal e a conservação das espécies (animais, plantas e todos os organismos vivos). Isso inclui a colheita ou captura, comércio, exposição e venda de espécies selvagens e seus produtos.	15	14.5; 14.6; 15.5; 15.7; 15.c	
<b>D3 Conservação de energia</b>	7	7.2; 7.3.	energias renováveis; eficiência energética.
<b>D4 Gestão da água</b>	3	3.3; 3.9; 6.1; 6.3; 6.6.	Doenças transmitidas pela água; poluição da água; acesso à água potável; água segura; qualidade da água.
<b>Descrição:</b> O município possui programas para monitorar, avaliar e certificar a qualidade e o risco da água. Os recursos hídricos das comunidades e dos ecossistemas locais são monitorados para que não sejam afetados. A gestão local disponibiliza informações aos visitantes/turistas sobre os riscos hídricos em locais turísticos.	6		
<b>D5 Redução de resíduos sólidos</b>	12	12.2; 12.3; 12.4; 12.5; 12.6; 12.8; 14.1.	Gestão sustentável; desperdício de alimentos; reduzir perdas de alimentos; produtos químicos; resíduos; minimizar impactos negativos; reduzir geração de resíduos; reciclagem; reuso; práticas sustentáveis; informações de sustentabilidade; conscientização; detritos marinhos; poluição por nutrientes
<b>Descrição:</b> O município conta com um plano de gestão integrado de resíduos sólidos e estimula as empresas a evitar, reduzir, reaproveitar e reciclar resíduos sólidos, inclusive alimentos. São realizadas campanhas e ações para eliminar ou reduzir itens descartáveis, especialmente plásticos, e para manter os espaços públicos limpos para a população e os visitantes.	14		
<b>D6 Emissões de gases do efeito estufa e mitigação das mudanças climáticas</b>	13	13.1; 13.2; 13.3.	Adaptação a riscos; clima; mudança do clima; políticas; estratégias; planejamento; conscientização; mitigação; redução de impacto; alerta precoce.
<b>Descrição:</b> O município conta com plano municipal de mudanças climáticas aprovado e ativo. Possui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e implementa e relata			

políticas e ações de mitigação. As empresas de turismo são incentivadas a medir, monitorar, reduzir ou minimizar, relatar publicamente e mitigar as emissões de gases de efeito estufa em todos os aspectos de suas operações (incluindo de fornecedores e prestadores de serviços).			
<p><b>D7 Transporte sustentável</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município investe em veículos sustentáveis de baixas emissões. Existe investimento em transporte público de baixas emissões e incentivo às viagens ativas (Ex.: caminhadas e ciclismo) pela cidade, a fim de reduzir a poluição do ar, os congestionamentos e as mudanças climáticas.</p>	11	11.2; 11.3.	Transportes sustentáveis; transportes acessíveis; urbanização inclusiva; urbanização sustentável.
<p><b>D8 Poluição luminosa e sonora</b></p> <p><b>Descrição:</b> O município possui diretrizes e regulamentos para minimizar a poluição luminosa e sonora, oferecendo os canais necessários para que a população possa reportar violações referentes a esses dois tipos de poluição.</p>	11	11.6.	Reduzir o impacto ambiental

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

**APÊNDICE D – TABULAÇÃO DOS DADOS PARA INDICIAR O TOTAL DE ODS ASSOCIADOS AO SISTEMA**

<b>Área A</b>	<b>SB</b>	<b>Indicador</b>	<b>ODS</b>
Gestão sustentável	Estrutura da Gestão do Turismo	A1	2
Gestão sustentável	Estrutura da Gestão do Turismo	A2	2
Gestão sustentável	Estrutura da Gestão do Turismo	A3	4
Gestão sustentável	Envolvimento das Partes Interessadas	A4	3
Gestão sustentável	Envolvimento das Partes Interessadas	A5	3
Gestão sustentável	Envolvimento das Partes Interessadas	A6	3
Gestão sustentável	Envolvimento das Partes Interessadas	A7	4
Gestão sustentável	Gerenciando pressão e mudança	A8	3
<b>Área D</b>	<b>SB</b>	<b>Indicador</b>	<b>ODS</b>
Sustentabilidade ambiental	Conservação do patrimônio natural e vida selvagem	D1	2
Sustentabilidade ambiental	Conservação do patrimônio natural e vida selvagem	D2	2
Sustentabilidade ambiental	Gestão de recursos	D3	1
Sustentabilidade ambiental	Gestão de recursos	D4	2
Sustentabilidade ambiental	Gestão de resíduos e emissões	D5	2
Sustentabilidade ambiental	Gestão de resíduos e emissões	D6	1
Sustentabilidade ambiental	Gestão de resíduos e emissões	D7	1
Sustentabilidade ambiental	Gestão de resíduos e emissões	D8	1
<b>Área B</b>	<b>SB</b>	<b>Indicador</b>	<b>ODS</b>
Sustentabilidade socioeconômica	Benefícios à economia local	B1	5
Sustentabilidade socioeconômica	Bem-estar social	B2	3
Sustentabilidade socioeconômica	Bem-estar social	B3	2
Sustentabilidade socioeconômica	Bem-estar social	B4	2

<b>Área C</b>	<b>SB</b>	<b>Indicador</b>	<b>ODS</b>
Sustentabilidade cultural	Ações e recursos destinados à cultura local	C1	8
Sustentabilidade cultural	Ações e recursos destinados à cultura local	C1	11

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

## APÊNDICE E - PERFORMANCE DOS INDICADORES

PERFORMANCE DOS INDICADORES					
NULO	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
INDICADORES	ELEMENTOS DE QUALIDADE			S/N	PERFORMANCE (%)
A1 Organização da gestão pública do turismo	a. Registros de pessoal permanente e contratado no setor de turismo, indicando experiência e responsabilidades			N	Alto (66%)
	b. Planejamento orçamentário indicando as fontes de financiamento			S	
	c. Evidência de vínculos e engajamento com outros órgãos.			S	
	d. Fundo municipal de turismo ativo			N	
	e. Conselho municipal de turismo ativo			S	
	f. Portal de Transparência ativo			S	
A2 Gestão estratégica do turismo e plano de ação	a. Existência de um plano de turismo atualizado e disponível no site da prefeitura			N	Nulo (0%)
	b. Evidência de consulta às partes interessadas no desenvolvimento do plano.			N	
	c. Referência aos princípios de sustentabilidade no plano.			N	
	d. Plano faz referência a uma política de desenvolvimento sustentável mais ampla (Agenda 2030, etc.).			N	
A3 Monitoramento e comunicação de resultados	a. O município possui indicadores de sustentabilidade para o turismo			N	Muito baixo (25%)
	b. Os indicadores de sustentabilidade para o turismo são monitorados mensalmente e divulgados pela prefeitura pelo menos anualmente			N	
	c. Existência de relatórios disponibilizados pela prefeitura sobre a contribuição direta e indireta do turismo			S	
	d. Os relatórios são atualizados anualmente			N	
A4 Incentivo à adoção dos padrões de sustentabilidade pelas empresas de turismo	a. Evidência de comunicação regular de questões de sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo (mídia, reuniões, contato direto etc.).			S	Alto (66%)
	b. Suporte e consultoria em sustentabilidade para negócios relacionados ao turismo no destino			S	
	c. Lista de empresas com certificação em sustentabilidade relacionadas ao turismo, atualizada e disponível no site da prefeitura			N	

A5 Participação do residente	a. Evidência da promoção e facilitação da participação do público no planejamento/gerenciamento do turismo local no destino	S	Alto (75%)
	b. Ouvidoria/Fale Conosco	S	
	c. Pesquisas com residentes e outros mecanismos de feedback, cobrindo questões de turismo.	S	
	d. Evidência de ações tomadas em resposta a pesquisas de visitantes/resultados de feedback.	N	
A6 Satisfação do visitante	a. Pesquisas com visitantes (e outros mecanismos de feedback) - realizadas e relatadas.	S	Alto (66%)
	b. Centro de Atendimento ao turista (CAT's) ativo no município	S	
	c. Evidência de ações tomadas em resposta aos resultados de feedback dos visitantes.	N	
A7 Promoção do turismo local	a. O turismo sustentável consta como principal estratégia do marketing turístico local	N	Baixo (33%)
	b. As informações sobre o turismo local são atuais e estão disponíveis em outros idiomas	S	
	c. Evidências de que o material sobre o turismo local é preciso e bem pesquisado (fontes, etc.).	N	
A8 Gerenciamento do desenvolvimento, volume de visitantes e sazonalidade	a. Políticas/regulamentos/diretrizes que controlam o desenvolvimento do município (Ex.: documento que enfatiza o controle de impactos ambientais, etc.)	S	Médio (40%)
	b. Existência de estratégias de gerenciamento da sazonalidade e propagação da visitação.	N	
	c. A variação no volume de visitantes ao longo do ano é monitorada, inclusive nos locais mais visitados.	S	
	d. Avaliação dos efeitos culturais, sociais e ambientais do turismo local	N	
	e. A prefeitura determina ações para gerenciar fluxos e impactos de visitantes no município.	N	
B1 Comércio justo e apoio à comunidade	a. O município possui cursos de capacitação em turismo	S	Muito alto (100%)
	b. Iniciativas de inclusão social através de oportunidades de treinamento e emprego no setor de turismo	S	
	c. Iniciativas para ajudar os agricultores, artesãos e produtores de alimentos locais a se envolverem na cadeia de valor do turismo.	S	
	d. Oportunidades para a pesca artesanal	S	
	e. Assessoria, financiamento ou outro suporte - disponível no destino para PMEs relacionadas ao turismo.	S	

	f. Os produtos e artesanato locais estão disponíveis para venda aos visitantes do destino.	S	
B2 Prevenção da exploração e discriminação	a. Secretaria municipal destinada à proteção dos direitos humanos	S	Muito alto (100%)
	b. Canais disponíveis para realizar denúncias de exploração e discriminação	S	
	c. Evidência de campanhas de conscientização sobre a temática de direitos humanos	S	
	d. Evidência de ações realizadas pelos órgãos de turismo no combate à exploração	S	
B3 Proteção e segurança	a. Serviços de segurança disponíveis em pontos turísticos	S	Muito alto (100%)
	b. Informações sobre cuidados e vacinas para os viajantes e funcionários do setor de turismo pelos órgãos de saúde e turismo	S	
	c. Serviços de emergência e saúde disponíveis à população	S	
B4 Acesso para todos	a. Existência de regulamentos e padrões para melhorar a acessibilidade nos espaços públicos do município	S	Muito alto (100%)
	b. Existência de programas/atividades de lazer disponíveis gratuitamente à população.	S	
	c. Informações disponíveis no site da prefeitura sobre a acessibilidade nos pontos turísticos	S	
C1 Gestão da cultura local	a. Existência no município de ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial.	S	Alto (83%)
	b. Existência de recursos municipais destinados à cultura	S	
	c. Identificação e listagem do patrimônio cultural material disponível nos canais de turismo da prefeitura	S	
	d. Identificação e listagem do patrimônio cultural imaterial disponível nos canais de turismo da prefeitura	N	
	e. Conselho municipal de cultura	S	
	f. Existência de políticas de promoção das atividades culturais e produção de produtos locais no município	S	
D1 Proteção de ambientes sensíveis	a. Programas para conservar a biodiversidade e o patrimônio natural.	S	Médio (60%)
	b. Programas para erradicar e controlar espécies invasoras.	S	
	c. Existência no município de legislação específica para tratar da questão ambiental	S	
	d. Ação para identificar, monitorar e mitigar os impactos do turismo na biodiversidade e no patrimônio natural.	N	
	e. Mecanismos para usar a renda do turismo para apoiar a conservação de ativos naturais.	N	

D2 Proteção da vida selvagem	a. Existência de leis, normas e diretrizes que se aplicam ao destino em relação ao bem-estar animal e conservação de espécies.	S	Alto (66%)
	b. Um sistema para inspeção das condições da vida selvagem em cativeiro e de animais domésticos, incluindo sua acomodação e manejo.	S	
	c. Ação para promover a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES) no setor de turismo e garantir seu cumprimento.	N	
D3 Conservação de energia	a. Existência no município de políticas de fomento para a eficiência energética local.	S	Alto (66%)
	b. Existência de políticas de incentivo à energia renovável nas empresas de turismo.	N	
	c. Programa para aumentar a eficiência energética	S	
D4 Gestão da água	a. Programa de monitoramento da qualidade da água.	S	Médio (60%)
	b. Programa para avaliar regularmente o risco da água.	S	
	c. Monitoramento de águas balneares, com certificação e identificação de locais que atingem padrões estabelecidos.	S	
	d. Monitoramento e controle de fontes e volume de água utilizada para fins turísticos e seus efeitos nas comunidades e ecossistemas locais.	N	
	e. Informações aos visitantes sobre o risco da água e a minimização do uso da água.	N	
D5 Redução de resíduos sólidos	a. Plano de gestão integrada de resíduos sólidos	S	Alto (75%)
	b. Campanha / aconselhamento / apoio coordenados com empresas de turismo na gestão de resíduos, incluindo resíduos alimentares.	N	
	c. Campanha para reduzir / eliminar itens de uso único, especialmente plásticos.	S	
	d. Campanha para eliminar o descarte de lixo, inclusive pelos visitantes, e para manter limpos os espaços públicos.	S	
D6 Emissões de gases do efeito estufa e mitigação das mudanças climáticas	a. Existência de Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado e ativo.	N	Nulo (0%)
	b. Relatório anual de clima, incluindo ações de monitoramento e mitigação.	N	
	c. Campanha apoiada para a redução e mitigação de emissões em empresas de turismo	N	
	d. Informações para empresas e visitantes sobre esquemas de compensação que atendem aos padrões reconhecidos.	N	

D7 Transporte sustentável	a. Investimento em infraestrutura de transporte mais sustentável, incluindo transporte público e veículos de baixa emissão.	N	Baixo (33%)
	b. disponibilidade de serviços para aluguel de bicicleta	S	
	c. As empresas do setor público e do turismo priorizam o transporte de baixo impacto em suas próprias operações.	N	
D8 Poluição luminosa e sonora	a. Diretrizes sobre poluição luminosa e sonora - produzidas e promovidas para empresas de turismo.	N	Baixo (33%)
	b. Identificação e monitoramento de fontes potenciais de ruído e poluição luminosa relacionadas ao turismo.	N	
	c. Mecanismos para permitir que os moradores relatem ruído e poluição luminosa, com ações de acompanhamento.	S	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).